

Universidade do Minho
Escola de Economia, Gestão e Ciência Política

Adriana Raquel Soares de Almeida Barbuda

Movimentos transnacionais feministas - que papel na construção de solidariedades substantivas?

abril, 2026

Movimentos transnacionais feministas – que papel na construção de solidariedades substantivas?

Adriana Raquel Soares de Almeida Barbuda

UMinho | 2026

Universidade do Minho
Escola de Economia, Gestão e Ciência Política

Adriana Raquel Soares de Almeida Barbuda

Movimentos transnacionais feministas – que papel na construção de solidariedades substantivas?

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Relações Internacionais

Trabalho efetuado sob a orientação da
Professora Doutora Isabel Estrada Carvalhais

abril 2026

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações
CC BY-NC-ND
https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar à minha mãe. Tive o privilégio de ter crescido com o amor incondicional e o apoio constante da minha mãe. É a pessoa a quem devo agradecer os sábados no Vício das Letras, os incentivos em relação à pintura e, mais recentemente, a companhia no escritório durante a realização deste trabalho. Todos pequenos momentos que refletem a sua importância na minha vida. Obrigada por todos os outros, este trabalho não teria sido possível sem ti.

Um agradecimento especial a todas as pessoas que participaram neste estudo. O vosso contributo foi extremamente enriquecedor e essencial para a realização deste trabalho.

Agradeço à minha orientadora, Professora Doutora Isabel Estrada Carvalhais, pela sua orientação crítica, pelo seu conhecimento e pelo acompanhamento ao longo do desenvolvimento deste estudo.

Agradeço a todas as minhas amigas, ao meu namorado e ao meu irmão, por me terem acompanhado e aturado neste percurso. Obrigada.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

DECLARAÇÃO DE USO DE FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA)

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri a qualquer forma de utilização indevida de ferramentas de Inteligência Artificial (IA), nem à falsificação ou omissão de informações, fontes, dados, resultados ou processos em nenhuma das etapas conducentes à sua elaboração.

Declaro ainda que qualquer utilização de ferramentas de IA foi feita de forma transparente e responsável, encontrando-se devidamente assinalada/descrita no trabalho, e que procedi à verificação crítica da exatidão do conteúdo produzido com o seu apoio, assumindo integralmente a responsabilidade pelo que submeto.

Declaro que a utilização de ferramentas de IA foi realizada dentro dos termos permitidos, especificamente para procura bibliográfica e para a melhoria do estilo da escrita.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho, bem como as normas aplicáveis de integridade académica e de proteção de dados.

Movimentos transnacionais feministas – que papel na construção de solidariedades substantivas?

Resumo

Este estudo tem como principal objetivo compreender o papel dos movimentos transnacionais feministas na construção de solidariedades substantivas. Para o efeito, procedeu-se a uma análise sobre dois casos ilustrativos, o movimento Marcha Mundial das Mulheres e o movimento "Mulher, Vida, Liberdade". O primeiro é relativo à criação de solidariedades substantivas no âmbito da violência estrutural contra as mulheres, enquanto o segundo insere-se no âmbito da violência de regime contra as mulheres. A baliza temporal da dissertação compreende o período entre o ano 2000 e 2025, tendo sido possível perceber o desenvolvimento dos movimentos, as suas dinâmicas e estratégias na construção de solidariedade substantiva. A metodologia triangulada convoca diferentes técnicas, cruzando a leitura de diversas fontes secundárias e primárias, com a análise dos conteúdos de nove entrevistas semi-estruturadas, realizadas com o intuito de compreender melhor os casos selecionados, e daí avançar também para uma melhor compreensão dos movimentos transnacionais feministas. O estudo revela como estes se afirmam como atores transnacionais com um papel ativo e fundamental na construção de solidariedades substantivas, conceito a ser devidamente apresentado. Contudo, este trabalho também demonstra que a intensidade da ação destes movimentos varia em função dos contextos em que se inserem, sendo sensíveis aos contextos de instabilidade política, social e económica, bem como ao nível de bem-estar e de disponibilidade emocional dos indivíduos envolvidos.

Plavras-Chave: Movimentos transnacionais feministas, Solidariedade substantiva, Mulher Vida Liberdade, Marcha Mundial da Mulheres.

Transnational feminist movements – what role on the construction of substantive solidarity?

Abstract

his study aims to understand the role of transnational feminist movements in building substantive solidarities. To this end, an analysis was conducted on two illustrative cases: the World March of Women and the “Women, Life, Freedom” movement. The first relates to the creation of substantive solidarities within the context of structural violence against women, while the second falls within the context of regime violence against women. The dissertation's timeframe covers the period between 2000 and 2025, allowing for an understanding of the development of these movements, their dynamics, and strategies in building substantive solidarity. The triangulated methodology employs different techniques, combining the analysis of various secondary and primary sources with the analysis of the content of nine semi-structured interviews, conducted to better understand the selected cases and thus advance towards a better understanding of transnational feminist movements. The study reveals how these groups assert themselves as transnational actors with an active and fundamental role in building substantive solidarities, a concept that needs to be properly introduced. However, this work also demonstrates that the intensity of these movements' actions varies depending on the contexts in which they operate, being sensitive to contexts of political, social, and economic instability, as well as to the level of well-being and emotional availability of the individuals involved.

Keywords: Transnational feminist movements, Substantive solidarity, Women Life Freedom, World March of Women.

ÍNDICE

Capítulo Introdutório **1**

Estrutura da dissertação 1

Movimentos transnacionais feministas - breve identificação do estado da arte e contributo para a literatura 2

Problemática e enquadramento teórico 3

Metodologia 4

Enquadramento e Justificação da sua relevância 7

Capítulo I: Enquadramento teórico **9**

Construtivismo social 9

Movimentos transnacionais feministas à luz do construtivismo social 13

Capítulo II: Conceitos-chave 16

Movimentos transnacionais feministas 16

Solidariedade substantiva 21

Capítulo III: A Marcha Mundial das Mulheres **30**

3.1. O início da MMM 30

3.2. Reconfiguração e estrutura contemporânea da MMM 32

3.3. As Ações Internacionais 35

3.4. Arenas Internacionais 41

3.4.1. O Fórum Social Mundial 41

3.5. Estratégias de ação 44

3.5.1. Associação com movimentos sociais 44

3.5.2. Educação Popular Feminista 47

3.6. A diversidade das lutas locais 49

3.6.1. Brasil 49

3.6.2. Europa 52

3.6.3. Quebeque 55

3.6.4. Tanzânia 57

Capítulo IV: Mulher, Vida, Liberdade **60**

4.1. O início do movimento 60

4.2. Contextualização histórica: A revolução de 1979 60

4.3. O apartheid de género 63

4.4. Ahmadinejad, o Movimento Verde e o Irão do século XXI 64

4.5. A questão curda 66

4.6. O conceito de feminismo no Irão 68

4.7. Estratégias de ação 70

4.7.1. Manifestações e protestos públicos 70

4.7.2. Atos simbólicos 73

4.7.3. Uso das plataformas digitais 75

4.7.4. Resistência à repressão transnacional 76

4.7.5. Contexto Internacional..... 78
Capítulo V: Discussão dos resultados obtidos..... 80
Capítulo VI: Conclusão..... 86
Referências Bibliográficas..... 89
Apêndices..... 98

Lista de abreviaturas

FFQ- Féderation des femmes du Québec

FSM- Fórum Social Mundial

MMM- Marcha Mundial da Mulher

MVL- Mulher, Vida, Liberdade

SI- Secretariado Internacional

UE- União Europeia

Capítulo Introdutório

Estrutura da dissertação

A presente dissertação está organizada em seis capítulos, construídos numa sequência lógica de desenvolvimento.

O capítulo da introdução apresenta o tema geral da dissertação e o contexto no qual está inserido o tema, bem como a sua pertinência. Estabelece a pergunta de investigação orientadora do desenvolvimento do estudo, o enquadramento teórico escolhido e a metodologia adotada.

O primeiro capítulo teórico desenvolve os principais conceitos gerais da dissertação. Num primeiro momento, explora o que são movimentos transnacionais feministas. Seguidamente, desenvolve o conceito de solidariedade substantiva, integrado num conceito mais generalista das abordagens reflexivas, distinguindo-se do conceito de solidariedade superficial.

O segundo capítulo explora o quadro teórico utilizado na dissertação, o construtivismo social. Neste mesmo capítulo, incorpora-se o construtivismo social em relação aos movimentos transnacionais feministas, destacando em particular o papel da identidade e da linguagem enquanto dinamizadores de processos de mudança.

O terceiro capítulo introduz o primeiro estudo de caso da dissertação, o movimento Marcha Mundial das Mulheres. Desenvolve a contextualização histórica do movimento, o seu desenvolvimento para um movimento de cariz transnacional, a sua reestruturação identitária e enquadra-o como um movimento de luta contra a violência estrutural contra as mulheres, transversal a todo o globo.

No quarto capítulo, é apresentado o segundo estudo de caso, o movimento "Women, Life, Freedom". Este movimento encontra-se enquadrado na luta contra a violência de regime, contra toda a população nele inserida, mas particularmente contra a mulher. Será desenvolvido o contexto em que o movimento está inserido, o seu desenvolvimento, bem como todas as diferentes, mas interligadas lutas nele inseridas.

De sublinhar que os terceiro e quarto capítulos fazem uma articulação entre o que podem ser identificadas como dimensões mais descritivas dos casos ilustrativos escolhidos, com citações diretas das entrevistadas. Esta opção, tendo as suas dificuldades e fragilidades, oferece-se como pertinente na medida em que ajuda a verificar como as próprias entrevistas corroboram, ampliam, consolidam, expandem informação disponível sobre estes movimentos, ao mesmo tempo que abrem portas para aprofundar reflexões úteis à pergunta de partida

O quinto capítulo discute os resultados obtidos, seguindo-se o capítulo de conclusão. Uma vez desenvolvida a resposta à pergunta de investigação proposta no início da dissertação, abordam-se as limitações encontradas ao longo do estudo e finaliza-se com recomendações de avenidas de pesquisa futuras.

Movimentos transnacionais feministas - breve identificação do estado da arte e contributo para a literatura

Existe um portfólio robusto em relação aos estudos académicos dentro do tema dos movimentos transnacionais feministas. Inclusive, foi desenvolvido um manual especificamente dedicado ao tema, o "The Oxford Handbook of Transnational feminist movements" (Baksh et.al, 2015), onde são escrutinados os vários tópicos que as autoras consideram relevantes para a compreensão adequada do tema: a sua caracterização, exemplos de movimentos transnacionais feministas, diversas formas de organização e teorias subadjacentes. Adicionalmente, o manual está organizado de uma forma que demonstra a transversalidade do tema nas diversas esferas da sociedade, como a economia, a saúde e a ecologia, por exemplo.

O fator "transnacional" é destacado na literatura como um elemento central na construção de práticas feministas inclusivas e plurais, ao reconhecer as diversas formas de opressão experienciadas por mulheres em múltiplos contextos socioculturais e geopolíticos. Do mesmo modo, reconhece-se a necessidade contínua de combater a desigualdade de género através de práticas feministas, uma vez que aquela se encontra profundamente enraizada nas estruturas políticas, sociais, culturais e económicas. Além disso, trata-se de um fenómeno com antecedentes históricos longos e persistentes, cuja intensidade varia no decurso do tempo, sendo fortemente influenciada por novas dinâmicas e configurações da realidade, como as que emergem da globalização.

Neste contexto, o conceito de "solidariedade" assume um papel central na compreensão da motivação e da ação dos movimentos transnacionais feministas. Contudo, embora a literatura reconheça a solidariedade como um fator potenciador da ação coletiva e da transformação social, permanecem escassos os estudos que se dedicam a uma reflexão sistemática sobre esta dinâmica, nomeadamente no que diz respeito à sua teorização, à distinção entre diferentes formas de solidariedade e à análise do seu papel enquanto elemento diferenciador na concretização de processos de mudança social.

Assim, a presente dissertação pretende contribuir para a literatura de múltiplos modos: (1) introduzir o conceito de solidariedade substantiva como uma ação de capacitação e de auxílio à obtenção dos objetivos dos movimentos, distinguindo-a de outras noções de solidariedade e contribuindo para o desenvolvimento teórico do próprio conceito; (2) contribuir para o aumento do conhecimento em relação a estes movimentos nos enquadramentos de violência estrutural, por um lado e de violência de regime, por outro; (3) analisar as diferentes práticas, os seus limites e facilidades, na criação de solidariedade substantiva, contidas nos diferentes enquadramentos a desenvolver; e (4) incorporar contributos diretos de pessoas envolvidas e/ou diretamente implicadas nos movimentos, possibilitando assim uma análise mais integrada e crítica do tema, em complemento da reflexão teórica.

Problemática e enquadramento teórico

O objetivo do estudo é analisar o papel dos movimentos transnacionais feministas na construção de solidariedade substantiva. Deste modo, pretende-se responder à seguinte pergunta de investigação: **"Qual o papel dos movimentos transnacionais feministas na construção de solidariedade substantiva?"**

A baliza temporal no qual o estudo se insere tem início a 8 de março de 2000 e finda a 27 de outubro de 2025. As escolhas dos limites temporais justificam-se por serem marcos simbólicos: o dia do início da primeira Marcha Mundial das Mulheres, escolhido por coincidir com o Dia Internacional da Mulher (Conway, 2008), e o dia do fim da mais recente ação internacional do movimento, assinalado no Dia Internacional para a Eliminação da Pobreza (Marche Mondiale des Femmes, 2025), respetivamente. De igual modo, os limites da baliza temporal incorporam a evolução do movimento "Women, Life, Freedom" desde a morte de Mahsa Jona Amini, até à implementação de medidas mais rígidas e persecutórias do regime islâmico iraniano sobre a liberdade de manifestação e de expressão (Assa, 2023). Ademais, tendo em consideração que a investigação académica sobre os movimentos transnacionais feministas teve início e estão intimamente relacionados com o processo de Globalização, a baliza temporal proposta permite avaliar a evolução dos movimentos, principalmente na sua relação com o conceito de solidariedade, numa fase de esbatimento da Globalização e entrada na época de Desglobalização. De acordo com Ruiz Estrada (2025), o termo refere-se a um retrocesso no processo de globalização, caracterizado pelo enfraquecimento da interdependência socioeconómica, política e tecnológica entre Estados e Regiões.

Relativamente à abordagem teórica, o estudo adotará a perspetiva do Construtivismo, uma das abordagens teóricas centrais no estudo das Relações Internacionais, igualmente relevante no quadro teórico dos estudos transnacionais.

O construtivismo social parte do pressuposto de que, de modo a conseguir compreender o mundo, o ser humano constrói conceitos que permitem dar definição ao conhecimento que vai sendo adquirindo. Deste modo, ao propor um entendimento alternativo de conceitos estruturantes, o construtivismo desafia visões tradicionais e introduz a possibilidade de mudança nas Relações Internacionais. Tendo em consideração que o objetivo dos movimentos transnacionais feministas é a mudança estrutural da sociedade, o construtivismo surge como uma lente teórica capaz de fundamentar este propósito. Neste sentido, a teoria tem como um dos seus vários propósitos desafiar esta relação e abrir espaço para a reconfiguração de estruturas normativas já consolidadas (McGlinchey, Walters & Gold; 2017; Finnemore & Sikkink, 2001).

Por conseguinte, a perspetiva do construtivismo social possibilita uma compreensão mais aprofundada do presente estudo em várias frentes. Por um lado, a sua perceção holística da sociedade permite identificar qualquer tipo de agente na sua ação como tendo capacidade suficiente para poder transformar estruturalmente o sistema onde está inserido. Por outro lado, a teoria tem em consideração o papel de normas e regras. No caso do presente trabalho, particularmente as normas e regras aplicadas à identidade de um regime e aplicadas àqueles a ele subjugados, e que pretendem ou não transformar o regime por via de uma alteração das normas e das regras. Para além disso, a teoria procura explicar a razão para as constantes transformações globais que, historicamente, nunca foram fixas e estão inerentemente dependentes dos processos de difusão identitária entre atores (Barnett, 2020).

Metodologia

Tendo como intuito realizar um estudo inclusivo da realidade da luta feminista, foram escolhidos dois estudos de caso que comportam tipos de violência diferentes, mas que se unem na necessidade da existência de um movimento transnacional. Desta forma, o presente estudo é constituído por uma "Small-N analysis", enquadrado no desenho estratégico "Most Different Study Case" (MDSD).

O movimento "Marcha Mundial das Mulheres" foi selecionado como estudo de caso ilustrativo de violência estrutural contra as mulheres, um fenómeno que se manifesta de forma

transversal em diversas regiões do mundo. A razão para a escolha deste estudo de caso pauta-se pelo facto de: (1) ser um movimento experiente na angariação de solidariedade; (2) contar com 27 anos de experiência no âmbito do desenvolvimento do feminismo transnacional; e (3) contar com 61 países representados em órgãos de coordenação nacional (Marche Mondiale, 2025). Por sua vez, o movimento em homenagem a Mahsa Jina Amini, intitulado "Women, Life, Freedom" foi escolhido como estudo de caso representativo de violência de regime contra a mulher, neste caso, o regime iraniano. A relevância da sua escolha prende-se com a capacidade do movimento captar e manter atenção internacional significativa ao longo do tempo, em grande medida devido à sua capacidade de rápida mobilização digital, que tornou possível uma angariação célere de solidariedade transnacional. Para mais, o seu carácter espontâneo, não institucionalizado e profundamente provocador ao aliar-se a uma expressiva centralidade das mulheres iranianas enquanto sujeitos políticos, confere-lhe um interesse analítico particular, distinguindo-o de outros movimentos feministas de contestação a regimes autoritários.

A perspetiva metodológica adotada foi de natureza interpretativista, combinando a análise de fontes primárias (i.e., Marche Mondiale de Femmes, 2025) e secundárias (i.e., Moghadam, 2001; Ferree, 2006) com a realização de entrevistas semiestruturadas a pessoas associadas aos movimentos escolhidos para estudos de caso. Esta estratégia permitiu uma compreensão mais robusta e fidedigna da realidade dos movimentos transnacionais feministas, contribuindo de forma fundamentada para a resposta à questão de investigação. Como já explicitado, adotou-se o construtivismo social para lente epistémica, sendo que esta se enquadra no paradigma mais amplo das abordagens pós-positivistas que rejeitam a ideia da objetividade absoluta.

Foram conduzidas nove entrevistas semiestruturadas, realizadas em formato online, através das plataformas Google Meet e Zoom. A opção pela realização de entrevistas no formato semiestruturado justifica-se pela flexibilidade que este método proporciona. Considerando que, em ambos os estudos de caso, as experiências de participação nos movimentos são únicas, individuais e reflexo das realidades locais de cada pessoa entrevistada, a entrevista semiestruturada permite uma recolha de dados mais abrangente, capaz de captar as especificidades de cada perspetiva individual. Desta forma, evita-se a simplificação e a generalização de um fenómeno complexo, como é o caso dos movimentos transnacionais feministas. A realização destas entrevistas teve ainda como objetivo reforçar a validade empírica do estudo, sustentando a apresentação e análise dos dois estudos de caso selecionados. Assim, nos capítulos descritivos correspondentes (terceiro e quarto capítulos), são incluídas citações diretas das entrevistas, que contribuem para corroborar

a fundamentação teórica relativa à MMM e à MVL.

No âmbito do estudo de caso da MMM, foram conduzidas seis entrevistas com pessoas atualmente envolvidas e anteriormente envolvidas de forma aprofundada no movimento, tendo sido concretizadas três em formato de grupo e três individuais. O guião da entrevista semiestruturada relativo à MMM encontra-se apresentado no Apêndice 1. Tendo em consideração que o objeto de estudo são movimentos transnacionais feministas, as entrevistas tiveram como objetivo assegurar a maior representatividade possível dos diferentes membros da MMM, distribuídos por múltiplas localidades e com configurações organizativas distintas, de forma a construir uma análise plural. Neste sentido, definiu-se como critério a seleção de uma representante por região. Foram realizadas entrevistas no contexto das representações da MMM no Brasil, no Quebeque, na Tanzânia, em Portugal e no Reino Unido. Foi realizada uma pesquisa com o objetivo de identificar os contactos de todos os Órgãos de Coordenação Nacional (OCN) integrados na MMM. Verificou-se que apenas uma parte desses órgãos disponibilizava informações de contacto acessíveis. Nesse sentido, procedeu-se ao contacto exclusivamente com os OCN que apresentavam um endereço de correio eletrónico ativo, ou um site atualizado, ou evidências de atividade recente nas redes sociais. Dos contactos estabelecidos, os OCN do Brasil, do Quebeque e da Tanzânia responderam de forma positiva e dentro do prazo definido para a realização da presente dissertação. Relativamente às restantes três participações, referentes a Portugal e ao Reino Unido, o contacto inicial foi estabelecido através da rede de contactos pessoal da autora com uma pessoa da área do ativismo feminista em Portugal. Posteriormente, através do efeito bola de neve, foi possível identificar e realizar as entrevistas com as pessoas que integraram a MMM em Portugal e que atualmente integram o movimento "Million Women Rise" no Reino Unido, que se configura como um grupo parceiro da MMM. Das seis, quatro foram realizadas em português, uma em inglês e uma decorreu em espanhol e inglês, devido a limitações de ordem linguística.

No âmbito do estudo de caso da WLF, foram realizadas três entrevistas individuais com mulheres iranianas residentes em Portugal. O guião da entrevista semiestruturada relativo à MVL encontra-se apresentado no Apêndice 2. Duas entrevistas foram realizadas em português e uma em inglês. A seleção das entrevistas para o WLF foi orientada pelo objetivo de dar visibilidade às mulheres iranianas, permitindo-lhes expressar as suas perspetivas sobre a violência de regime a que estão sujeitas, bem como sobre a relevância do movimento nas suas vidas. Foi feita uma pesquisa de várias associações da diáspora iraniana em Portugal, França, Reino Unido e Estados

Unidos, pelo facto da concentração de iranianos em Portugal ser escassa. Do mesmo modo, foi realizada uma pesquisa de pessoas iranianas que já deram entrevistas e que, por isso, havia a possibilidade de se mostrarem recetivas a dar o seu ponto de vista em relação ao tema. O contacto foi feito através das redes sociais e pelo email, disponibilizados na internet. Apenas três pessoas responderam positivamente e dentro do prazo de submissão da presente dissertação O anonimato foi assegurado, com vista à salvaguarda da segurança das pessoas entrevistadas, prevenindo a exposição acrescida a potenciais represálias do regime iraniano.

Em todas as participações, foi disponibilizado um documento de consentimento informado[1], no qual se solicitava autorização para o tratamento dos dados das entrevistas, incluindo a gravação de áudio e a sua posterior transcrição. A pedido das entrevistadas, a presente dissertação recorre à utilização de nomes fictícios nas citações diretas das entrevistas, de modo a proteger o pedido de anonimato.

Enquadramento do tema e Justificação da sua relevância

O mais recente relatório sobre a dimensão do género no progresso dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) revela dados que demonstram a contínua necessidade de progredir na área de igualdade de género em todo o mundo (UN Women, 2024). Em 2023, por exemplo, as mulheres ocupavam apenas 26,9% dos assentos parlamentares em todo o mundo. Em paralelo, e também dado interessante, metade de todos os projetos sobre estatísticas e dados, abrangidos por ajuda governamental prestada de países desenvolvidos a países em desenvolvimento, dedicava menos de 0,05% a dimensões relacionadas com o género (UN Women, 2024).

O relatório das Nações Unidas, que marca os 30 anos da Conferência de Pequim sobre os direitos das mulheres, revela por sua vez os mais recentes dados sobre a situação da igualdade de género a nível internacional. Numa perspetiva generalista, o relatório demonstra que, apesar dos progressos alcançados em matéria de igualdade de género, como o aumento da representação das mulheres na política e a implementação de reformas legais, existem setores onde se verificam inclusivamente retrocessos (UN Women, 2025). De acordo com o mesmo relatório, o número de casos de violência sexual aumentou em 50% desde 2022, sendo 95% das vítimas do género feminino. A disparidade de género no trabalho não teve nem melhorias nem retrocessos,

[1] Documento de consentimento informado apresentado em Apêndice 3.

mantendo-se estagnada, com as mulheres a realizar duas vezes e meio mais trabalho não remunerado do que os homens.

Paralelamente, dinâmicas como o crescente aumento de partidos populistas radicais promotores de medidas contra a igualdade de género um pouco por todo o globo (Fábián, 2025); bem como persistentes cenários de instabilidade que demonstram as várias camadas interseccionais entre violência, género e conflito (Gray et al., 2022); e os regimes que usam práticas de silenciamento, controle e perseguição da mulher (Afary, 2022) são exemplos de dinâmicas correntes de violência estrutural e de violência de regime direcionadas à mulher. Do mesmo modo, retratam a singularidade de cada caso sobre um problema constante e transversal a toda a sociedade: a desigualdade de género.

Perante este cenário, evidencia-se a relevância da criação de investigação sobre a construção de solidariedade direcionada à luta contra a violência da mulher (Wickström et.al, 2021). A solidariedade configura-se como base de uma das grandes forças motoras da luta feminista global, os movimentos transnacionais (Baksh & Harcourt, 2015), sendo importante por isso o reconhecimento e o estudo da sua relevância. De facto, é por via da solidariedade dos movimentos feministas, que se consegue amplificar a voz das mulheres; lutar contra práticas socio-normativas geradoras de violência; e oferecer alternativas de resistência (Baksh & Harcourt, 2015). Importa, contudo, que a solidariedade dos movimentos transnacionais feministas se construa sem apagar as particularidades contextuais de cada luta, evitando assim a reprodução de lógicas dominantes e coloniais que apenas acrescentariam novas camadas à violência já existente (Antrobus, 2015; Grewal, 2008).

Capítulo I

1.1. Construtivismo social

A teoria construtivista sedimentou-se como uma teoria fundamental no estudo das Relações Internacionais ao longo dos anos de 1990. O termo, lançado em 1989 por Nicholas Onuf no seu livro "A World of our making", tinha como principal objetivo questionar a impossibilidade das teorias "mainstream" das Relações Internacionais, o realismo e o liberalismo, de explicarem o desfecho da Guerra Fria (Barnett, 2020). Estas teorias tinham como pressuposto que a ação dos Estados era reduzida à sua necessidade de poder, segurança e sobrevivência, numa lógica de ação meramente racional (realismo) ou através da procura do interesse máximo dos Estados, a sua prosperidade e bem-estar, que estaria contida nas estruturas institucionais que preservariam a cooperação inter-estatal (liberalismo) (Griffiths & O'Callaghan, 2002).

Estas visões das teorias racionalistas das Relações Internacionais confluem na atribuição da importância aos conceitos de materialismo e individualismo como justificação das suas ações. A procura inflexível de poder através de conceitos materiais (materialismo) conjuga-se com este interesse imaleável dos Estados, que está contido em estruturas institucionais internacionais, de maximização dos seus interesses individuais (individualismo) (Barnett, 2020). Por oposição, o construtivismo surge como uma abordagem critica que enfatiza o papel das ideias, das normas, da identidade e do discurso, isto é, de fatores sociais em oposição aos materiais, na ação e na própria construção dos atores que fazem parte das Relações Internacionais. O argumento tem como pressuposto que a realidade em que o sistema internacional está inserido é socialmente construída (Agius, 2013; Barnett, 2020).

É importante mencionar que existem divergências entre académicos em relação à constituição do construtivismo. Enquanto autores como Agius (2013) declaram que existe um debate sobre se o construtivismo é uma teoria substantiva das RI ou apenas uma abordagem social teórica sobre o seu funcionamento, Ulbert (2014), Barnett (2020) e Finnemore & Sikkink (2001) afirmam que existe de facto um consenso académico em como o conceito não é uma teoria das RI, por não apresentar argumentos explicativos concretos do que são as RI da mesma maneira que as teorias racionalistas o fazem, mas que procura analisar a razão de ser das relações que constituem a disciplina. Independentemente, a relevância sobre o conteúdo construtivista nas RI torna-se incontestável ao integrar pelo menos um dos Grandes Debates da disciplina, o debate entre positivismo e pós-positivismo, ou racionalismo e reflexivismo, ao acrescentar enquanto

abordagem, um suporte epistemológico que privilegia o argumento da corrente pós-positivista. Epistemologicamente, o construtivismo social defende que o conhecimento resulta de processos de interação social e de práticas discursivas. Por outras palavras, de acordo com o construtivismo social, o conhecimento não é um "dado adquirido", mas um processo dinâmico de construção que emerge de práticas sociais. Estas práticas são mediadas pela interpretação partilhada de linguagens, símbolos e códigos. Neste sentido, o construtivismo social procura integrar abordagens epistemológicas mais flexíveis e plurais, reconhecendo a diversidade de contextos, perspetivas e formas de produção do conhecimento. Assim, não nega na sua totalidade a abordagem racionalista, mas diminui a sua hegemonia no contexto de produção de conhecimento (Guzzini, 2000; Ulbert,2014).

Alexander Wendt, autor que solidificou a popularidade da abordagem com o seu artigo "Anarchy is what the States make of it" (1992), foi pioneiro na contribuição para esta "democracia epistemológica" entre racionalismo e reflexivismo ao desenvolver o conceito de "realismo científico", uma espécie de "terceira via" ou via intermédia entre as duas abordagens. De acordo com este argumento, Wendt assume uma posição epistemologicamente positivista e ontologicamente construtivista (Smith, 2000).

Wendt argumenta que o conhecimento pode ser criado cientificamente mesmo em matérias não observáveis como o Estado, colocando a maioria da sua ênfase construtivista sobre a dimensão ontológica da teoria (Smith, 2000; Wendt, 1999; Ulbert, 2014; Zehfuss, 2001).

De acordo com Agius (2013), o construtivismo social tem três pressupostos ontológicos principais: (1) as ideias e as normas são tão ou mais importantes do que a matéria; (2) a inexistência de qualquer forma de ação sem a existência de identidade, e (3) a constituição mútua entre agentes e estruturas. O idealismo surge como um dos conceitos basais da teoria, onde a consciência social permite a elaboração continua de ideias, que por sua vez moldam a perceção que temos de nós mesmos, do coletivo e das forças materiais que existem no meio social. Consequentemente, as ideias que moldam a realidade social apenas adquirem substância quando se aceita coletivamente um significado para determinada situação. É este significado coletivamente concordado que molda a forma como agimos e reagimos ao meio em que estamos inseridos. A este conceito os construtivistas chamam de "factos sociais", como o dinheiro por exemplo, apenas existe e tem poder concreto porque foi coletivamente aceite que teria esse significado. Os factos sociais, diferem, por sua vez, dos "factos brutos", como as montanhas ou o mar, que simplesmente existem e não foram fruto de um consenso ideacional coletivo (Finnemore & Sikkink,

2001). Deste modo, surgem as normas, um conceito social, ou seja, socialmente construído, essencial para o construtivismo, por delinearem os limites do que é considerado socialmente aceitável. As normas podem assumir um carácter regulador, ao regularem o funcionamento de estruturas organizacionais previamente acordadas de forma coletiva, sendo o Direito Humanitário um exemplo. Por outro lado, podem desempenhar uma função constitutiva, na medida em que constituem a identidade dos próprios atores. Neste sentido, quando um Estado age em conformidade com as normas que estabelecem os critérios necessários para a sua constituição enquanto Estado soberano, está simultaneamente a afirmar e a definir a sua identidade como tal. No entanto, no construtivismo, a ideia de normas de controlo e de construção, respetivamente, podem ser vistas como mutuamente reguladoras e constitutivas uma da outra. Assim, as normas assumem particular relevância na medida em que lhes é atribuído o poder de influenciar e transformar a ação dos atores em relação a determinadas situações, enquanto contribuem para a construção das suas identidades e para a sua legitimação normativa no contexto social em que se inserem (Finnemore & Sikkink, 2001; Ulbert, 2014; Agius, 2013; Barnett, 2020).

A importância de ideias e normas conduz ao segundo pressuposto fundamental da ontologia construtivista: a identidade. A identidade informa-nos sobre quem é o outro, quais são os seus interesses e como é que esses interesses podem conduzir a determinada ação. A identidade de um ator, seja um Estado, uma organização ou um indivíduo, é socialmente construída através de ideias coletivas e da interação com outros atores, sendo simultaneamente reforçada por uma estrutura normativa na qual a sua ação se torna possível e legítima. A título de exemplo, e seguindo a tipologia de Wendt (1999) em "Três culturas de anarquia", um ator vai agir de determinada forma consoante a identidade de outro ator. Assim, se o outro é percebido como inimigo, amigo ou rival, o comportamento do ator varia em conformidade, enquanto contribui simultaneamente para a transformação da sua própria identidade. Um exemplo prático do argumento do autor é o da Guerra Fria. Durante a sua existência, ambos os blocos identificavam-se como inimigos e agiam de acordo, em constante estado de guerra iminente. Quando um dos blocos desapareceu, essa relação deixou de fazer sentido, o Outro identificável como inimigo desaparecera, e como tal a Guerra Fria como expressão dessa relação, também acabou. Este é um exemplo que ilustra como a mudança na perceção da identidade do outro influencia tanto a ação quanto a própria identidade dos atores (Griffiths & O'Callaghan, 2002; Ulbert, 2014; Agius, 2013; Barnett, 2020).

O último pressuposto está relacionado com o problema agente-estrutura, tal como

popularizado por Wendt (1987) em relação à teoria construtivista. O problema agente- estrutura incorpora todos os conceitos de ideias, normas e identidade na constituição do meio social em que os atores estão inseridos. Este meio social, a estrutura, não existe simplesmente como conceito pré-adquirido, teve de se ir moldando de acordo com os atores nela envolvidos, que por sua vez também se foram transformando à medida que a estrutura se foi alterando. Assim, de acordo com a perspetiva estruturalista de Wendt, as estruturas são constitutivas da ação, do comportamento e da própria identidade dos atores, num processo que é mútuo e continuamente dinâmico (Ulbert, 2014; Agius, 2013; Barnett, 2020).

Portanto, os principais conceitos que constituem e definem a abordagem construtivista devem ser compreendidos numa perspetiva holística na qual as suas diferentes componentes interagem e se definem mutuamente. Dado que nenhum conceito assume uma função isolada e a abordagem se caracteriza por uma dinâmica não estática, a possibilidade de transformação surge como um elemento distintivo de outras abordagens das RI. Para os movimentos transnacionais feministas, a transformação de uma estrutura é, precisamente, o objetivo da sua existência.

A transformação de uma estrutura e dos seus agentes é conseguida através de um processo normativo a que Finnemore and Sikkink (1998) apelidam de "ciclo de vida das normas". O ciclo inicia-se com um ou vários atores, os "empreendedores normativos" que não se identificam com a estrutura da qual fazem parte e, por isso, procuram salientar o problema através de uma fase a que as autoras apelidam de "emergência normativa", maioritariamente através de práticas discursivas, de modo a atrair uma quantidade de atores suficiente para alcançar a mudança. Uma vez alcançada a fase da "emergência normativa", inicia-se a fase da "cascata normativa", onde existe uma difusão da nova norma nos atores da estrutura por inteiro. Finalmente, a fase final é a "internalização normativa", onde a norma já é aceite e incontestada, fazendo parte já parte de estrutura que transformou (Barnett, 2020).

A linguagem assume um papel central na abordagem construtivista, distinguindo-a da teoria realista sobretudo pela sua capacidade de construir realidades alternativas às socialmente instituídas. Neste sentido, considerando a posição de Alexander Wendt relativamente ao papel da linguagem, a presente dissertação adota a abordagem construtivista conforme teorizada por Nicholas Onuf (1989), que assume um carácter epistemologicamente pós-positivista e ontologicamente construtivista. Para Onuf (1989), o "ciclo de vida das normas" pode vir a encontrar-se condicionado na ausência da prática discursiva, uma vez que enquanto atores

inseridos num sistema social estruturado pela comunicação, é através da linguagem que se tornam possíveis os processos de mudança. Para o autor, um discurso pode ser institucionalizado como regra devido ao significado que esta comporta. As práticas discursivas têm significados assertivos, diretivos ou de compromisso, que moldam as regras segundo as quais os agentes agem. Essas regras, por sua vez, dependendo da prática discursiva utilizada, podem ser, respetivamente, de instrução, direção ou obrigação. Esta lógica coloca a linguagem no centro da construção da realidade social (Zehfuss,2001).

1.2. Movimentos transnacionais feministas à luz do construtivismo social

Ao relacionar o construtivismo social com os movimentos transnacionais feministas, incluindo o papel que estes desempenham na criação de práticas de solidariedade, é possível compreender como identidades, normas e interesses não são dados a priori, mas socialmente construídos através de interações, discursos e ações coletivas.

Conforme referido anteriormente, os movimentos transnacionais feministas têm como objetivo contestar e transformar uma estrutura normativa patriarcal que se manifesta em múltiplos e dispersos níveis de ação, do local ao internacional. Neste sentido, os movimentos transnacionais têm a capacidade única de, por um lado, permitir interações continuas que intensificam o diálogo e a troca de informação entre diversos atores do sistema internacional, e, por outro lado, de rutura com a centralidade estatal neo-realista na defesa e promoção de temas de cariz normativo, como os direitos das mulheres. Deste modo, estes movimentos afirmam-se como agentes ativos na construção social de novas realidades, neste caso, uma realidade que se fundamente no princípio da igualdade de género (Keck & Sikkink, 1999; Locher & Prügl, 2001).

Assim, os movimentos transnacionais feministas são motivados por valores, crenças e ideias do mundo que querem construir, sendo por isso um exemplo inequívoco do protagonismo e capacidade do idealismo, em oposição ao materialismo, de moldar novas estruturas. A estrutura em questão a ser transformada é a ordem normativa patriarcal, profundamente enraizada em múltiplas esferas da sociedade, a qual, por sua vez, configura a identidade dos próprios movimentos transnacionais feministas (Keck & Sikkink, 1999).

O género é um conceito socialmente contruído, são conjuntos de símbolos, normas, discursos, práticas sociais que contribuem para a construção da identidade dos indivíduos (Locher & Prügl, 2001). Locher e Prügl (2001) problematizam o género como um elemento de poder

central na manutenção da estrutura patriarcal a transformar. Neste sentido, as identidades socialmente construídas para os géneros feminino e masculino refletem uma relação de poder desigual: o género feminino é historicamente subordinado, enquanto o masculino ocupa posições de superioridade, uma relação dicotómica que define e mantém a estrutura patriarcal, mesmo que em intensidades diferentes. Quando os indivíduos que compõem uma determinada estrutura normativa deixam de se reconhecer e de se identificar com a relação de poder nela vigente, eles passam a agir na tentativa de transformá-la, promovendo, nesse processo, uma redefinição mútua das suas identidades (Agius, 2013). Assim, os movimentos transnacionais feministas podem ser compreendidos como empreendedores normativos, na medida em que promovem a igualdade de género como um conceito a difundir ao nível transnacional.

Os dois movimentos a desenvolver ao longo deste trabalho comportam análises construtivistas especificas, mas que convergem na fase do "ciclo da vida das normas" em que se situam, a fase da "cascata normativa". Tal constatação revela que, em nenhuma das estruturas em que estão inseridos, a igualdade de género encontra-se plenamente internalizada à identidade dos atores. Por este motivo, existe um choque de identidades entre os que pretendem manter o funcionamento de uma estrutura patriarcal em prol da estabilidade identitária e os que pretendem transformá-la (Zehfuss, 2001). A construção de realidades alternativas é, em si, um processo complicado, podemos observá-lo nos 25 anos de ação contínua da MMM (Giraud, 2001) e dos quase 50 anos de ativismo pelos direitos das mulheres no Irão (Tohidi, 2023), mas no qual o construtivismo social assume tanto a possibilidade de mudança normativa como a dificuldade em consegui-la (Zehfuss, 2001). Neste sentido, o desafio central reside em compreender como se processa a transição da fase de "cascata" normativa para a de "internalização".

A solidariedade assume um papel fundamental, ao funcionar como um mecanismo de ligação entre as duas fases. Ao promover a transformação identitária dos atores, a solidariedade favorece a adoção das normas por convicção interna, reforçando a lógica de constituição mútua entre agentes e estruturas, na qual as ideias dos atores podem transformar a estrutura em que atuam. Este objetivo, por sua vez, é concretizado de múltiplas maneiras pelos movimentos transnacionais feministas que se mobilizam contra a violência estrutural e a violência de regime (Varma & Shaban, 2024; Wendt, 1999).

Aplicando exemplos sumários de cada movimento. A MMM, movimento feminista transnacional enquadrado na luta contra a violência estrutural utiliza, entre várias formas, uma estratégia centrada nas interações com atores locais. Esta prática promove a identificação coletiva

com uma causa através de realidades muito específicas. Em simultâneo, incorpora os princípios do feminismo anticolonial e anti neoliberal na sua ação, um enquadramento ideológico que interpreta a opressão das mulheres como consequência das estruturas de subordinação existentes na sociedade (Alba, 2021). Neste sentido, o MMM constitui uma estrutura comunicativa de influência política concentrada primeiro na mudança de normas constitutivas, que irão influenciar as reguladoras (Locher & Prügl, 2001; Keck & Sikkink, 1999). Por outro lado, o movimento WLF enquadra-se na luta contra a violência de regime, onde existe um elevado número de atores que contestam a estrutura onde estão inseridos, o regime iraniano. O regime e todas as representações que ele personifica, desde políticas, a valores, à sua prática são alvo de oposição da grande maioria dos cidadãos. O movimento consegue solidariedade transnacional, por um lado, através da diáspora iraniana e, por outro lado, através de atores que se identificam com os valores e ideias defendidos pelos cidadãos iranianos, nomeadamente a promoção dos direitos humanos e a defesa da liberdade das mulheres e da população em geral (Colpitts-Elliott, 2024).

Capítulo II: Conceitos-chave

2.1. Movimentos transnacionais feministas

A literatura dedicada ao estudo de movimentos transnacionais feministas indica que o seu desenvolvimento se iniciou sobretudo a partir do momento de rápida expansão do processo contemporâneo de globalização, isto é, sobretudo a partir da década de 1990. Neste contexto, tais movimentos configuram-se simultaneamente como consequência, crítica e resposta ao conceito (Moghadam, 2001; Ferree, 2006). Ferre (2006) declara que o conceito contemporâneo de globalização, no que se refere a movimentos transnacionais feministas, mobiliza um conjunto de desdobramentos conceptuais subjacentes, entre os quais se destacam as noções de escalas de poder, de conectividade, de solidariedade e de espacialidade geográfica.

É importante deixar claro que 'global' e 'globalização' não são conceitos equiparáveis à definição de transnacional. Grewal (2008) afirma que o global é um termo que se aplica homogeneamente a todo o lado. Por sua vez, o transnacional é um termo que reconhece a diversidade e complexidade de um movimento que transcende a escala nacional, que se interliga entre uma multiplicidade de atores e redes diferentes, mas que se sobrepõem entre si e contestam a homogeneidade do global. A dinâmica onde diversos atores conseguem exercer influência em múltiplos níveis geográficos, tanto a nível material como imaterial, iniciando processos de mudança, surge como um elemento definidor do conceito (de Lima, 2016). Não existe uma definição teórica definitiva e estática do conceito de transnacionalismo, mas Tedeschi, Vorobeva e Jauhiainen (2022) sintetizam as várias definições e tipos de transnacionalismo já teorizados e reafirmam fatores centrais no conceito: a sua competência em capacitar a mudança social; a permanência de conectividade de ideias e práticas entre diversos atores, que variam de maior e menor intensidade; e o facto de ser um processo continuo e dinâmico, razão pelo qual não tem uma definição objetiva. O "transnacionalismo por baixo" enquadra-se, de acordo com a análise realizada pelas autoras, no âmbito dos movimentos transnacionais feministas. Este enquadramento surge do destaque da ação da sociedade civil, em oposição a entidades estatais e corporativas, em manter a dinâmica.

Por sua vez, Grewal & Kaplan, (1994) são autoras pioneiras no que diz respeito ao estudo dos movimentos transnacionais feministas, ao problematizarem a relação entre a pluralidade de feminismos existentes e a forma como estes se articulam com a estrutura teórica de um movimento transnacional, sendo assim um pensamento que se coaduna na rejeição da ideia de

que o transnacional se traduz num movimento único global.

Para além disso, Smith, Chatfield e Pgnucco (1997) e Moghadam (2001) convergem na ideia de que um movimento transnacional social se forma quando há cooperação organizada entre múltiplos atores provenientes de, no mínimo, dois Estados distintos, unidos pelo objetivo comum de promover mudança social e política. Ademais, Smith, Chatfield e Pgnucco (1997) complementam com a teorização em relação às origens do movimento social transnacional, ao explicarem que a razão base para o começo dos movimentos sociais transnacionais é a existência de uma camada da sociedade negligenciada. Por um lado, pela inércia ou recusa de ação estatal na resolução de um problema, por outro lado pela ostracização social estruturalmente vincada.

Neste sentido, os movimentos transnacionais feministas fazem parte dos movimentos transnacionais sociais. Os movimentos transnacionais feministas caracterizam-se pela cooperação organizada de atores dispostos a mudar o estatuto da mulher na sociedade e a introduzir a dimensão da igualdade de género para lá da esfera nacional, tendo como objetivo a mudança de uma sociedade que se demonstra patriarcal e hierárquica. Trata-se da incorporação de diferentes tipos de feminismos como eixo prioritário da agenda política internacional (Moghadam, 2015; Baksh & Harcourt, 2015).

Moghadam (2015) estrutura uma tipologia dos movimentos transnacionais feministas contemporâneos, que se articulam em quatro agendas principais: (i) aqueles que têm como alvo a agenda política e económica neoliberal; (ii) os que se focam no perigo do fundamentalismo, sobretudo no que respeita à salvaguarda dos direitos das mulheres no contexto do mundo islâmico; (iii) os que têm como alvo de ação os conflitos armados, as guerras e as lógicas imperiais; e (iv) os que se organizam em torno de um feminismo de cariz humanitarista, orientado pela solidariedade internacional. No âmbito da presente dissertação, serão abordados dois dos quatro tipos de movimentos transnacionais feministas propostos pela autora: o (i) que tem como alvo a agenda política e económica neoliberal e o (ii) que se foca no perigo do fundamentalismo.

O primeiro tipo de movimento feminista transnacional surge enquanto resposta a outra grande consequência da globalização contemporânea, o desenvolvimento do neoliberalismo económico como doutrina definidora do sistema económico global. Esta é uma doutrina que defende o declínio do Estado social, a privatização dos serviços públicos essenciais (saúde, educação, habitação etc), a liberalização dos mercados, a austeridade fiscal e contenção de despesa pública, mas a redução de carga fiscal para o setor empresarial e para investidores e a valorização da iniciativa privada. O neoliberalismo funciona numa lógica de sistema capitalista

desregulado que promove substituição da responsabilidade social coletiva pela capacidade individual de cada um assegurar o seu próprio bem-estar social e onde a sustentabilidade do mercado prevalece sobre os direitos sociais de cada ser humano. Nesta lógica, a doutrina ignora as desigualdades desde já enraizadas na estrutura social da qual faz parte o próprio mercado, tendo como consequência o alargamento do fosso de desigualdades sociais. Para as mulheres, o modelo neoliberal reforça a já existente desigualdade de género ao, por exemplo, aplicar pacotes laborais que desqualifiquem o trabalho informal, que pela estrutura social patriarcal vigente, recai desproporcionalmente sobre o género feminino; deixar ao livre critério das empresas as medidas de regulação social, o que aumenta a possibilidade de conduzir, por exemplo, à tolerância do assédio sexual no trabalho; e pelo aumento de casos de violência doméstica, inclusive o femicídio, consequentes da interpelação irrisória do Estado sobre assuntos que não estejam relacionados com a correção de falhas de mercado. O objetivo deste tipo de movimento feminista transnacional passa por, em vez de empoderar o mercado financeiro e desenvolver uma cultura individualista, criar uma dinâmica de empoderamento coletivo, onde se prioriza a valorização das pessoas sobre o capital. Deste modo, existe uma ação coletiva contra as desigualdades que não desaparecem quando o mercado é desregulado (Faria, 2005; Carty & Mohanty, 2015; Moghadam, 2015).

O segundo tipo de movimento feminista transnacional luta contra as normas impostas às mulheres pelo fundamentalismo islâmico. A palavra *fundamentalismo* (religioso) refere-se a um movimento político moderno que instrumentaliza a religião para consolidar poder, prendendo a religião a uma ideia de 'raíz', que a faz refém de uma leitura ortodoxa e fundacional inalterável. Para o fundamentalismo islâmico, as mulheres representam a defesa da moral e da tradição religiosa. Por isso, são submetidas a medidas que, segundo essa lógica, reforçam simultaneamente a moral religiosa e o poder político. Tais medidas passam, por exemplo, pelo uso obrigatório do véu, pela restrição do corpo feminino ao domínio privado ou pela diminuição do valor jurídico da mulher (expresso desde logo no conjunto limitado de direitos a que pode aceder). O papel dos movimentos transnacionais feministas que se inserem neste quadro concentra-se em práticas de resistência e desobediência às medidas impostas às mulheres, como o não uso ou mesmo a queima do véu ou a dança e o cantar em espaços públicos, como forma de emancipação coletiva da mulher dentro destes contextos (Dhaliwal, 2014; Moghadam, 2015).

Os movimentos transnacionais feministas são, de igual modo, movimentos cuja forma organizacional em termos de escala de poder é singular. O contexto da globalização evoca a ideia de que existe um processo em desenvolvimento a ser impingido da dimensão global para as

demais escalas, numa lógica "top-down" (Ferre, 2006). Contrariamente, os movimentos transnacionais feministas envolvem a escala nacional, global, local, institucional, regional e organizacional em todos os sentidos de influência possíveis (Baksh & Harcourt, 2015). Dufour e Giraud (2007) explicam este fenómeno como definidor do alcance que o movimento consegue ter, na medida em que possibilita a articulação de um problema comum sem desconsiderar as especificidades de escalas menores, locais.

É perante esta premissa que autoras como Baksh e Harcourt (2015), Hall (2015) e Snyder (2006) articulam sobre a dialética entre Norte e Sul Global, considerando a sua espacialidade geográfica, no âmbito dos movimentos transnacionais feministas. As autoras demonstram como o legado de um passado colonial afeta de maneira diferente as reivindicações das mulheres de ambas as partes. Enquanto as mulheres do Norte Global concentravam-se na luta por direitos de cariz civil, cujo objetivo é a aplicação de medidas que promovam a igualdade de género em todas as esferas da sociedade, as mulheres do Sul Global destacaram a importância de, antes disso, assegurar condições básicas de vida. Para estas, a eliminação da pobreza, o desenvolvimento e a superação de regimes opressores são pré-requisitos para que a igualdade de género possa ser efetivamente alcançada. As diferenças começam na ausência de consciência em compreender que o ponto de partida do caminho para a mudança da sociedade não é o mesmo.

O passado colonial contribuiu para que o Norte Global tivesse condições de desenvolvimento económico diferentes das do Sul Global. Ainda assim, ambas as frentes de luta são legítimas e necessárias para a transformação social. Neste âmbito, Peggy Antrobus é uma autora central. A investigadora teve um papel preponderante no reconhecimento destas diferenças. Foi crítica dos discursos feministas que precederam a década da mulher (1975-1985), por não reconhecerem as consequências do legado colonial e rejeitou as narrativas pressupostas pelas mulheres do Norte que inferiorizavam as do Sul, através de figuras de representação que as definiam como vítimas, incultas e retrógradas. Ademais, divulgou a ineficácia dos projetos de financiamento ao desenvolvimento e contribuiu para a criação de uma organização transnacional feminista, alternativa aos movimentos transnacionais feministas da época, que reconhece as razões para as diferenças entre Norte e Sul Global (Antrobus, 2015).

Neste contexto, é importante abordar os conceitos de solidariedade e conectividade, amplamente recorrentes na literatura sobre movimentos transnacionais feministas. De acordo com della Porta, Andretta, Mosca e Reiter (2006), os conceitos de solidariedade e conectividade encontram-se estreitamente interligados, sendo que o termo conectividade assume um duplo

significado, referindo-se igualmente a interseccionalidade e a uma ligação entre indivíduos. As mesmas autoras sustentam que a globalização intensificou tanto a velocidade quanto a amplitude das interações entre pessoas e ideias, aumentando a sua conectividade e produzindo uma amálgama de resultados diversos. Por um lado, o fenómeno afetou a dimensão identitária e nacionalista da pessoa, que tende a rejeitar a intensa conectividade com o outro, repentinamente, percebido como diferente.

Por outro lado, o desenvolvimento de tecnologias, especialmente das redes sociais, promove espaços que facilitam a comunicação e fortalecem as conexões entre pessoas. No que se refere a movimentos transnacionais, della Porta e Tarrow (2005) referem-se a esta facilitação de comunicação e aumento de conectividade como uma prática de "difusão" que possibilita a proliferação das condutas do movimento. Paralelamente, Smith, Chatfield e Pgnucco (1997) e Gallegos (2017) declaram que a criação de solidariedade transnacional constitui um elemento essencial para a concretização dos objetivos do movimento. Contudo, os efeitos da Globalização tiveram um resultado contrastante em relação à criação de solidariedade feminista transnacional. Por um lado, provocou o aumento de desigualdades e do individualismo, enfraquecendo as possibilidades de fortalecimento da solidariedade entre os movimentos transnacionais feministas. Por outro lado, por causa da facilitação de conectividade entre pessoas, gerou uma plataforma de mobilização que anteriormente não existia. Deste modo, permitiu que lutas feministas em diferentes contextos se tornassem relacionáveis e, consequentemente, reforçassem as redes de solidariedade feminista transnacional (Wickström, Lund, Meriläinen, Øyslebø Sørensen, Vachhani, & Pullen, 2021; Della Porta, Andretta, Mosca & Reiter, 2006). Para além da dimensão relacional, a conectividade contribuiu para a construção de solidariedade nos movimentos transnacionais ao promover a consciencialização das interligações entre diferentes lutas. A luta feminista é uma luta interseccional e as consequências da sua inação repercutem-se, em diferentes níveis, em todas as comunidades, incluindo aquelas que não se encontram diretamente envolvidas no movimento (Dabiri, 2021).

Em termos de estratégias de ação conduzidas pelos movimentos transnacionais feministas, Ackerly e D'Costa (2005) destacam em particular algumas: o reforço do direito da mulher como um direito humano fundamental, uma estratégia do uso da legalidade para legitimação de formulação política; a exposição de problemas locais para a arena internacional; o uso de ações performativas (música, dança, teatro etc) que simbolizem um padrão de resistência ao patriarcado global; a promoção da articulação entre ativistas de diferentes movimentos sobre

temáticas específicas, com o objetivo de estreitar a colaboração entre os movimentos; e o uso da academia enquanto plataforma de networking, capaz de mobilizar investimentos financeiros em diferentes movimentos, auxiliando a sua manutenção.

Contudo, existem alguns aspetos a considerar, mais desafiadores, sobre este último ponto relativo ao investimento financeiro nos movimentos. Walsh (2015) alerta para alguns dilemas a considerar. Entre eles, é importante refletir sobre a relação entre o financiamento motivado pela solidariedade e o consequente sentimento de controlo sobre a luta, numa lógica de comprador/proprietário que silencia a voz das pessoas diretamente afetadas, tornando-se, assim, contraproducente para a concretização dos objetivos da causa. Esta situação pode ser observada, por exemplo, num caso alusivo à Marcha Mundial das Mulheres. Em Montréal, no ano 2000, não foi possível incluir o tema do aborto no caderno reivindicativo, por oposição do financiador principal da coordenação, uma ONG canadense com ligações fortes à igreja católica (Giraud, 2001 apud Dufour, 2007). No mesmo sentido, a competição entre organizações, movimentos e redes por projetos de financiamento leva ao distanciamento das organizações que lutam de formas diferentes pelo mesmo objetivo. A autora explica que há uma necessidade em ver os resultados do financiamento aplicado, sendo que, por esse motivo, projetos a longo prazo acabam por ser negligenciados em relação aos do curto prazo, apesar da importância de ambos para o crescimento do movimento.

2.2. Solidariedade superficial e substantiva

O termo solidariedade comporta um alcance epistemológico abrangente. Engloba áreas da filosofia ética, da sociologia política, da psicologia comportamental, bem como das Relações Internacionais. É, por isso, um conceito complexo, variável e sujeito a várias interpretações (Bayertz, 1999; Tava, 2021). O ilustre sociólogo Émile Durkheim foi pioneiro na desconstrução do entendimento do termo, decompondo- o entre dois tipos de solidariedade: a mecânica e a orgânica. A mecânica, refere-se a sociedades simples, tradicionalistas e pré-industrializadas. Neste contexto, o surgimento da solidariedade desenvolve-se através da identificação com o outro, igual membro da mesma comunidade, sobre normas culturais, crenças religiosas e experiências comuns vividas. Por outro lado, a solidariedade orgânica desenvolve-se em sociedades modernas, industrializadas, onde a divisão especializada do trabalho gera relações de interdependência com o outro. Ao contrário da solidariedade mecânica, que assume um carácter comunitário,

socialmente homogéneo, de elevado grau, a solidariedade orgânica revela-se mais individualista e plural, na medida em que a coesão social decorre das relações de dependência económica, e não de normas culturais ou valores partilhados (Gould, 2007; Durkheim, 1893/2010).

Para outros autores, a definição do conceito é vista de forma diferente. Para Scholz (2014) por exemplo, o seu significado é composto por três tipos de solidariedade: a social, que regula a coesão social de um grupo através de sentimentos de responsabilidade social e moral, através da coadunação de vínculos morais e culturais entre indivíduos de um mesmo grupo. Esta categoria assemelha-se em grande medida à solidariedade mecânica de Durkheim. A cívica, inspirada na teoria do contrato social de Rousseau, enfatiza a importância do vínculo entre cidadãos e instituições, reconhecendo a interdependência entre os indivíduos como elemento essencial de coesão social. Assemelha-se, à solidariedade orgânica de Durkheim. Por último, a política, que tem como objetivo não apenas a coesão social, mas também a transformação social e política. Trata-se de um tipo de solidariedade característica de movimentos sociais, em que a ligação entre os participantes não se baseia exclusivamente no reconhecimento de normas e valores comuns ou na responsabilidade cívica, mas na necessidade de atuarem em conjunto na construção de uma arquitetura social mais justa.

Por sua vez, Dean (1995) teoriza uma nova perspetiva sobre solidariedade, demarcando o termo no seu sentido afetivo e convencional. Respetivamente, na compreensão de solidariedade como uma obrigação afetiva de pertença, como também da sua conotação de identificação em preocupações e interesses comuns. Para Dean (1995) estas formas de estruturação de solidariedade, que são coerentes com o raciocínio de Durkheim na sua formulação de solidariedades mecânicas e orgânicas, têm as suas limitações e podem ser vistas como fraturantes num contexto internacional progressivamente mais globalizado e multicultural. Neste sentido, a autora propõe a noção de uma solidariedade reflexiva, de carácter universalista, orientada na consciência da diferença e no sentido de responsabilidade de cada individuo para com o outro. Na solidariedade reflexiva, o conceito de solidariedade é abrangente a toda a humanidade, não só na sua dimensão afetiva, mais próxima do "eu", mas também no seu alcance global, no reconhecimento da interconectividade de cada individuo. A responsabilidade social de cada indivíduo estende-se às gerações passadas, presentes e futuras, refletindo a continuidade ética que liga o sujeito ao coletivo ao longo do tempo e promovendo, assim, uma maior sensibilização para a ação coletiva.

Num sentido mais amplo e não estático, o conceito pode ser descrito como uma ação de

cooperação coletiva destinada a promover a melhoria da qualidade de vida da comunidade à qual os participantes pertencem, unidos por vínculos de responsabilidade, apego e compromisso ético para com o objetivo (Bierhoff & Küpper, 1999; Möllhof, Vicenzi, Mehlhorn & Kunze, 2024; Gould, 2007; Bayertz, 1999).

Existe, portanto, uma divisão teórica sobre o conceito de solidariedade. Por um lado, existe solidariedade no seu desígnio primário e formal, cujo objetivo é a harmonia social, de coesão de grupo, aparente nas designações de solidariedade mecânica, orgânica, social, cívica, afetiva e convencional. Por outro lado, aliada não só à transição para a época histórica contemporânea, mas também à evolução do processo de globalização, é desenvolvida uma corrente teórica direcionada para uma forma de solidariedade de cariz transformativo da sociedade, presente nas explicações sobre solidariedade política e reflexiva.

É sobre esta premissa que surgem os conceitos de solidariedade superficial e substantiva. A primeira, está associada à solidariedade formal não transformadora, enquanto a segunda, pela sua própria semântica, apela à reestruturação da essência teórica do conceito de solidariedade, sendo, por isso, associada a uma solidariedade transformadora da sociedade.

Varma e Shaban (2024) desenvolvem a distinção entre solidariedade superficial e substantiva. A primeira, de acordo com a descrição dos autores, implica o foco no indivíduo, que solidário com o movimento, partilha do seu espaço de conforto e sem correr risco de vida algo relacionado com um movimento que não o afeta pessoalmente, mas que o faz para fazer circular a luta do "outro". Segundo os autores, este tipo de solidariedade não tem um impacto real, é performativo e serve para dar continuidade à lógica de superioridade do feminismo do Norte Global. Esta análise é coerente com o fenómeno de "White saviour", entendido como um complexo que se sustenta na ausência de ação política efetiva e que acaba por reproduzir e aprofundar os desequilíbrios de poder entre o Norte e o Sul Global (Dabiri, 2021; Varma & Shaban, 2024; Grewal, 2008). Contrariamente, a solidariedade substantiva tem como foco a ação coletiva e a possibilidade de risco de vida para os solidários com o movimento. É um tipo de solidariedade que pretende ativamente ser um agente de mudança através das suas reivindicações. Ao contrário da solidariedade superficial, a substantiva rejeita a dominação do feminismo do Norte Global e tem como objetivo um feminismo anticolonial. Na sua essência, a ação da solidariedade substantiva centra-se no coletivo e tem como objetivo catalisar a mudança, enquanto a superficial assume um carácter autocentrado que, apesar de expressar apoio à luta do outro, mantém-se conivente com a sua condição.

A reflexão sobre a essência da solidariedade substantiva e superficial leva ao surgimento de múltiplas outras questões, nomeadamente: o que nos leva a ser solidários? O que é que nos leva a passar da solidariedade superficial para a substantiva? Como é que se alcança e mantém a solidariedade, neste caso, substantiva?

A génese da motivação para a solidariedade emerge do desenvolvimento da relação entre política de identidade e psicologia das emoções, sendo que os termos se complementam, mas não são, necessariamente, dependentes um do outro (Tava, 2021; Gould, 2007). A política de identidade destaca grupos sociais, estruturalmente marginalizados e oprimidos na base da sua etnia, género, orientação sexual, religião etc que, por partilharem a experiência de viver num contexto de injustiça social, aproximam–se na criação de uma identidade partilhada. Perante o reconhecimento da injustiça imposta a um grupo social específico, este tende a unir-se em projetos políticos que procuram construir alternativas às estruturas sociais opressoras, reivindicando respeito, um respeito que se manifesta no reconhecimento do outro, do grupo, como diferente, mas igualmente digno no seu direito a ser respeitado. Assim, a experiência partilhada adquire um duplo significado: por um lado, partilhada na vivência da opressão e por outro lado, partilhada na luta coletiva contra essa mesma opressão. Deste modo, a política de identidade pode ser percebida como o decorrer cíclico de dois fatores: identidade e experiência partilhada (Sangiovanni, 2015; Heyes, 2002).

Paralelamente, as emoções humanas têm um papel preponderante na motivação para o desenvolvimento de frentes solidárias. Importa destacar que a emoção é uma componente da psicologia humana que reflete a forma como o individuo reage em relação ao seu meio (Tava, 2021). Neste contexto, a perceção de algo injusto continua a ser um fator central no impulso à solidariedade. De acordo com o modelo de análise de solidariedade proposto pelo autor, a unificação coletiva não resulta de identidades ou ações partilhadas, mas sim da reação a emoções negativas prolongadas que por sua vez culminam na consciencialização da necessidade de agir de modo a superar esse estado emocional. É nesta fase de reação que emerge a solidariedade, a qual pode gerar emoções de natureza mais positiva, como a compaixão e a esperança, capazes de coexistir com as emoções negativas. O mesmo modelo pode ser utilizado como uma lente teórica para interpretar o papel de diversas emoções negativas em contextos que desencadeiem solidariedade. Tava (2021) dá como exemplo a zanga, o ultraje, a indignação e o ressentimento; e Bierhoff e Küpper (1999), bem como Hirsch (1986) abordam o egoísmo, a culpa existencial, a vergonha e ansiedade social.

Todavia, emoções designadamente mais positivas, como a empatia social, o altruísmo, a satisfação e a confiança têm um papel igualmente primário na motivação para a solidariedade. Neste contexto, é importante realçar que empatia social difere do termo comumente usado como "empatia" no seu sentido mais individual. A primeira está associada não apenas ao colocarmo-nos no lugar do outro e ao desenvolvimento de uma resposta emocional de simpatia e compadecimento, mas também ao ganho da consciência de desigualdades estruturais que causam o problema, sendo que a última influencia a primeira (Segal, 2011). Sendo assim, só é possível criar solidariedade substantiva se houver o envolvimento de empatia social enquanto fator de motivação altruístico, crítico e consciente (Gould, 2007). Para além disso, Bierhoff e Küpper (1999) colocam a hipótese de que a empatia é ativada com base na culpa, pelo facto de sentirmos simpatia com um grupo mais desfavorecido do que o nosso. De acordo com esta perspetiva, a motivação altruística perde força, seguindo a assunção de que não se sente empatia por grupos abstratos na sua generalidade, mas por indivíduos ou pequenos grupos que nos são mais próximos. O argumento está em consonância com o conceito psicológico de "colapso da compaixão", que demonstra que o ser humano tende a tornar-se apático perante um grande número de pessoas em sofrimento. A apatia ocorre devido ao elevado custo emocional de sentir, de forma individual, a dor de muitos, o que impede a ampliação da empatia na mesma proporção do aumento de indivíduos que sofrem. Por outras palavras, a capacidade do ser humano de sentir está condicionada pela incompreensão da magnitude de um problema que, quando se torna numa estatística, num número, perde significado (Slovic, 2007). De igual modo, observa-se uma maior predisposição para oferecer ajuda a pessoas identificáveis, próximas, ou ambos, que apresentem uma representação concreta, como um rosto, uma história de vida ou características pessoais, em detrimento de situações descritas de forma abstrata, nomeadamente através de dados estatísticos (Slovic, 2007; Hirsch, 1986).

Quando aplicada à dimensão transnacional, a praticabilidade de sentir empatia com todas as causas do mundo e com a dor de cada indivíduo numa escala global é, essencialmente, nula. O mesmo autor do conceito de "colapso da compaixão" defende que a apatia perante situações com um elevado número de pessoas em sofrimento leva a uma progressiva perda de humanidade (Slovic, 2007). No entanto, isto não significa que a solidariedade transnacional não exista. A capacidade de promover solidariedade não pode depender exclusivamente da variável isolada da empatia. Gould (2007) explora a possibilidade de criar e manter relações de solidariedade com consciência dos próprios limites emocionais, adaptando cada ação não só a indivíduos, mas

também a grupos, organizações e instituições.

Tendo em consideração as diversas possibilidades de motivação para a ação solidária, não é viável conceptualizar a existência de uma causa única e isolada que desencadeie a solidariedade, mas sim uma rede interligada de fatores dependentes de dimensões intrapessoais, interpessoais, intragrupais e intergrupais. Bierhoff e Küpper (1999) propõem um modelo analítico que identifica e organiza os diferentes fatores associados à solidariedade, classificando-os em intrapessoais, interpessoais, posicionais e ideológicos. No entanto, seguindo a explicação de Gould (2007) relativamente à solidariedade transnacional e em como a mesma não tem de ser limitada ao indivíduo de forma isolada, mesmo que se analisem a motivações da pessoa num sentido introspetivo e da pessoa na sua relação com o outro, torna-se necessário acrescentar a dimensão grupal. Esta dimensão abrange um espetro de relações. A título de exemplo, tanto na relação do indivíduo com organizações, como nas relações entre múltiplas organizações e instituições internacionais, ampliando assim o entendimento da solidariedade para além do nível individual.

A presente proposta de estrutura analítica das motivações para a ação solidária não desconsidera as dimensões posicionais e ideológicas identificadas por Bierhoff e Küpper (1999). Pelo contrário, integra-as numa perspetiva sociológica ampliada, reconhecendo- -as como fatores determinantes que moldam e influenciam a magnitude da política de identidade e da resposta emocional. Exemplificando, ao recorrer ao caso apresentado pelos autores sobre as dificuldades de cooperação intergrupal decorrentes de divergências culturais, observa-se a presença de um fator sociológico que influencia: (1) o reforço da identificação dos indivíduos com o próprio grupo, em contraste com os membros do grupo externo; e (2) a emergência de uma resposta emocional negativa coletiva, resultante tanto das emoções individuais quanto do fortalecimento do vínculo identitário intragrupal em oposição ao grupo adversário.

Neste sentido, a presente proposta analítica corrobora a literatura sobre solidariedade ao reconhecer a perceção da injustiça como um fator desencadeador da ação solidária. Contudo, vai além dessa perspetiva ao integrar tal perceção num conjunto de variáveis interdependentes, que se influenciam e sobrepõem mutuamente na explicação das motivações da solidariedade. Isto significa que, perante a perceção de uma situação de injustiça, a reação emocional de um indivíduo é moldada pelos fatores sociológicos, tanto individuais como coletivos, que o envolvem. Essa interação pode desencadear emoções negativas, positivas ou uma combinação de ambas, as quais, por sua vez, influenciam um, vários, ou até nenhum grupo. Esses efeitos repercutem-se novamente no indivíduo e/ou no grupo, desenvolvendo novas respostas emocionais e experiências

partilhadas, num processo contínuo e cíclico de solidariedade que tem como base motivacional a política de identidade e a psicologia emocional, ambas influenciadas por diversos fatores sociológicos.

No seguimento da explanação sobre as motivações para a solidariedade, surge igualmente a relevância, ou mesmo a dependência, que os movimentos de solidariedade têm em relação às redes sociais e à comunicação social (Gould, 2007). Estes meios de comunicação social estão intimamente relacionados com a divulgação de imagens, histórias e testemunhos que afetam o desenvolvimento de empatia em relação a uma história de sofrimento humano que não nos é imediatamente próxima (Slovic, 2007). Por um lado, nos meios de comunicação social tradicionais (telejornais, revistas e rádio), as reportagens tendem, na maioria das vezes, a ser construídas de forma a favorecer a narrativa da parte da história com a qual o público tem maior probabilidade de se identificar, ainda que tal identificação recaia sobre o lado opressor (AlShebli, Casara & Maass, 2025). Além disso, a seleção das notícias é muitas vezes orientada pela expectativa de identificação do espectador com a situação, visando, assim, maximizar a audiência (Elejalde, Ferres & Schifanella, 2019). Por outro lado, as redes sociais, enquanto fontes de notícias, encontram-se fortemente condicionadas por algoritmos personalizados, desenvolvidos a partir dos interesses individuais de cada utilizador. Este processo contribui para que determinadas notícias sejam seletivamente disponibilizadas ao utilizador e, quando o são, frequentemente surgem enquadradas de um modo específico, criado para reforçar os valores pré-existentes da pessoa (Couraceiro & Paisana, 2024). Assim, esta dependência é, apesar de inevitável, problemática e injusta, uma vez que a escolha do assunto a ser divulgado é tendenciosamente escolhido de acordo com o contexto político, cultura local e interesse pessoal de cada um.

No entanto, ao longo do século XXI, as redes sociais consolidaram-se como plataformas progressivamente mais centrais para a articulação e atuação de movimentos transnacionais. Plataformas como o Instagram, Telegram, Facebook e o X (antigo Twitter) não só possuem uma capacidade profunda de difusão rápida de informação à escala global, como também constituem espaços de expressão livre e de denúncia pública de situações que podem ser percecionadas e consideradas como injustas (Kavada, 2014). Inúmeros são os exemplos da utilização das plataformas digitais como ferramentas de exposição e mobilização social: desde a denúncia da violência machista estrutural através do hashtag #MeToo, à coordenação do movimento global #Occupy, passando pelo papel essencial que desempenharam na organização popular e na comunicação durante as revoluções na Tunísia e no Egito, até à mobilização internacional

desencadeada pela morte de Mahsa Jina Amini e pela exposição da condição da mulher iraniana, amplificada pelo hashtag #WLF, que constitui um dos estudos de casos do presente trabalho (Kidd & McIntosh, 2016; Lotan et al., 2011, apud Kidd & McIntosh, 2016; Varma & Shaban, 2024).

É precisamente em virtude do alcance, da capacidade de difusão e da importância das redes sociais para a constituição de movimentos de solidariedade transnacional que, em regimes democráticos e não democráticos, se verifica frequentemente a implementação de mecanismos estatais de controlo e manipulação de informação (Michaelsen, 2020, 2018; Varma & Shaban, 2024). Este controlo é realizado para suprimir potenciais movimentos de contestação contra aqueles que estão numa posição de poder e que estão, essencialmente, a fabricar o problema. Neste sentido, Estados que tenham como objetivo utilizar as redes sociais para preservar o status quo encontram nestas plataformas um novo instrumento político, através do qual é possível oprimir, vigiar e atacar digitalmente qualquer cidadão que tente organizar-se e mobilizar solidariedade em torno da sua causa (Michaelsen, 2020).

Neste sentido, importa considerar o papel da solidariedade superficial e a forma como esta, embora não apresente por si mesma um carácter transformador, pode atuar como uma ferramenta impulsionadora, um intermediário, que favorece a evolução para uma solidariedade substantiva. No caso de não existir divulgação em massa, de forma livre e acessível, de determinado acontecimento que apele à solidariedade, o conhecimento do problema a uma escala global corre o risco de ficar dependente das escolhas editoriais dos meios de comunicação tradicionais e da escrutinação e/ou manipulação das redes sociais. Sendo assim, o que nos leva, enquanto indivíduos a passar da solidariedade superficial para a substantiva é, em última análise, a tríade de fatores sociológicos, de psicologia das emoções e de política de identidade.

Uma vez conseguida a solidariedade substantiva, é necessário compreender os fatores de manutenção da ação transformadora. Por outras palavras, e seguindo a teoria sobre solidariedade reflexiva de Dean (1995), a concretização do objetivo de um movimento solidário não implica o fim da solidariedade relativamente ao problema que lhe deu origem. Pelo contrário, a responsabilidade social de preservar e consolidar os resultados alcançados prolonga-se no tempo, abrangendo tanto as gerações presentes quanto as futuras. Useem e Goldstone (2022) sugerem que a atual conceção de vitória do movimento social é residual e não implica uma mudança *real* se o movimento e os seus objetivos não estiverem incorporados dentro do seu meio social. Sendo assim, apesar de pequenas vitórias serem relevantes para mobilizar pessoas e fortalecer a sua motivação, estas não se traduzem, por si só, na ação transformadora que a solidariedade

substantiva exige. A título de exemplo, ações como protestos, campanhas, reuniões e eventos de sociabilização entre o grupo, bem como conquistas no âmbito das políticas públicas trazem, conjuntamente, fatores que produzem elementos de motivação à continuidade da solidariedade. Nestas ações, quer o indivíduo quer o grupo obtêm um maior sentimento de pertença e identificação com o grupo e têm novas fontes de esperança, confiança e sentido de responsabilidade para com a causa (Hirsch, 1986). Useem e Goldstone (2022) caracterizam este tipo de ações como "orientadas ao alvo" e propõem iniciativas de "re-alinhamento amplo do movimento", conseguido através da cooperação com múltiplos atores, aliados, como instituições públicas, outros movimentos sociais e até figuras de autoridade.

Capítulo III: A Marcha Mundial das Mulheres

3.1. O início da Marcha

A Marcha Mundial das Mulheres é um movimento feminista transnacional cuja origem remonta à manifestação de dez dias realizada no Quebeque, no Canadá, em 1995, intitulada de marcha "Do Pão e das Rosas". Em conjunto e organizadas pela "Féderation des femmes du Québec" (FFQ), 850 mulheres marcharam desde Montreal até ao Quebeque com propostas concretas para exigir ao governo do Quebeque justiça económica e o fim da pobreza. Apesar do seu foco na política local, 25 mulheres representantes de diferentes organizações, de 14 países diferentes, juntaram-se aos cerca de 20.000 apoiantes no comício final (Dufour, 2005; Dufour & Giraud, 2007). A mobilização social foi considerada um sucesso. O governo do Quebeque instaurou medidas que iam de acordo com as reivindicações das manifestantes, tais como: o aumento do salário mínimo, a criação de um programa de creches a 5 dólares por dia, o desenvolvimento da economia social, a criação de habitação pública e mais direitos para mulheres migrantes (Giraud, 2001; Díaz Alba, 2021; Conway, 2008).

Contudo, apesar do resultado da manifestação ter sido amplamente positivo, o governo do Quebeque não respondeu positivamente a todas as reivindicações, sobre a justificação de que a aplicabilidade política de todas as medidas estava altamente limitada pelo governo federal e pela economia capitalista global (Dufour & Giraud, 2007). A realização da responsabilidade política ser condicionada a múltiplos níveis de governança, incluindo o internacional, conjugada com a pequena representação de solidariedade internacional no comício final da marcha do pão e das rosas, aliada ao sucesso da manifestação, fez com que a possibilidade da criação de uma marcha mundial fosse introduzida em 1995, na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim (Conway, 2008; Dufour & Giraud, 2007). Deste modo, ao identificar o neoliberalismo como um fator que acentua essas desigualdades e potencia a violência estrutural, a análise da MMM será conduzida a partir do seu posicionamento crítico face ao modelo, assim como proposto por Moghadam (2015) na sua tipologia sobre movimentos transnacionais feministas.

O projeto da Marcha Mundial das Mulheres foi oficialmente lançado em 1998 com o propósito da Marcha se realizar no ano 2000. Numa reunião em Montreal, 140 mulheres de 65 países elaboraram as reivindicações da marcha a nível global, por uma economia justa, pelo fim da pobreza e pelo fim da violência (Giraud, 2001; Conway, 2008; Dufour & Giraud, 2007). Perante a realização da interdependência económica global, o principal alvo da MMM foram as instituições

internacionais que, para o movimento, mais influência tinham sobre a concretização das medidas exigidas, estas incluíam: o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas (Dufour & Giraud, 2007).

Portanto, desde a sua génese em 1998, a MMM tem como principal luta o combate à violência estrutural contra a mulher e a luta pelo fim da pobreza. De acordo com Galtung (1969), a violência estrutural designa-se por um tipo de violência cujo perpetrador não é ninguém em concreto. Neste caso, a violência é criada nas estruturas sociais em que estamos inseridos e traduz-se em desigualdades de poder, de qualidade e oportunidades de vida. Por outras palavras, a violência estrutural reflete-se numa condição de injustiça social, criada através da desigualdade da distribuição de recursos como a educação, o rendimento, a saúde e o desequilíbrio entre quem tem e não tem poder de decidir sobre a distribuição dos recursos (Galtung, 1969). Para além disso, a violência estrutural, enraizada nos sistemas culturais e institucionais já naturalizados, é difícil de transformar e faz com que a violência visível (pessoal) funcione muitas vezes como um sintoma da própria estrutura da sociedade. Assim, comportamentos individuais deixam de ser casos isolados e passam a refletir um quadro mais amplo de desigualdade (Galtung, 1969).

No quadro do construtivismo social, a violência estrutural, assim como conceptualizada por Galtung (1969), contra a mulher manifesta-se como um exemplo inequívoco de como as estruturas e os agentes são mutuamente constituídos e em como estas reproduzem relações de poder desiguais. Neste contexto específico, o género e o neoliberalismo surgem como indicadores de poder das assimetrias que sustentam a violência estrutural dirigida às mulheres, assim como argumentado por Locher e Prügl (2001).

A 8 de março de 2000, a MMM iniciou a sua 1º Ação Internacional, que consagrou a cooperação de várias organizações feministas grassroot numa luta comum. O evento envolveu marchas em simultâneo em todo o mundo, abrangendo a participação de 600 grupos e 163 países (Dufour, 2005). Diversas ações de protesto foram realizadas ao longo de vários meses a exigir o fim da violência e da pobreza. A ação terminou a 17 de outubro do mesmo ano em frente à sede das Nações Unidas em Nova Iorque, onde foi apresentada uma petição com 5,084,546 assinaturas e foram conduzidas reuniões com as instituições alvo: o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas (Díaz Alba, 2021; Dufour & Giraud, 2007).

Apesar da expressiva dimensão da mobilização promovida pela primeira ação internacional da MMM, os resultados alcançados revelaram-se pouco favoráveis. Em termos

práticos, observou-se uma ausência significativa de respostas por parte das instituições competentes, responsáveis pela implementação de medidas capazes de promover melhorias consideráveis nas condições de vida das mulheres participantes da MMM em diferentes regiões do mundo (Dufour & Giraud, 2007).

Constata-se, assim, uma materialização prática da teoria de Johan Galtung sobre a violência estrutural. As estruturas sociais que gerem e reproduzem desigualdades revelam-se as menos dispostas a alterar a sua posição de privilégio. A sua existência assenta na preservação do *status quo* e na perpetuação dos mecanismos que sustentam a desigualdade, garantindo-lhes uma posição de superioridade sistemática face à vulnerabilidade dos outros (Galtung, 1969). Do ponto de vista construtivista, a inação das instituições interpeladas pode ser interpretada como uma forma de resistência à instabilidade identitária que a implementação de novas medidas inevitavelmente traria. Tais medidas, para além de não se encontrarem alinhadas com as tipificações já internalizadas pelos agentes que integram a estrutura institucional, tendem a desafiar os padrões estabelecidos do seu normal funcionamento (Zehfuss, 2001).

Sendo assim, a conclusão extraída das respostas à primeira ação internacional foi a constatação de que o combate da violência estrutural, produzida e intensificada pelo modelo neoliberal, não implica somente o enfrentamento às instituições de poder, mas exige estratégias mais consistentes, inovadoras e criativas. No caso da MMM, é a aplicação destas múltiplas estratégias que a vão consolidar como criadora de solidariedades substantivas, assim como teorizado por Useem e Goldstone (2022).

3.2. Reconfiguração e estrutura contemporânea da MMM

Para a MMM, a inação das instituições com maior capacidade de influenciar o neoliberalismo global em crescente progresso no início do século tornou-se um fator de motivação à reestruturação do movimento.

A configuração contemporânea da MMM resulta de um conjunto de vários fatores a que Dufour e Giraud (2007) referem como sendo integrantes de um "momento de identidade coletiva", essencial na continuidade do movimento. Entre esses fatores destacam-se: a realização do papel da interdependência politica num mundo em crescente globalização; a consciência do papel do neoliberalismo nesta interdependência, bem como do seu papel no alargamento do fosso de desigualdades estruturantes da sociedade; a perda de confiança nas instituições internacionais; e identificação independente com um contexto social internacional de reação negativa à

globalização, presente, desde os anos de 1980 mas com escalamento nas manifestações de Seattle em 1999 face à reunião da Organização Mundial do Comércio.

Este conjunto de fatores contribuiu para a reestruturação da MMM, materializada em três dimensões centrais. Em primeiro lugar, verificou-se o redirecionamento do alvo principal, do agente de mudança, passando de instituições internacionais para o investimento sobre a justiça social global. Em segundo lugar, o processo de transnacionalização passou de uma forma de mobilização para o objetivo em si, consubstanciado na criação de uma rede feminista transnacional; e por último, intimamente relacionada com o ponto anterior, a reorientação do foco da MMM. O movimento passou a privilegiar os grupos e redes que o integram, consolidando-se como um verdadeiro espaço de solidariedade feminista transnacional (Conway, 2008; (Dufour & Giraud, 2007).

A principal e mais importante mudança ocorrida foi o fim da liderança da MMM por parte da FFQ, organização feminista que organizou a marcha do "pão e das rosas" (Dufour, 2005). O movimento alterou a sua estrutura de modo a privilegiar um modelo de liderança partilhado, altamente descentralizado e dependente da coordenação e cooperação internacional (Díaz Alba, 2021). Atualmente, a marcha é composta por 61 Órgãos Nacionais de Cooperação, por grupos de participantes ativos, por simpatizantes, pelas Comissões temáticas e grupos de trabalho, pelo Comité Internacional e pelo Secretariado Internacional. (Marche Mondiale, 2023).

Entre estes, apenas os Órgãos Nacionais de Cooperação, o Comité Internacional e o Secretariado International fazem parte da estrutura organizacional da marcha, sendo os únicos com direito a participar ativamente nas reuniões internacionais, ocorridas maioritariamente a cada três anos. Os restantes grupos participam com o estatuto de observador (Marche Mondiale, 2023). As reuniões internacionais da MMM são encontros entre as delegações dos ONC ativos no movimento e assumem funções legislativas, organizacionais e eletivas. Entre elas, destacam-se a organização do plano para as Ações Internacionais, a discussão sobre os relatórios financeiros apresentados pelo SI e a redefinição do caderno reivindicativo da MMM. De igual modo, é nas reuniões internacionais onde são criadas as comissões temáticas, cujo propósito é facilitar a criação de ações de educação popular e fomentar a discussão sobre os temas designados. É o único espaço onde se realizam decisões vinculativas e é o único momento que reúne todas as representantes da MMM. As decisões feitas na reunião internacional têm de ser consensuais, mas se o consenso não for possível, é necessária que a proposta tenha 2/3 dos votos distribuídos homogeneamente pelas regiões representadas. No caso de haver uma grande disparidade

regional, cabe ao Comité apresentar soluções. O voto por consenso é uma forma de assegurar a visibilidade de todas as participantes. No entanto, o relato de uma entrevistada explicou que, muitas vezes, o consenso consegue ser assegurado através da abstenção do voto de algumas participantes, com o objetivo de não existir resistência e desentendimentos na reunião (Marche Mondiale, 2023). Em última instância, existem reuniões onde o objetivo do consenso é cedido ou alterado pelo bem-estar coletivo do movimento, como expressa esta citação direta do discurso de uma das nossas entrevistadas:

> Nós, portuguesas e não só, as brasileiras também debatiam isso e, portanto, nós tínhamos o peso das pessoas que queriam que esse ponto viesse na Carta. E elas...porque era tudo consensual e para não haver discórdia não puseram esse ponto do aborto. E, portanto, nós provámos. Portanto, a Carta foi aprovada por unanimidade, mas as três portuguesas abstiveram-se naquele ponto. (Joana, nome fictício, 2026)

O Comité Internacional é encarregue de acompanhar as decisões tomadas em sede da reunião internacional e de ser um promotor da marcha em todo o mundo. É composto por 14 membros efetivos de diferentes regiões do mundo. A sua primeira responsabilidade é pelas atividades da MMM enquanto movimento no geral e depois, em segundo plano, pelas atividades nacionais. Por sua vez, o Secretariado Internacional é considerado a estrutura permanente da MMM e assume a responsabilidade de implementar as medidas acordadas na reunião internacional, mobilizar recursos financeiros para o movimento e garantir a coordenação entre todos os integrantes da MMM. Age de forma coletiva e com o parecer do Comité Internacional, mas possui uma coordenadora, eleita numa reunião internacional, que é a representante da MMM (Marche Mondiale, 2023; Dufour, 2005). Contudo, apesar de ser a estrutura permanente, as ações da MMM não estão dependentes da sua existência (Dufour, 2005).

Acresce referir que nem a localização das reuniões internacionais nem da sede do SI possuem um carácter permanente. Ambas são rotativas de modo a incluir diversos pontos do globo. Especificamente sobre a localização da sede do SI, é eleita numa reunião internacional e tem a duração de seis anos (Marche Mondiale, 2023). A estruturação atual da MMM foi consagrada no quarto encontro internacional, realizado em Nova Deli, na Índia, em 2003. A questão do espaço físico dos encontros internacionais e da sede do SI da MMM não serem fixos revela a congruência dos valores da MMM, ao intitular-se um movimento feminista, multicultural,

anti-imperialista, anti-capitalista e anticolonial. De acordo com Conway (2008) na sua revisão sobre políticas do espaço e da escala, o próprio entendimento do conceito físico de espaço tem sofrido mutações. Enquanto anteriormente o espaço era concebido como um lugar associado à homogeneidade cultural e identitária, a visão contemporânea sugere que o espaço é produzido através de práticas e discursos sociais dinâmicos (Conway, 2008). Neste sentido, dado que o movimento se define pela heterogeneidade cultural, revela-se coerente a opção de não estabelecer a sede num único local. Tal escolha permite que, através da configuração espacial, sejam valorizadas e tornadas visíveis diferentes lutas específicas, igualmente relevantes, que em muitos casos tendem a permanecer marginalizadas. Através deste funcionamento, o que a MMM pretende é não perpetuar discursos coloniais e distribuir o poder, neste caso simbolizado na sede do SI, também para o Sul Global. Sendo assim, escolher rotativamente os locais onde decorrem encontros internacionais implica dar um significado simbólico da ideologia do movimento a um espaço físico (Conway, 2008; Conway, 2018). Portanto, o espaço configura-se de igual forma como uma construção social, à qual o movimento redesenhou o seu significado intersubjetivo de modo a coadunar-se com os seus valores.

3.3. As ações internacionais

A magnitude da 1º Ação Internacional, a sua adesão e a especificidade dos contextos locais que assolou foi retratado no documentário "Partition pour voix de femmes" da autoria de Sophie Bissonnette (Conway, 2008). Assim como mencionado anteriormente, a 1º ação internacional culminou numa ação confrontativa com as instituições políticas e financeiras globais, sem se ter conseguido atingir os resultados esperados.

No entanto, foram possíveis identificar algumas mudanças tangíveis a nível mundial. No Burkina Faso e em Moçambique, realizaram-se pela primeira vez reuniões com os líderes políticos dos respetivos países para discutir as preocupações das locais, participantes do movimento. Na Venezuela, a violência conjugal foi constituída como crime. Em Marrocos, manifestações sobre mudanças no Código da Família constituíram um elemento decisivo para a obtenção de avanços significativos nesta matéria (Asselin, 2010). Na Bélgica, as mulheres da região de Valão e de Flandres uniram-se nas suas reivindicações feministas, contrariando assim um passado de separação (Dufour, 2007).

Acima de tudo, a 1º Ação Internacional facilitou a criação de um sentimento de pertença,

de identificação com um movimento social coletivo, de identificação com a causa que defendia. Por isso, apesar dos resultados não terem sido excecionais, a emoção (positiva) que assolou as participantes da MMM tornou possível a continuidade do movimento, cuja estrutura já estava reformulada aquando da 2º Ação Internacional, em 2005 (Dufour & Giraud, 2007).

A 2º Ação Internacional envolveu duas grandes ações principais: o lançamento da Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade e a criação do manto da solidariedade (Alba, 2021; Tavares, Bento & Magalhães, 2004). A Carta foi um documento que foi aprovado na 4º reunião internacional no Ruanda, em 2004 e que descreve o mundo que a MMM está a construir (Conway, 2008; Dufour, 2005). Descrita ao longo de cinco princípios: igualdade, liberdade, solidariedade, justiça e paz, a Carta é o reflexo da inclusão de todas as mulheres da MMM, do Norte e do Sul Global, dos mais variados contextos sociopolíticos, numa representação de identidade coletiva e do cariz de solidariedade substantiva que o movimento possui (Conway, 2008; Dufour, 2005; Marche Mondiale, 2005). No que diz respeito aos direitos reprodutivos e à liberdade sexual de cada mulher, a Carta indica na afirmação 4, sob o princípio da igualdade, que: "As mulheres são livres para tomar decisões sobre o seu corpo, a sua fertilidade e a sua sexualidade. Podem decidir se querem ou não ter filhos."[2] (Marche Mondiale, p.4, 2004). A linguagem adotada evita deliberadamente o uso explícito dos termos "aborto" e "lesbianismo", com o objetivo de acomodar a diversidade de perspetivas das participantes. Ao recorrer a formulações mais abertas à interpretação, o documento procura garantir um carácter totalmente inclusivo (Dufour, 2005). Esta preocupação com as palavras, pelo peso do significado que comportam em várias localidades, é contextualizada por uma das entrevistas realizadas no âmbito da presente dissertação:

> Portanto, no Ruanda uma das coisas que nós queríamos era finalmente aprovar a Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade, e nós queríamos introduzir no ponto da liberdade a questão do aborto, (...). E foi muito discutido, foi muito discutido porque, nomeadamente as africanas colocavam muitas reticências relativamente à questão do aborto. Ainda por cima porque nós estávamos num país onde a morte estava muito presente. Tinha sido o genocídio e muitas daquelas mulheres viam o aborto como matar uma criança. (Joana, nome fictício, 2026)

O contexto em que as mulheres ruandesas estavam inseridas, a proximidade temporal e emocional ao genocídio de 1994, foi uma variante muito influente no seu posicionamento em relação ao

[2] A citação direta apresentada foi traduzida pela autora.

tema do aborto. Para a MMM, a importância de assegurar o ponto de vista de todas as mulheres presentes sobre as reivindicações que estavam a fazer era, em si, um ato de solidariedade feminista, como ilustra esta afirmação:

> Aquilo que acontecia é que era preciso que as pessoas que faziam parte da marcha de cada país se sentissem confortáveis com aquele caderno reivindicativo. (Joana, nome fictício, 2026)

Ao longo da ação, a Carta circulou por todo o mundo, atravessando 53 países. A ação começou no Brasil no dia 8 de março de 2005, onde 40.000 mulheres se juntaram e marcharam pelo lançamento da Carta. A Carta circulou por múltiplos países e teve a capacidade de mobilização em cada zona que passava. Esta adesão foi conseguida não só pelos OCN representantes, mas também pelos vários grupos feministas da sociedade civil que se organizavam e criavam diversas iniciativas em solidariedade com o que a Carta representava. Na Índia, foi realizada uma campanha de assinaturas de apoio à Carta e os governantes de cada Estado indiano em que a Carta passou comprometeram-se a acabar com a violência contra as mulheres. Nas Filipinas, quase 2000 mulheres participaram e assinaram um manto com o símbolo da MMM e com os 5 princípios da Carta. No Líbano, igrejas e mesquitas participaram em orações de solidariedade com a ação. A carta chegou ao seu destino final a 17 de outubro em Uagadugu, no Burkina Faso. (Dufour & Giraud, 2007; Alba, 2021; Dufour, 2005; Marche Mondiale, 2005).

Paralelamente, o manto de solidariedade feminista acompanhou fisicamente a Carta pelos países que participaram na marcha mundial. O manto surge como um objeto físico repleto de simbologia. Para a MMM, a criação de quadrados que representavam as perspetivas de cada OCN sobre o futuro que queriam construir simbolizava a criação de uma grande identidade feminista global, o manto representava a união e a solidariedade para com o movimento (Dufour & Giraud, 2007; Alba, 2021).

A ação internacional de 2010 focou-se em quatro reivindicações principais: a autonomia económica das mulheres, o bem-estar coletivo e serviços públicos, a violência contra as mulheres e a paz e desmilitarização. As ativistas marcharam por estes pontos sob o slogan “Mulheres a marchar até sermos todas livres”. Este slogan em específico, teve como objetivo demonstrar as consequências que os conflitos armados têm na vida das mulheres, ao destacar a forma como estes contextos intensificam vulnerabilidades preexistentes e acrescentam novas camadas de pobreza, exclusão e violência, dimensões que estão presentes ao longo dos quatro tópicos. Em

diversos países, no Paquistão, no Mali, na Colômbia e na Grécia, houve debates profundos sobre a necessidade de desmilitarizar e criar paz. A ação acabou em Bukavu, na República Democrática do Congo, o primeiro evento internacional da MMM num território em conflito. O local foi escolhido em solidariedade com as mulheres congolesas que experienciam violência sexual sem precedentes devido ao conflito armado em que estão inseridas. (Asselin, 2010; Marche Mondiale, 2010). Uma das entrevistadas, que esteve presente na atividade, relata com maior profundidade o desfecho do trabalho da MMM nesta ação internacional:

> O que eu acho é que há isto, ou seja, se formos pensar no Congo, por exemplo, estes três níveis, a um nível eu acho que não houve mudança, ou seja, a um nível maior, mais amplo, mais vasto, que era no fundo aquilo que nós desejávamos, não conseguimos. Sobre a visibilidade da violação enquanto arma de guerra, sim, eu acho que foi conseguido. De reforço do trabalho coletivo das organizações mulheres da do Congo, também, com as suas fragilidades e as suas dificuldades, porque é realmente um desafio muito grande. (Sofia, nome fictício, 2026)

A 4º Ação Internacional aconteceu em 2015 sob o slogan "Libertem os nossos corpos e os nossos territórios" e teve como temas centrais a questão da soberania alimentar, da crise climática e da exploração laboral. A ação contou com uma reunião regional nas Américas, que aconteceu em Camaraja, no Perú e acabou em Nairobi, no Quénia. Para além disso, realizou-se uma atividade pan-europeia, a Caravana Feminista, que se focou no tema da soberania alimentar e angariou mais de 500 mulheres de vários países no destino final, em Lisboa (Dufour, 2016). Uma das entrevistadas relata a sua experiência na Caravana Feminista, como ilustrado na seguinte afirmação:

> Portanto, a caravana começou no Curdistão e terminou em Lisboa. Começou no dia 8 de março e veio do País Basco, atravessou a Espanha, entrou no Porto no dia 12 e 13, depois esteve em Coimbra no dia 14 e depois em Lisboa, 15, 16 e 17 de outubro. E nós conseguimos juntar mais de 500 Mulheres de todo o mundo. Vieram Mulheres de todo o mundo. (...) Fizemos um trabalho incrível, fizemos uma série de ações. Estivemos em Santa Filomena, na Amadora onde estavam as mulheres a ser despejadas. Fizemos iniciativas muito diversas. Fizemos passagens de filmes ali em Braço de Prata, fizemos workshops e discussões. Foi de facto muito interessante e depois fizemos uma grande manifestação. Mas, o que é incrível é que no final

> e nomeadamente na manifestação que fizemos no último dia em Lisboa, no dia 17 que o grupo de mulheres portuguesas era mínimo. Era super reduzido em relação às 500 mulheres daquele grupo. E o que é incrível é que não tivemos comunicação social nenhuma. Uma ação com a projeção e com força que teve, não é? (Joana, nome fictício, 2026)

O ano de 2020 foi marcado pela Pandemia Covid-19 e, para a MMM, pela sua 5º ação internacional, cujo slogan foi "Resistimos para viver, marchamos para transformar!". A ação foi marcada pelo formato digital, pela renovação da importância da economia local para a sobrevivência dos povos e pelas desigualdades que o sistema económico neoliberal produz (Marche Mondiale, 2020). As afirmações provenientes de duas entrevistas permitem uma contextualização mais aprofundada da ação internacional:

> Agora, aquilo que eu senti em 2020, e estive diretamente envolvida na organização de Ação Internacional, porque pela primeira vez na nossa história teve que ser online, o que é muito contra os princípios da marcha, mas também naquilo que sustém a marcha, que são as ligações individuais e comunitárias que vamos fazendo conforme nos vamos encontrando. E depois também tem esta coisa, que é assim, por exemplo, nós temos uma coordenadora na Nova Caledónia. (...) A Nova Caledónia tem um fuso de 12 horas, portanto, se está numa reunião ao meio-dia connosco, significa que tinha que estar numa reunião à meia-noite connosco, não é? (...) a questão de ter sido online, quer dizer, três dias online, de manhã à noite, não foi, não é possível. Foi muito, muito complicado de gerir, não teve uma participação por aí fora. (Teresa, nome fictício, 2026)

> Na verdade, há cinco anos não pudemos realizar um grande evento devido à pandemia da COVID, o que significa que a última vez que estivemos todas juntas foi há dez anos. As feministas mais jovens não sabiam disso, mas as outras lembram-se do quão marcante é um momento como aquele, do quão importante é. Isso ajudou imenso a mobilizar as pessoas, porque pudemos contar com essas feministas que se lembram, que sabem como é esse tipo de ação. (Militante MMM Quebéque, 2026; tradução da autora)

A reconfiguração das ações da MMM, em alinhamento com as prioridades impostas pela pandemia, pôde ser observada quando o auxílio direto às pessoas afetadas pela Covid-19 passou a ocupar uma posição central. Neste contexto, as discussões relativas aos eixos temáticos da ação internacional foram temporariamente colocadas em segundo plano. Uma das entrevistadas exemplifica o contexto: "Então, acho que nós, por exemplo, na pandemia, a gente fez a luta enquanto a gente distribuía marmita, a gente fez a luta enquanto a gente reivindicava auxílio emergencial, a gente fez a luta distribuindo cesta básica" (Militante MMM Brasil, 2026).A 5º ação internacional ter coincidido com o início da pandemia foi um embate no grande pico quinquenal de atividade da MMM, tendo sido um reflexo da atividade do movimento nos anos em que a pandemia esteve presente. Assim, o período que compreendeu a ação internacional de 2020 e 2025 surgiu como um período de reflexão da MMM sobre as suas necessidades, formas de organização, estratégias e capacidade de adaptação, algo esclarecido por uma das entrevistadas:

> Aliás, eu acho que a Marcha em si foi muito impactada pela pandemia, porque o facto de não nos podermos mover foi muito complicado, mas também porque as necessidades mudaram imediatamente. (...) Não havia muito interesse nessa altura de ter uma discussão profundamente política, porque havia necessidades que eram maiores. (...) A Marcha, por exemplo, agora tem uma coordenadora no Japão, que nunca tivemos, voltou a fortalecer a coordenadora das Filipinas, que tinha sido um aliado importante e que depois foi-se desvanecendo. Mas também foi feita à custa de uma certa formalidade, não é? Porque nem sempre são os grupos de base que lideram a Marcha nesses países. (Teresa, nome fictício, 2026)

A ação mais recente da MMM ocorreu em 2025. A ação teve início a 18 de fevereiro, no Saara Ocidental, em homenagem ao Dia Internacional de Solidariedade com as mulheres saarauís. Os focos principais da 6º ação internacional foram semelhantes aos da 4º ação internacional: defender o bem-estar comum, contra a ação de corporações transnacionais, criar uma economia feminista sustentável e baseada na soberania alimentar, eliminar a violência contra as mulheres e a paz e desmilitarização. Estes pontos foram defendidos ao longo de diversas ações sob o slogan "Marchamos contra as guerras e o capitalismo, defendemos a soberania dos povos e o buen vivir!" A ação reforçou a sua solidariedade com as mulheres que vivem em territórios ocupados e em conflitos, destacando a Ocupação na Palestina e no Saara Ocidental. De igual modo, foi organizada uma ação solidária no mediterrâneo, o "Barco da paz feminista", que navegou da Argélia até à Turquia, em homenagem aos migrantes e refugiados que arriscam a sua vida à procura de

melhores condições de vida. A ação foi também marcada por um símbolo, a tenda, que representa a guerra, a deslocação forçada e uma das consequências mais gravosa do sistema capitalista, mas também simboliza um lugar de sabedoria e conhecimento para diversas culturas. A ação terminou com 24 horas de ação feminista contra o capitalismo e a guerra, tendo sido oficialmente encerrada no Brasil (Marche Mondiale, 2025). A importância da ação internacional na promoção do sentimento de solidariedade entre os participantes é ilustrada pela seguinte afirmação de uma das entrevistadas:

> É importante para que a gente tivesse essa compreensão da luta a nível mais amplo do estado e também nacional e até mesmo internacional, porque foi um momento para a gente se informar um pouco a respeito dessa causa, entender o que significa defender os bens comuns e como nos engajar mais nessa luta contra as transnacionais. A sexta ação se encerrou aqui no Brasil, teve uma ação em São Paulo, mas também no Rio Grande do Norte e nós de Alagoas pudemos também colaborar com o seminário que ocorreu lá, em que pudemos ouvir mulheres de outras regiões do Nordeste que também estavam impactadas e também estavam com essa pauta, esse eixo na organização da ação. (Militante MMM Brasil, 2026)

3.4. Arenas Internacionais

As arenas internacionais configuram-se como espaços formais privilegiados para o diálogo entre movimentos sociais, funcionando como importantes catalisadores da cooperação transnacional entre os mesmos. Neste contexto, embora exista uma diversidade significativa de arenas internacionais, tais como os Fóruns Sociais Regionais e conferências multilaterais, o Fórum Social Mundial demonstrou-se particularmente relevante para a MMM, tanto pelo seu alcance global quanto pela sua capacidade de conectar a MMM a outros movimentos sociais, sobretudo nas fases iniciais de consolidação do movimento (Nobre & Faria, 2003).

3.4.1. Fórum Social Mundial

Tendo já realizado a 1° ação internacional em 2000, o entusiasmo e a força que permeava a ação da MMM na época foram fatores de motivação para a participação do movimento, em 2001, no primeiro Fórum Social Mundial, em Porto Alegre (Dufour & Giraud, 2007). O FSM consolidou-se como um espaço de articulação política e estratégica entre diversas lutas sociais,

ao reunir movimentos heterogéneos que, apesar das suas especificidades, convergem na crítica ao modelo neoliberal e na construção coletiva de alternativas económicas globais (Nobre & Faria, 2003). A MMM esteve presente no evento como defensora da necessidade de integrar a perspetiva feminista no projeto global que se estava a debater. Do mesmo modo, a sua atuação procurou criar alianças com outros movimentos sociais, evidenciando a natureza interdependente das opressões produzidas pelo modelo neoliberal e, portanto, a necessidade de respostas igualmente interseccionais. Neste processo, a MMM destacou-se como uma das redes feministas transnacionais com mais alianças em todo o mundo (Nobre & Faria, 2003). Uma das pessoas entrevistadas descreve o momento de entrada da MMM no FSM e os seus propósitos:

> E a marcha que tinha tido a primeira ação global em outubro de 2000, entrou logo no fórum e, portanto, a perspetiva era... digamos que as Mulheres contaminassem o fórum, não só do ponto de vista da presença nos painéis como oradoras, mas também do ponto de vista do registo, do discurso, que as Mulheres não fossem arredadas do discurso. A economia tinha que falar das Mulheres e, portanto, este aspeto foi muito importante. (Joana, nome fictício, 2026)

A participação no FSM não ampliava apenas o alcance político das reivindicações feministas, como também contribuía para o fortalecimento interno do movimento, ao situá-lo num meio mais vasto de lutas contra as dinâmicas globais do neoliberalismo. Por sua vez, este enquadramento com o evento insere-se na transformação mais ampla observada nos movimentos sociais em geral. Enquanto entre as décadas de 1980 e 1990, os movimentos sociais orientavam grande parte da sua ação para a influência das instituições internacionais, como as Nações Unidas, a partir dos anos de 1990 verifica-se uma deslocação do foco estratégico para a luta pela justiça global. Todo o percurso histórico da MMM desenvolve-se em estreita consonância com o contexto internacional em que o movimento esteve inserido (Conway, 2018).

Em 2002, o movimento aumentou a sua presença através da organização de manifestações que tiveram uma adesão considerável e através da introdução da discussão sobre violência contra as mulheres numa conferência (Nobre & Faria, 2003; Conway, 2008). Em 2003, a MMM foi ainda mais visível do que nas edições anteriores, tendo instaurado o debate feminista nas sessões relativas a alterações dos sistemas económicos e sobre o trabalho (Nobre & Faria, 2003), estruturaram um painel sobre Direitos Humanos (Tavares & Bento, 2004) e criaram um programa com vários eventos feministas (Conway, 2008).

Contudo, apesar da crescente presença do movimento e do tópico da luta pelos direitos da mulher nos Fóruns Mundiais Sociais, a resposta dos participantes em relação à introdução de um ínfimo debate feminista no FSM de 2003 foi, na sua generalidade, negativa e reflexiva da profundidade da dinâmica patriarcal na sociedade global (Nobre & Faria, 2003). Na realidade, apesar das feministas terem progressivamente aumentado a sua presença nos debates do FSM e de terem conseguido aumentar a participação ativa em atividades feministas no evento (Tavares, Bento & Magalhães, 2004), permanece evidente a necessidade contínua de criar dinâmicas que enfatizem a urgência de abordar a violência de género em todas as dimensões. Em 2005, centenas de pessoas marcharam durante o FSM em protesto dos rumores da violação sexual de 90 mulheres na ala jovem do evento (Giraud, 2012). Neste contexto, a MMM, principal organizadora da marcha, solidificou e acrescentou um nível de seriedade em relação à urgência do debate sobre a violência contra a mulher. Relatórios consequentes à denuncia evidenciaram dois casos de violência sexual, em vez dos 90 inicialmente relatados. No entanto, a ausência de declarações públicas em relação aos acontecimentos por parte da organização do FSM, bem como a existência de uma marcha de oposição, realizada por homens que exigiam a sua "liberdade sexual" coloca em debate a segurança de um espaço que tem como objetivo promover a livre circulação de ideias e propostas contra o modelo neoliberal entre todos os movimentos. Paradoxalmente, o sucedido colocou as mulheres integrantes desses movimentos, que lutam por um propósito comum, numa posição de opressão. Ademais, destacou o argumento inicial da MMM de que a violência contra a mulher é estrutural e sistémica, sendo necessária a contínua presença deste tema em espaços como os FSM (Giraud, 2012; Koopman, 2007).

Adicionalmente, o FSM tem sido progressivamente alvo de críticas, não só de movimentos feministas como a MMM, como também dos movimentos da sociedade civil na sua generalidade. A génese das críticas é duplamente estrutural e cultural e tem vindo a ser um fator de boicote e menor participação da parte dos movimentos. Vargas (2020) destaca que as principais críticas ao FSM são relativas à sua estrutura organizacional, às suas práticas de exclusão e aprofundamento de injustiças e desigualdades sociais. Respetivamente, a autora salienta que o FSM se autodetermina como uma plataforma de discussão entre movimentos da sociedade civil para a construção de um mundo diferente, contra o neoliberalismo, que é horizontal, democrático e inclusivo. Contudo, a sua organização revela-se hierárquica, logisticamente incapacitada e com relações de poder e tomadas de decisão que revelam falta de transparência. Do mesmo modo, a premissa da igualdade e da justiça social definidas nos seus princípios revela-se contraditória com

as suas ações práticas. A título de exemplos, o FSM aplica taxas de participação incompatíveis com a realidade económica de muitos países, principalmente do Sul Global; é ideologicamente tendencioso em relação às figuras políticas que aceita num evento que devia excluir atores políticos e focar-se nos contributos da sociedade civil; e privilegia académicos e ONGs de renome na organização dos painéis, dos temas a discutir e dos seus oradores, havendo uma tendência evidente na atribuição do poder organizacional do evento a classes económicas mais privilegiadas.

Para além disso, houve uma prevalência para desqualificar a questão feminista como uma luta subadjacente às dinâmicas de poder neoliberais e a ignorar dinâmicas de poder neocoloniais, o que resultou na sobre representação de pessoas caucasianas em detrimento de outros grupos étnicos. Hewitt e Karides (2012) referem que a MMM foi um ator particularmente crítico na conduta que o FSM foi desenvolvendo ao longo do tempo, explicitando que não é possível construir um mundo novo, socialmente justo e democrático, se não se considerar em plenitude de igualdade a luta feminista. As autoras salientam igualmente uma dimensão cultural subjacente à resistência do FSM em conferir centralidade à questão feminista na definição da sua agenda temática. Mesmo nos painéis dedicados ao tema, a participação era maioritariamente feminina. Tal configuração revela que num contexto onde a organização está estruturada para privilegiar a adesão de um grupo relativamente homogéneo e pouco comprometido com a agenda feminista, em grande medida por não reconhecer a sua relevância no quadro de uma cultura patriarcal dominante, esta temática tende a ocupar uma posição periférica no conjunto das prioridades do evento. Assim, o que inicialmente se designava como uma arena de discussão transnacional entre vários movimentos da sociedade civil, com perspetivas de ser o palco da criação de estratégias de ação transformadoras, foi-se progressivamente transformando num evento antagónico aos seus ideais e desmoralizante para os seus participantes originais. Este desfasamento culminou em resultados pouco concretos e de eficácia limitada, contribuindo para o enfraquecimento gradual da sua legitimidade.

3.5. Estratégias de ação

3.5.1. Associação com movimentos sociais

As alianças entre movimentos sociais configuram-se como uma estratégia central para a construção de solidariedade substantiva. As alianças com movimentos não feministas em particular, ou seja, com movimentos que não têm na sua base o mesmo objetivo, são

particularmente relevantes na medida em que ampliam a capacidade de influência sobre a ação coletiva e evidenciam a constituição de uma frente de luta unificada e heterogénea. Esta dinâmica de confluência de agendas é vista como uma forma de aumentar a visibilidade dos movimentos e, quando bem conseguida, revela-se um importante fator na sua longevidade. As alianças possibilitam o reforço da influência dos movimentos, favorecem a mobilização e a agregação de novos participantes por alargarem as possibilidades de identificação com o movimento (Van Dyke & Amos, 2017). Esta estratégia é brevemente ilustrada na seguinte afirmação:

> Acho que esse movimento enraizado nas lutas populares, que conecta o local com o nacional e o internacional e constrói luta democrática, popular, de esquerda em aliança com os movimentos sociais. Não apenas o feminista prioritariamente, mas em aliança com os movimentos sociais e principalmente com as mulheres desses movimentos sociais. (Militante MMM Brasil, 2026)

Assim, para serem bem-sucedidas, as alianças entre movimentos sociais não devem apresentar um registo de competição, mas de coordenação e apoio mútuo na sua ação, por haver a compreensão de uma identidade partilhada baseada na opressão. Conferências e fóruns internacionais, como o FSM, tornam-se espaços privilegiados de criação de alianças entre movimentos, ao integrarem num só espaço físico e momento temporal vários grupos que, de outra maneira, não teriam a mesma oportunidade para interagir. A internet, particularmente as redes sociais, consagraram-se como os espaços digitais que permitem o mesmo processo e manutenção de alianças quando não é possível participar nos fóruns ou quando estes já não se demonstram ideologicamente compatíveis com vários movimentos (Beamish & Luebbers, 2009; Van Dyke & Amos, 2017). Em sede de entrevista, foi relatado como ambos os espaços, físico e digital, têm um papel fundamental na formação destas alianças. No início da MMM, estes espaços traduziram-se na Conferência de Pequim e no uso do email:

> É a Internet e é a capacidade que nós temos através de e-mails e agora neste momento estamos a olhar uma para outra, não é? Foi isto, foi a internet que permitiu esta solidariedade, esta capacidade de comunicação. Mas aquelas mulheres do Québec, elas estiveram na conferência de Pequim. Eram Mulheres com uma atividade militante muito forte, mulheres do ponto de vista ideológico muito seguras e tinham uma perspetiva anticapitalista e anti patriarcal. Portanto, elas não eram umas meninas quaisquer, eram mulheres poderosas. Elas tinham muitos contactos e estes contactos fantásticos com a Via Campesina...com estas

> associações que eu disse permitiram, de facto, que nós mulheres contaminássemos esses movimentos e esses movimentos nos contaminassem a nós. (Joana, nome fictício, 2026)

Do mesmo modo, Van Dyke e Amos (2017) referem outros fatores que facilitam a criação de alianças, nomeadamente a existência de indivíduos que sirvam de ponte entre os movimentos, que tenham uma rede de networking capaz na mobilização e a existência de uma estrutura organizacional clara nos movimentos que possibilite a comunicação entre representantes. No caso da MMM, as representantes são a coordenadora do Secretariado Internacional, membros do Comité Internacional e representantes dos OCN. Similaridades culturais e ideológicas, bem como a capacidade de mobilizar recursos revelam-se fatores de aproximação ou distanciamento entre os movimentos. De forma ilustrativa, historicamente entre movimentos feministas, diferenças ideológicas inibiram a criação de alianças entre grupos. Independentemente, os fatores apresentados caracterizam-se como não vinculativos para a criação da aliança e importantes na sua manutenção, enquanto a existência de um objetivo comum e a valorização mútua da aliança são determinantes para a sua existência (Beamish & Luebbers, 2009; Van Dyke & Amos, 2017; Staggenborg & Lecomte, 2009).

Desde o seu início, a MMM conseguiu criar uma rede de alianças notável, que contou, na 1° ação internacional, com mais de 5000 alianças, de base feminista e não- feminista, ao longo de 163 países com grupos que incluíam, por exemplo: sindicatos, partidos políticos, grupos pelo fim da pobreza e movimentos pelos direitos humanos (Dufour & Giraud, 2007; Staggenborg & Lecomte, 2009).

Uma das alianças mais proeminentes é com o movimento Via Campesina, um movimento transnacional camponês. A associação com o movimento defensor da soberania alimentar permitiu acrescentar a este discurso a componente feminista que, sem se apoderar do seu projeto, enriqueceu-o ao destacar em particular a importância da mulher camponesa, rural e indígena. Assim, a MMM consegue alcançar um grupo, a população camponesa, que, de outra maneira, poderia permanecer à margem das discussões feministas (Conway, 2018). Trata-se de uma aliança particularmente relevante, na medida em que constitui um exemplo de como articulações assentes na cooperação e no respeito mútuo podem promover um enriquecimento recíproco em termos de produção e partilha de conhecimento, bem como contribuir para o alargamento das respetivas bases de apoio. Esta dinâmica evidenciou-se em múltiplas ocasiões desde a formação

da aliança, sendo possível destacar três momentos de especial relevância: na introdução do tema da soberania alimentar na Carta em 2005, tornando-o uma das principais reivindicações da MMM; a organização entre os dois movimentos do Fórum Nyéléni sobre soberania alimentar, em 2007; e a integração do tema como um dos principais focos de ação na 4º e 6º ação internacional (Dufour, 2016; Conway, 2018; Marche Mondiale, 2025; Dufour, 2016).

3.5.2. Educação Popular Feminista

A educação popular feminista constitui uma estratégia central de intervenção da MMM desde a sua fundação, tendo sido progressivamente aprofundada ao longo do percurso do movimento. Trata-se de uma abordagem amplamente partilhada por movimentos de base, ancorada na tese central sobre educação popular do educador e filósofo brasileiro Paulo Freire (Díaz Alba, 2021). Para Freire (1970), a educação popular configura-se como uma ferramenta de superação interna do oprimido e dos seus opressores, trata-se de um processo de consciencialização da própria realidade, conseguida através do diálogo crítico sobre as relações de poder estruturantes da vida social. O autor sublinha que a educação popular não pode ser estruturada e realizada pelos opressores, uma vez que estes tenderiam a instrumentalizá-la para a manutenção da ordem opressiva. Contudo, o objetivo primário da educação popular reside na reestruturação da realidade social que permitiu a condição de uma cultura sistemática de opressão e, neste momento, o opressor também faz parte do processo de construção de uma realidade de contínua liberdade. Assim, existem dois momentos principais na abordagem que se demonstram sustentados na premissa do construtivismo social, segundo o qual a estrutura social não constitui uma entidade natural, mas é uma consequência da ação ideacional da humanidade. O primeiro momento estipula-se pela organização, cooperação e autonomização dos oprimidos, cuja etapa final consagra-se na consolidação da base para a libertação. Por sua vez, o segundo momento reside numa etapa que não se restringe aos oprimidos, mas que se estende à humanidade como um todo. Nesta etapa, a cultura de dominação anteriormente vigente deixa de estruturar as relações sociais. Contudo, este momento prende-se pela exigência contínua da permanência de ação coletiva cooperativa e crítica, de maneira a desmitificar antigas conceções de dominação ainda presentes.

Neste contexto, a MMM aprofunda a teorização de Paulo Freire e desenvolve ações práticas de educação popular feminista. Através desta prática pedagógica, que privilegia uma

educação não institucionalizada, não académica e direcionada a toda a população, a MMM procura promover ações coletivas de formação enraizadas nas experiências concretas das comunidades. Através da educação popular feminista, pretende-se dotar a mulher de conhecimento crítico sobre o seu ser, a realidade em que está envolvida e desenvolver ferramentas de alteração dessa realidade de forma que lhe seja mais justa, a criar e consolidar a base de uma estrutura social baseada na igualdade de género. Por outras palavras, é um método de educação não tradicionalista que visa, através dos saberes populares, do diálogo em comunidade e de ações coletivas de formação, ajudar a libertar a mulher da sua condição de opressão (Díaz Alba, 2021; Dufour & Giraud, 2007).

Ao nível transnacional, a educação popular feminista permite a criação de solidariedade substantiva na medida em que visa a transformação normativa da estrutura social através da mudança da consciencialização interna individual. Para além disso, o processo é conseguido através da ação coletiva, da crítica a feminismos que perpetuem relações de dominação e tendo em consideração que o diálogo pode ocorrer em condições de insegurança para algumas mulheres, sobretudo quando abordam temas que são criminalizados ou socialmente sancionados nos seus países.Em 2021, consagrou-se um dos maiores feitos organizacionais da MMM, em conjunto com outras organizações, em relação à educação popular feminista: a criação da Escola Internacional de Organização Feminista "Berta Cáceres". A escola foi criada em conjunto com outras três organizações: a Global Grassroots Justice Alliance, a Grassroots International e a Environmental Indigenous Network e teve como objetivo desenvolver um guia de ferramentas para a educação popular feminista, para fortalecer e expandir o movimento feminista global popular. A escola adotou o formato online na sua primeira edição, devido à pandemia Covid-19, uma situação que, apesar de adversa, revelou-se um fator relevante para o desenvolvimento de capacidades organizacionais e metodológicas no âmbito da educação popular feminista no contexto digital. O próprio processo de organização logística da escola constitui, à luz de Freire (1970), um dos principais indicadores da consolidação das bases para a libertação. A capacidade de concretizar este processo no âmbito transnacional configura-se, por si só, como um elemento revelador de solidariedade substantiva, na medida em que pressupõe articulação coletiva, cooperação política e compromisso partilhado entre diferentes contextos. O conteúdo programático da escola foi determinado de modo a sustentar a criação de um plano normativo assente na igualdade de género, tendo sido estruturado ao longo de seis temas: (1) Sistemas de opressão; (2) Defesa da Mãe Terra e da Natureza; (3) Corpo e Sexualidade; (4) Estado e Democracias; (5) Economia

Feminista; e (6) Construção de movimento. Portanto, a escola foi a materialização de um espaço único dedicado à educação popular feminista ao nível transnacional (Díaz Alba & Contrerasl, 2023; Marcha Mundial das Mulheres et al., 2021).

Por outro lado, a educação popular feminista ao nível transnacional permite o contacto com diferentes realidades feministas populares, o que possibilita a produção de tensões culturais entre membros da MMM, ao que Díaz Alba (2021) designa como "tensão local-transnacional". Uma das tensões emergentes incidiu sobre as temáticas do lesbianismo e do aborto, amplamente debatidas no processo de elaboração da Carta em 2005. Este documento é igualmente reconhecido como um instrumento central de educação popular, desempenhando um papel central na consolidação político-ideológica do movimento. Contudo, a educação popular oferece um espaço privilegiado para problematizar e aprofundar estas questões (Díaz Alba, 2021; Giraud, 2001; Dufour & Giraud, 2007).

O conceito demonstra estar em estreita consonância com a importância que Onuf (1989) coloca na linguagem, na prática discursiva, na construção de realidades sociais (Zehfuss, 2001). Neste âmbito, a MMM recorre a discursos assertivos e diretivos, não enquanto um movimento de imposição de valores associados à igualdade de género, mas antes como um agente de reconstrução normativa desses mesmos valores.

3.6. A diversidade das lutas locais

3.6.1. Brasil

A MMM no Brasil caracteriza-se por um nível de mobilização e intervenção particularmente expressivo. Tendo um alto nível de atividade em todas as regiões brasileiras, a MMM no Brasil encontra-se enraizada na pluralidade de lutas locais, populares e interseccionais, uma característica que assenta nas militantes um sentido de solidariedade entre movimentos sociais essencial para a dinâmica de construção de força feminista, assim como esclarecido nesta afirmação:

> Então, também entendo a Marcha como um movimento que traz a luta interseccional, considerando também questões de classe, raça, sexualidade, deficiência e é um compromisso que a gente vem assumindo cada vez mais de incluir os diferentes grupos marginalizados. Então, sob essa perspetiva nós temos um grupo muito diverso de mulheres que atuam, de diferentes faixas etárias, mulheres que vivem na zona rural,

> mulheres que vivem na área urbana. (Militante MMM Brasil, 2026)

A MMM no Brasil tem uma lista extensiva de parcerias com diversos movimentos sociais, nomeadamente com os movimentos de mulheres catadoras [3]; de mulheres ribeirinhas; de movimentos sindicalistas, particularmente com o sindicato de professoras; movimentos agroecológicos; movimentos LGBTQIA+; movimentos na luta contra o racismo; e movimentos na luta contra a mineração.

Esta expressividade reflete-se, não apenas no elevado nível de adesão, de ações interventivas que vão realizando e de alianças que vão desenvolvendo, mas também nos espaços que vão integrando. A seguinte afirmação clarifica este alto nível de intervenção:

> (...) está presente em fóruns, conselhos, tanto em âmbito estadual como também em âmbito nacional. Aqui em Alagoas nós temos representantes que compõem o Conselho Estadual de Direito das Mulheres, também temos uma representante que está no Fórum de Participação Social, (...) temos estudantes também engajados no movimento estudantil, que compõem centros académicos e estão também nessa luta, trazendo essa pauta. (Militante MMM Brasil, 2026)

Para além disso, a dimensão da influência da MMM no Brasil pode ser compreendida, por exemplo, através da capacidade que tiveram, em cooperação com um movimento estudantil, de desenvolver unidades curriculares dedicadas ao feminismo. Mais recentemente, por exemplo, a MMM teve a capacidade de influenciar o impedimento da promulgação de um decreto sobre a privatização de rios.

Tais conquistas não se teriam tornado possíveis sem um processo de trabalho prévio, orientado pelos pressupostos teórico-metodológicos da educação popular feminista. Apesar da MMM ter uma presença muito notória em sede da atividade estudantil académica e de ter, inclusive, participado na criação de unidades curriculares, a capacidade de influência, de poder que o movimento tem no contexto brasileiro configura-se, em larga medida, como produto da abordagem da educação popular feminista, é um pilar da MMM. A relevância da ferramente é

[3] Mulheres que trabalham de forma informal na recolha e triagem de materiais recicláveis.

demonstrada no seguinte testemunho:

> Então, tem uma prática de educação popular que é o que a gente alimenta e constrói quase que permanentemente, é um princípio nosso de como organizar as coisas. Então, para a gente é até difícil... vamos organizar uma aula, porque a gente não parte desse princípio de que alguém sabe tudo, que vai ensinar e que as outras vão ali receber. Tem uma lógica de troca, de coordenação, de como você amplia, entendendo que a elaboração conjunta, a inteligência coletiva, ela enriquece o conjunto. (Militante MMM Brasil, 2026)

O investimento na educação popular assume tal centralidade que, para além da realização regular de ações de formação e do estabelecimento de parcerias de formação com outros movimentos sociais, foram criados, em algumas regiões do Brasil, centros de formação especificamente concebidos para a qualificação de educadoras e educadores populares.

A capacidade de coordenação e de cooperação da própria MMM, bem como a sua articulação com outros movimentos sociais, revela-se consistente e estruturada, uma vez que, quando instadas a identificar os principais obstáculos e desafios enfrentados ao longo da última ação internacional realizada, as participantes não apontaram para eventuais dinâmicas de competição intermovimentos. Em vez disso, destacaram três fatores centrais: a privatização progressiva dos espaços públicos, o avanço do conservadorismo e a crescente dificuldade em conciliar o ativismo com as exigências do tempo individual. A seguinte afirmação contextualiza a situação:

> Foi muito difícil conseguir um lugar público. Uma praça, uma biblioteca, um lugar público (...). Nós estamos sobre o domínio da direita no estado, no município, há muito tempo. Então a resposta é não para a gente, nunca é positiva. E outra é a questão da privatização mesmo dos espaços. Então você consegue fazer se você pagar. Então para um movimento social como o nosso, que não tem recurso... E eu acho que também assim como o mundo está mais conservador, está mais de direita mesmo. A gente tem que lutar muito mais para fazer coisas com um impacto não tão grande. Então tem uma dificuldade internacional também. O conjunto dos movimentos de forma internacional estão mais frágeis. (Militante MMM Brasil, 2026)

> (...) porque a gente tem uma dificuldade de fazer uma atividade de dois dias, porque as pessoas não conseguem ter tempo, e não é por não querer, é mesmo uma questão da sobrevivência delas. Acho que isso também foi uma grande dificuldade que a gente teve, e a gente tem nas mobilizações, nas atividades, para ir para a rua, muitas atividades acabam ficando atropeladas, porque saem tarde, o trabalho, a dificuldade de transporte, enfim, tudo mais que acontece. Então, acaba que isso também foi um fator, a própria mobilização. (Militante MMM Brasil, 2026)

Finalmente, quando questionadas sobre a relevância do Fórum Social Mundial, como arena de comunicação e formação de alianças entre movimento sociais ao nível internacional importante, a MMM Brasil relatou que participou ativamente no FSM nas suas primeiras edições Segundo o relato, o Fórum constituiu, nesse período, um espaço estratégico para a consolidação e expansão do movimento. Contudo, ao longo do tempo, o FSM terá perdido a sua centralidade enquanto espaço de mobilização social, passando a ser percecionado como uma arena politicamente ambígua nas suas reivindicações.

3.6.2. Europa

A representação da MMM no contexto europeu assenta nos testemunhos individuais de pessoas entrevistadas que integraram a MMM em Portugal e que participam em organizações parceiras da MMM em Inglaterra, nomeadamente o grupo Million Women Rise. A opção de analisar a MMM numa perspetiva regional, em detrimento de um enquadramento nacional específico, fundamenta-se na identificação de dinâmicas transversais ao espaço europeu, onde se sugere que este é caracterizado por limitações na mobilização, constrangimentos na concretização de ações e dificuldades na implementação de eixos centrais da agenda da MMM, como a soberania alimentar e a desmilitarização. Para além disso, a abordagem regional revela-se metodologicamente pertinente, ainda que a amostra não inclua a totalidade dos OCN europeus, uma vez que as pessoas entrevistadas detêm propriedade, de acordo com as suas experiências: por um lado, ao nível da militância local na MMM; por outro, no âmbito do envolvimento nos níveis de organização macro do movimento. Uma das entrevistadas contextualiza a representação da MMM no enquadramento europeu:

> Ao nível europeu, como a marcha é um bocado mais enfraquecida na Europa, havia o que a gente chama de um secretariado europeu, também porque a Europa tem muitas europas dentro, não é? E eu acho que o poder da marcha também é isso, que é uma organização que se faz ouvir em muitos países, se calhar não tanto em Portugal e nos países europeus, mas que se faz ouvir e que tem bastante expressão e é uma expressão que não é dominada pelas pessoas que normalmente dominam as arenas, que é precisamente o norte global. E eu acho que isso é muito interessante também, acho que por isso a marcha tem muito pouca expressão na Europa, por exemplo, não é? E eu não vou mentir, existe ainda muito, muito pensamento colonial a ser desconstruído, porque está muito mais intrincado no que nós somos do que nós queremos aceitar. (Teresa, nome fictício, 2026)

Em Portugal, por exemplo, a MMM nunca teve um OCN formal e, atualmente, encontra-se numa situação de total inatividade. Todavia, em períodos anteriores, destacou-se pela sua expressiva capacidade de organização e pela centralidade que assumiu no panorama feminista, tendo, inclusive, participado na fase inicial do movimento. A MMM tinha representação em várias zonas do país, era composta por diferentes organizações e tinha alianças com uma centena de organizações e movimentos sociais. Estas entidades parceiras integravam, maioritariamente, o campo sindical, mas abrangiam igualmente movimentos com intervenção em áreas diversas, refletindo a natureza interseccional da MMM. No entanto, com o fim das ações internacionais, verificou-se um enfraquecimento progressivo das alianças estabelecidas entre os diferentes movimentos, não tendo sido possível manter um nível de mobilização e cooperação ao longo dos anos equiparáveis aos observados na fase inicial do movimento, como ilustrado no seguinte testemunho:

> Só para perceber que de facto, havia dificuldades de trabalhar em rede, não é fácil. Porque cada um tem a sua agenda, mas também porque também muitas das organizações também tinham as suas debilidades e as suas fragilidades, e digamos que não podiam estar a investir, digamos assim com mais uma pessoa para no fundo.... Portanto, tinha a ver com a organização do próprio trabalho das organizações. (Joana, nome fictício, 2026)

Para além disso, o movimento em Portugal teve como eixo prioritário na sua agenda a luta pela legalização do aborto, que foi conseguida em 2007 e a questão da feminização da pobreza, tendo

sido realizado um trabalho sistemático com mulheres em situações económicas de risco. Mais recentemente, o ativismo da MMM em Portugal foi conseguido através de ativistas independentes, cuja intervenção se estrutura segundo uma matriz ideológica marcada pelas perspetivas abolicionista e anti-carcerária. Estas linhas de ação, contudo, não são, de forma generalizada, plenamente compreendidas ou consensualizadas no seio da MMM, em parte devido a tensões interpretativas no quadro da solidariedade com as mulheres que lutam pela soberania dos seus territórios. Tal é o caso das mulheres saarauis e das mulheres curdas, cujas reivindicações assumem, paralelamente, para as ativistas portuguesas, um carácter essencial no plano da defesa de direitos coletivos.

Plataformas internacionais como o FSM, bem e os Fóruns Sociais Europeus, entretanto descontinuados, tinham uma importância relevante no início do século. Os espaços constituíam plataformas de diálogo e cooperação entre movimentos feministas, bem como de colocação da questão feminista noutras esferas de atuação dos movimentos sociais. No entanto, em paralelo com a diminuição da presença da MMM em Portugal, os fóruns foram perdendo a sua relevância devido à sua progressiva reconfiguração ideológica e organizativa.

Desde 2020, em consonância com o ativismo da MMM na sua generalidade, verificou-se uma diminuição progressiva da adesão e da capacidade de sustentar iniciativas continuadas, sendo que este enfraquecimento culminou na situação atual de inatividade do movimento em Portugal.

Em Inglaterra, não existe um OCN, mas existem grupos parceiros à MMM, sem filiação formal, mas que partilham dos mesmos valores político-ideológicos do movimento, participam nas atividades e são convidadas para as reuniões internacionais, seguindo os estatutos constitutivos da MMM. Em sede de entrevista, foi mencionada a parceria do grupo britânico Million Women Rise com a MMM. A sua intervenção centra-se primordialmente no combate à violência de género e à violência de género especificamente perpetrada contra mulheres migrantes no Reino Unido, bem como na promoção da sua proteção social, a qual se revela insuficientemente assegurada a nível nacional. O coletivo é constituído maioritariamente por mulheres oriundas do Sul e do Sudoeste Asiático. Uma das entrevistadas aprofunda a ação do coletivo inglês:

> A questão é, o mojo delas é "end male violence against women". Portanto são muito focadas na questão da violência, da violência interpessoal e da violência social, têm uma visão de que a violência é uma coisa estrutural, é sistémica, institucional, o que também tem muito a ver com a realidade do Reino Unido e como

> trata as mulheres migrantes. Por exemplo, no Reino Unido uma mulher migrante não pode aceder a uma casa de abrigo, porque o estatuto migratório não permite. Portanto, é muito focado na questão da violência e da falta de proteção a estas mulheres. (...) a polícia no Reino Unido declarou violência contra as mulheres uma epidemia nacional, porque os casos são terríveis, o número de casos. (Teresa, nome fictício, 2026)

Apesar da atividade central do grupo ser a manifestação do Dia da Mulher, a 8 de março, em Londres, também são realizadas ações de formação, vigílias, homenagens e ações de sensibilização para a sua causa: o fim da violência contra a mulher migrante e a criação de um contexto de segurança para elas. Estas ações, ancoradas na educação popular feminista, visam promover a politização das mulheres e dotá-las de instrumentos críticos para o combate à violência de género. Por fim, importa salientar que uma das estratégias recentes de mobilização e angariação de solidariedade adotadas pelo grupo assenta na lógica *"one woman brings another woman"*, segundo a qual se incentiva cada participante a convidar outra mulher a integrar as iniciativas promovidas, com o propósito de ampliar progressivamente o apoio ao movimento.

3.6.3. Quebeque

Ao longo do relato que foi realizado, a Coordenação do Quebeque da MMM explorou vários tópicos que convergem nas estratégias de ação e nas dificuldades que existem em relação ao papel dos movimentos feministas em criar solidariedade substantiva. Entre os principais eixos da sua ação local, o Quebeque destaca a sua contínua luta contra a violência da mulher, contra a pobreza e, mais recentemente, a necessidade de olhar com mais atenção para o combate contra as alterações climáticas. A título de exemplo, uma das ações conduzidas pela Coordenação é a manifestação em homenagem às mulheres vítimas de feminicídio na cidade, realizadas sempre que havia o relato de mais uma vítima. A persistência e o agravamento da problemática da violência contra as mulheres torna-se particularmente evidente no aumento da frequência dessas manifestações. Se anteriormente as homenagens ocorriam, em média, a cada três meses, no momento presente passaram a realizar-se mensalmente.

No entanto, apesar da conjuntura atual de agravamento da violência contra a mulher, de aumento de eventos de desastre natural presenciados um pouco em todo o globo e do aumento da pobreza, a coordenação demonstra-se presente, ativa e vincada no seu trabalho e mobilização,

algo demonstrado no seguinte relato:

> Pessoalmente, acho que estamos muito mais fortes, e isso ficou demonstrado pela organização que tivemos na última ação, há pouco tempo. E vejo isso na forma como as organizações foram recebidas, como disse há pouco, no dia 8 de março. Mas acho que as mulheres estão a tomar consciência da situação que se vive em todo o mundo e da qual não estamos isoladas. Pelo contrário, pode-se dizer. Por isso, estão a perceber as implicações. (Militante MMM Quebeque,2026; tradução própria)

Este dinamismo é conseguido através de vários fatores. Por um lado, devido à robustez de membros que o movimento continua a ter no local fundador da MMM, onde continua a existir uma pluralidade de grupos, entidades e organizações diversas e ativas na luta feminista. Para além disso, foi explicado que uma característica da Coordenação, que justifica parte da sua força, é a permanência de atividade militante individual, de mulheres que se revêm no movimento, e que têm interesse em participar ativamente nas suas ações. Por outro lado, a coordenação atua em conjunto com outros movimentos, fomenta alianças e introduz a perspetiva feminista noutras lutas, também relacionadas. Este trabalho é feito em parceria com grupos sindicais, grupos ecológicos, grupos que lutam especificamente contra a pobreza, entre outros movimentos sociais, como exemplificado nesta afirmação:

> Sim, o grupo em que estou a pensar, cujo nome em inglês seria "Mère au front" . São mulheres, mas não têm necessariamente uma perspetiva feminista. É por isso que tentamos trabalhar em conjunto. Por exemplo, o grupo contra a pobreza também tem uma comissão de mulheres, e é através deste canal de comunicação que conseguimos interagir umas com as outras, que podemos tentar formar alianças durante a nossa campanha de protesto, por exemplo. (Militante MMM Quebeque,2026; tradução própria)

Contudo, a enorme presença de vários grupos feministas no Quebeque por vezes traduz-se num clima de competição feminista e incompreensão sobre a importância da MMM enquanto movimento feminista transnacional. Não obstante a este obstáculo, a estratégia que a coordenação traz à cidade é de união entre movimentos, assim como relatado neste testemunho:

> Continua a ser um desafio porque há muitos movimentos e, por vezes, estamos a lutar, não contra, mas

> sim... Em competição. Sim, sim, por vezes há competição. Por isso, temos de encontrar uma forma de trabalhar em alianças e na convergência das lutas. Sim, e penso que o nosso movimento, devido à missão que temos, devido à análise que fazemos, somos bons intervenientes para que isso aconteça, para que essa convergência se concretize. (Militante MMM Quebeque,2026; tradução própria)

Entre as demais estratégias desenvolvidas pela coordenação, com o intuito de desenvolver e manter a adesão à luta feminista, destaca-se a reflexão interna que fazem desde 2018, de uma forma construtiva e positiva, em relação à sua estrutura e modo de funcionamento. A reflexão tem como objetivo aumentar a proximidade entre a coordenação e mulheres locais que possam ter dificuldades em comunicar com a MMM. Ademais, a coordenação enfatiza a importância da educação popular no todo da sua ação, realizada também em parceria com os movimentos sociais com os quais tem aliança, denominando o conceito como fulcral para a adesão ao movimento e manutenção de solidariedade, como ilustrado na seguinte afirmação:

> A educação popular é a base de todos os grupos de base que atuam aqui. (...) Nos últimos dois anos, por exemplo, criámos um guia, um manual que distribuímos aos nossos membros para que o pudéssemos utilizar na organização das nossas atividades e formações. (Militante MMM Quebeque,2026; tradução própria)

Relativamente ao Fórum Social Mundial, a Coordenação afirma que nunca assumiu uma participação ativa no espaço, nem o considera relevante para o desenvolvimento das atividades da MMM. Embora reconheça que outros OCN tenham participado no Fórum, salienta que, no caso do Quebeque, tal envolvimento não se verificou, quer por limitações de ordem financeira, quer por uma avaliação de interesse local.

3.6.4. Tanzânia

A Coordenação da Tanzânia distingue-se na priorização da formação e capacitação da autonomia das gerações mais jovens, tendo sempre presente que as suas ações não são impositivas, mas assentes na construção de conhecimento coletivo. Esta forma de ação, baseada em práticas de educação popular feminista, é imperativa para a coordenação porque recusa a continuidade de lógicas coloniais. Por um lado, contribui para a construção de ferramentas de libertação através da valorização das vozes das participantes. Por outro, rejeita a imposição unilateral de conhecimento. Neste enquadramento, foi relatado que os temas da violência de

género, da economia feminista e da soberania alimentar são centrais para a localidade. Este testemunho aprofunda o modo de ação do OCN da Tanzânia:

> (...) que também estamos a formar as nossas jovens líderes, as nossas jovens feministas, para que sejam as futuras líderes de amanhã. Encontramos estas jovens que, em circunstâncias normais, os nossos sistemas não lhes proporcionam um espaço onde possam discutir as suas questões e definir prioridades. As nossas vidas, dado este contexto colonial, foram programadas. Dizem-nos quais são as nossas prioridades. As nossas histórias são escritas por outras pessoas. Nem sequer conhecemos as nossas próprias histórias. Sempre que nos reunimos e decidimos as prioridades, não as levamos às mulheres e às raparigas com quem trabalhamos. Estamos a ouvir a voz da maioria. Mais uma vez, mesmo em termos de maioria, o indivíduo, o pequeno, seja o que for, não é deixado de fora. Estamos realmente a proporcionar um espaço onde cada mulher tem espaço para contribuir para as prioridades e soluções. Estas soluções provêm normalmente dos próprios membros. (Militante MMM Tanzânia,2026; tradução própria)

Do mesmo modo, a coordenação reforça a importância da desvinculação do passado colonial, ao valorizar o legado do conhecimento ancestral nos seus eixos de ação prioritários, ilustrado nesta afirmação:

> Ao fazer parte deste movimento, estamos a reconhecer a força dos nossos antepassados e a aproveitar esses pontos fortes. Mesmo o tipo de formação de que falamos não consiste em dizer-lhes ou mostrar-lhes que isto é superior, mas sim em partilhar o que sabemos, voltando aos nossos antepassados e às gerações que nos precederam, aprendendo em termos de segurança alimentar. Que competências tinham eles? Que métodos utilizavam? (Militante MMM Tanzânia,2026; tradução própria)

O alto nível de relevância da educação popular feminista para o movimento na Tanzânia e para a região, é visível, por exemplo, na criação de ações de formação de educadores populares que juntam vários países africanos. Estas ações são descritas mais detalhadamente por uma das entrevistas realizadas no âmbito da presente dissertação:

> Também oferecemos formação para formadoras, para que possam ir formar as mulheres locais, nas suas próprias comunidades. (...) Organizámos esta escola de organizações feministas para África (...) reunimos

> representantes de mais de 10 países da região africana para refletirmos sobre como fortalecer o nosso movimento em África. Assim, essa formação capacitou-nos, enquanto feministas de diferentes países da região africana, para regressarmos aos nossos países de origem e continuarmos a capacitar as nossas colegas e as nossas mulheres. (Militante MMM Tanzânia,2026; tradução própria)

Por outro lado, a formação de alianças com outros movimentos sociais é conseguida maioritariamente através do multi-ativismo realizado pelos membros da coordenação na Tanzânia, que vão introduzindo o tema do feminismo e o trabalho da MMM noutros movimentos sociais. Contudo, tal não significa que o movimento esteja isolado, vai participando em ações com outros movimentos, como é o caso do grupo agrícola tanzaniano "Mviwata". Aliás, a Coordenação reconhece a pertinência da colaboração com outros movimentos sociais, algo que revela através da importância que dá ao Fórum Social Mundial enquanto arena de discussão e formação de alianças a nível internacional, como ilustra esta afirmação:

> Penso que é muito importante porque o Fórum Social Mundial, de acordo com a sua estrutura e o seu modo de funcionamento, é um espaço excelente onde todos os movimentos se reúnem para debater as suas questões no âmbito da ação internacional e elaborar uma declaração, o que constitui uma ferramenta muito, muito útil para dar voz aos desafios que a comunidade enfrenta. Portanto, o Fórum Social Mundial é realmente importante e é realmente necessário para garantir que o movimento tenha outro espaço para discussão, para encontro, para partilha de experiências. (Militante MMM Tanzânia,2026; tradução própria)

Capítulo IV: Mulher, Vida, Liberdade

4.1. O início do movimento

A 16 de setembro de 2022, a jovem iraniana, de etnia curda, de 22 anos, Mahasa Jina Amini, faleceu sob a custódia da polícia da moralidade iraniana "Gasht-eErshaˉ". A sua detenção sucedeu-se três dias antes, sob a acusação de, alegadamente, não ter cumprido de forma adequada a obrigatoriedade do uso do véu. Relatórios oficiais das autoridades iranianas declararam que a causa da morte da jovem foi um ataque cardíaco. Contudo, o surgimento de vários elementos que contradizem a história oficial apontam para a causa da morte ter sido o resultado de brutalidade policial. As reportagens que tornaram os relatos dos familiares públicos, testemunhas que relatam terem visto Jina a ser espancada pela polícia da moralidade, já sob custódia, dentro da carrinha policial, e a partilha de fotos do seu corpo na cama do hospital desencadearam a onda de protestos conhecida como Mulher, Vida, Liberdade (Khatam, 2023; Assa, 2023; Tohidi, 2023).

As manifestações que se sucederam à morte de Jina tiveram uma adesão massiva da parte da população iraniana. A dimensão das manifestações reflete o culminar da frustração da população iraniana face ao funcionamento do regime islâmico vigente. Os protestos não se limitam a jovens mulheres iranianas da geração Z, apesar de haver a representação massiva e destacada desta camada da população. Envolvem também a minoria curda historicamente oprimida, homens e mulheres, gerações que viveram a revolução e sentem as suas liberdades cada vez mais suprimidas. Trata-se de um movimento de constituição diversa, unido pela indignação perante a opressão promovida pelo Estado iraniano e na consciência emotiva de que Jina poderia ser qualquer cidadão iraniano, até mesmo uma familiar próxima, uma vez que ela é a representação de múltiplos níveis de opressão, uma jovem, mulher, muçulmana sunita, de etnia curda (Khatam, 2023; Dabiri, 2023; Tohidi, 2023; Orazani &Teymoori, 2024).

4.2. Contextualização histórica: A revolução de 1979

As opressões disseminadas pelo regime iraniano em várias camadas da sociedade têm-se vindo a intensificar desde a Revolução de 1979 e da consequente instauração da República Islâmica do Irão (Tohidi, 2023). Contextualizando, a Revolução islâmica de 1979 veio pôr fim ao regime monárquico autoritário da dinastia Pahlavi, que durou 54 anos. Ao longo deste período temporal, o antigo regime implementou progressivamente um conjunto de medidas que visavam

"modernizar" o Irão, mas que da perspetiva de uma grande parte da população, eram o reflexo da forçada tentativa de "americanizar" o país, suprimindo-o da sua identidade cultural e liberdade de expressão, tanto individual como coletiva (Cleveland & Bunton, 2016). A revolução foi realizada por vários grupos da sociedade iraniana que tinham conceções diferentes sobre o futuro do país aquando da queda da monarquia, mas que se uniam no descontentamento da constante perseguição política, da instabilidade económica, da progressiva restrição do islão nas esferas públicas e privadas, da noção de que o regime estava cada vez mais dependente, tanto política como normativamente, da perspetiva norte-americana e na figura consensual que era o Ayatollah Khomeini para o futuro do Irão (Dabashi, 2007; Cleveland & Bunton, 2016). À luz da abordagem construtivista, a identidade estatal e a identidade coletiva são, neste caso, mutuamente constitutivas. Ao seguir a tipologia de Wendt (1999) "três culturas de anarquia", é possível compreender uma reformulação da identidade estatal iraniana ao passar a percecionar os EUA de "amigos" para "rivais" e, posteriormente, para "inimigos". Paralelamente, o reforço de valores nacionalistas e religiosos, que emergiram substancialmente nesta época, consolida a identidade coletiva interna, o que, por sua vez, mobilizou os atores rumo a uma ação coletiva, neste caso, a revolução. Portanto, a revolução pode ser vista como a expressão concreta da interdependência entre identidade, ação e transformação tanto da estrutura como dos agentes.

Contudo, a ausência de certezas e uniformidade sobre o novo modelo governativo a seguir levou à instauração do regime teocrático que é, à data do presente trabalho, o Irão, tendo apanhado em desprevenido os cidadãos que se juntaram ao processo revolucionário pela ideia da criação de um país mais democrático e socialmente justo (Dabashi, 2007; Cleveland & Bunton, 2016). Uma vez no poder, Khomeini zelou pela total homogeneização ideológica, onde o islão integra na sua plenitude a nova Constituição iraniana. Neste sentido, o novo regime instaurou rapidamente medidas autoritárias que iam desde a perseguição e execução de opositores ao regime, especialmente a pessoas ideologicamente de esquerda, à aplicação de testes de lealdade ideológico-religiosa a funcionários públicos, à proibição da música e da dança em espaços públicos, ao isolamento internacional até à criação de um apartheid de género total na sociedade iraniana, um espetro de múltiplas medidas que tinham como objetivo solidificar o novo regime instaurado (Assa, 2023; Cleveland & Bunton, 2016).

Para as mulheres iranianas, a implementação do apartheid de género revelou-se particularmente dececionante, na medida em que estas desempenharam um papel fundamental na Revolução de 1979 (Tohidi, 2023). De acordo com Safaeimojarad (2024) e Afary (2022), o

apartheid de género é constituído pela discriminação institucionalizada extrema entre homem e mulher, onde o homem é considerado, em todas as esferas da sociedade, como um ser superior. Nesta lógica, esta forma de segregação implica a existência de um sistema onde o espaço, o corpo, o ordenamento jurídico e as normas sociais de um país funcionam de maneira a privilegiar a vida do homem e, por oposição, a suprimir os direitos e liberdades da mulher, desprestigiando a sua vida e recusando-lhe o estatuto de cidadania plena e igualitária.

A mesma incerteza e pluralidade de ideias sobre o novo regime a erguer-se depois da revolução assolou a dimensão de género no quadro político iraniano da época. As mulheres iranianas apoiaram e participaram na queda do regime monárquico na esperança de conseguirem alcançar um sistema que lhes dotasse de direitos e liberdades, um sistema mais democrático. Contudo, ao longo dos seus discursos pré-revolucionários, Khomeini omitiu tanto a sua intenção de instaurar um regime teocrático autoritário como a sua posição relativamente às questões de género e aos direitos das mulheres (Leloup, 2023). Ao invés, numa estratégia política que se revelou um sucesso, Khomeini optou pela ambiguidade discursiva e por temas gerais, como: a identidade islâmica, o sofrimento do povo sob a administração monárquica (apelando às emoções) e a progressiva submissão do país para os EUA, capazes de atrair e consolidar o apoio do maior número possível de cidadãos iranianos necessário à eclosão da revolução (Cleveland & Bunton, 2016). Também neste caso em específico, é possível compreender como é que os papéis das práticas discursivas influenciaram as normas da nova estrutura política iraniana, onde foi possível chegar à fase final do "ciclo da vida das normas" através de discursos que reproduziam ideias e valores cujos significados foram "internalizados" coletivamente.

Apesar das mulheres terem conseguido mais direitos na era Pahlavi em comparação com épocas anteriores, as mesmas não eram totalmente livres. Uma das medidas características do autoritarismo monárquico iraniano foi a regulamentação do uso do véu, que se tornara proibido nesse período, por simbolizar, para o regime, o progresso e modernização da Nação (Naghibi, 2007; Afary, 2022; Assa, 2023). Contrariamente, o regime de Khomeini impôs a obrigatoriedade do uso do véu, justificando-a com o argumento de que se tratava de um mandamento do Islão. As mulheres iranianas manifestaram-se, inicialmente com sucesso, fazendo com que a obrigatoriedade fosse anulada, mas dois anos mais tarde, a lei foi novamente revertida (Tohidi, 2023).

4.3. O apartheid de género

O uso obrigatório do véu justifica, de acordo com a interpretação dos textos islâmicos do líder supremo e dos seus seguidores, a restrição da mulher à esfera privada e a sua opressão. Nesta interpretação, o islão funciona com base na distinção entre o haqq (direitos) e o namus (honra), sendo que esta honra está associada à pureza sexual das mulheres. Ora, de modo a preservar esta honra, existe a necessidade de restringir a mulher ao espaço privado e, quando em público, tapar o seu corpo e o seu cabelo da atenção masculina. O esconder do corpo feminino de forma a preservar o namus é realizado com o véu (Leloup, 2023). Assim, o regime iraniano caracteriza-se como um espaço reflexivo do apartheid de género, onde as esferas públicas são consideradas do domínio masculino e as privadas do feminino (Afary, 2022).

Neste sentido, o véu foi e é, simultaneamente, a personificação do estado de diferentes regimes iranianos e da luta da mulher iraniana pela sua emancipação, não significando necessariamente que o seu desuso seja sinónimo de liberdade ou progresso. Por outras palavras, a ausência do poder de escolha relativamente ao uso do véu desde o início do século XX até ao período atual reflete duplamente a materialização do regime em vigor e as dinâmicas de opressão das mulheres nele inseridas (Assa, 2023; Leloup, 2023). Da ótica construtivista, o véu é um símbolo cultural com significados dispersos para o povo iraniano, representando valores mais ou menos conservadores de acordo com a identidade de cada individuo. É, efetivamente, um objeto material, mas que serve de exemplo prático em como o significado que lhe é atribuído molda e cria, reciprocamente, as ações coletivas de quem está e de quem não está em consonância identitária com a estrutura em que está inserido. A história de Mahasa "Jina" Amani é um exemplo inequívoco desta simbologia do véu.

Os protestos da Mulher, Vida, Liberdade são, apesar de amplamente espontâneos e destruturados, o culminar da frustração coletiva de cinco décadas em relação ao aprofundamento do apartheid de género do regime iraniano, que começou com a instauração da República Islâmica do Irão e se veio a agravar no início do século XXI, com a entrada no governo de Mahmoud Ahmadinejad (Leloup, 2023). Neste contexto, foi ilustrado ao longo das entrevistas realizadas que a motivação desencadeadora do movimento foi precisamente o acumular de um conjunto de emoções negativas muito fortes. Estas emoções, por sua vez, são o resultado da constante falta de liberdade, do autoritarismo sem precedentes, da extrema brutalidade policial e do progressivo aprofundar da precariedade e do aumento do custo de vida. Os testemunhos de duas pessoas

entrevistadas aprofundam este contexto emocional nas seguintes afirmações:

> Ela não foi a primeira e depois também houve outras. A raiva foi a razão principal deste movimento. (...) O povo cada dia está a ficar mais pobre. (Alice, nome fictício, 2026)

> A única coisa que tem vindo a agravar-se continuamente é a opressão das mulheres. E então, a certa altura, foi um momento decisivo, um ponto de viragem em que todas nós sentíamos essa raiva, essa opressão dentro de nós, e percebemos que, mais cedo ou mais tarde, teríamos de pôr fim a isso. Sabes, já não conseguimos aceitar isso. (Catarina, nome fictício,2026; tradução própria)

No início do presente século, data de princípio da baliza temporal para o presente trabalho, a condição de vida da mulher, apesar de ter sido parcialmente melhorada no período imediatamente anterior, já se encontrava substancialmente precária no Irão (Nakanishi, 2021).

As mulheres não têm o mesmo direito que um homem a iniciar unilateralmente um processo de divórcio; no caso do divórcio não têm direito à custódia dos filhos; o seu valor legal é metade do dos homens; o acesso ao trabalho formal é-lhes altamente restringido, mesmo que tenha crescido o número de mulheres com formação desde a revolução; o homicídio de uma mulher não é penalizado da mesma forma que o de um homem, sendo apenas necessário da parte do culposo pagar uma quantia monetária aos descendentes e/ou guardiões legais da vitima, uma compensação com o nome de "dinheiro de sangue"; não têm o direito a viajar sem a autorização do marido ou do seu guardião masculino; nem ao aborto; nem ao uso livre de contraceção; nem têm os mesmos direitos à herança; entre outras leis que as inferiorizam perante o sistema iraniano (Leloup, 2023; Assa, 2023; Safaeimojarad, 2024; Darvishi, 2023).

4.4. Ahmadinejad, o Movimento Verde e o Irão do século XXI

Com a entrada de Ahmadinejad, político conservador, na administração do poder iraniano em 2005, foram concedidas leis que agravavam o apartheid de género iraniano. Estas medidas, como a aplicação da "Lei de proteção familiar" que facilita a poligamia e o recurso a casamentos temporários enquanto aprofunda a assimetria entre homens e mulheres nos processos de divórcio

e de custódia dos filhos. Paralelamente, intensificou-se a regulamentação do uso do véu em espaços públicos, através da distinção entre um bom e mau uso do véu. Neste seguimento, surge a criação de uma nova força de autoridade, a polícia da moralidade, cujo papel é, em grande medida, o de policiamento do correto uso do véu (Tohidi, 2023; Nakanishi, 2021; Darvishi, 2023). Estas medidas surgem como instrumentos de reafirmação e consolidação da identidade coletiva do Estado Islâmico iraniano, particularmente mobilizados em contextos em que o regime se perceciona como politicamente ou socialmente pressionado (Nakanishi, 2021).

A pressão social contra o regime sofreu um pico aquando das eleições presidenciais de 2009 e da reeleição de Ahmadinejad enquanto presidente, um desfecho que foi amplamente considerado como fraudulento (Afary, 2022). O "Movimento Verde" em particular é considerado, até à data dos protestos da MVL, a maior insurreição popular desde a revolução (Afary, 2022; LeLoup, 2023). O movimento surge como uma expressão do profundo descontentamento da sociedade iraniana face ao regime, em reação às persistentes medidas de controlo estatal, ao abuso de poder, à corrupção sistémica, às violações dos direitos humanos, à censura e ao agravamento das práticas de opressão e repressão violenta (LeLoup, 2023). Apesar do descontentamento popular se manifestar desde os anos de 1980, observa-se que, a partir do Movimento Verde, os protestos deste cariz tornaram-se cada vez mais frequentes e concentrados em intervalos temporais mais curtos. Insurreições populares notórias, como ocorridas em 2017, 2018 e 2019 revelaram um aumento progressivo no seu nível de intensidade e, consequentemente, a resposta estatal tem sido cada vez mais repressiva e violenta (Tohidi,2023; Orazani & Teymoori2024).

É relevante destacar que, devido à dimensão do alcance do Movimento Verde que o governo de Ahmadinejad, completamente desprovido de legitimidade viu-se compelido a reforçar o seu poder, promovendo a consolidação dos valores do regime. As medidas adotadas em resposta ao movimento incluíram o reforço do controlo sobre as mulheres, materializado através da intensificação da segregação sexual e da imposição de restrições ao acesso feminino a setores que possibilitam a mobilidade e a ascensão social. Contudo, os elevados custos financeiros destas medidas, aliados a uma desaprovação geral e à mudança de governo conduziram à revogação destas políticas de retaliação, que revelam, novamente, a importância do controlo da mulher para o regime islâmico iraniano (Rezai-Rashti, 2015).

Neste sentido, independentemente das causas imediatas que precipitem uma onda de protestos, seja por crises ambientais, crises económicas, sociais ou políticas, os movimentos estão

intrinsecamente conectados ao descontentamento com o regime. No caso do movimento MVL, o fator desencadeador foi a morte de Mahsa Jina Amini.

Existem alguns fatores que explicam a adesão massiva e contínua ao MVL e que o distinguem do Movimento Verde de 2009. Primeiramente, o movimento segue uma sucessão lógica de características já destacadas: insurreições cada vez mais profundas, frequentes e constantes com represálias progressivamente mais repressivas (Tohidi,2023; Orazani & Teymoori2024). Entre os exemplos da repercussão estatal às manifestações MVL, destaca-se a "Lei de apoio à família através da promoção da cultura da castidade e do hijab". Esta lei agrava as condenações a mulheres que usem incorretamente o véu, permite o aumento do valor de penas financeiras, aumenta a duração de sentenças de prisão, que podem ir até aos 15 anos, permite a cassação do passaporte e a interdição à educação a menores de idade, e ainda introduz a possibilidade da condenação mais gravosa, a pena de morte (Assa, 2023; OHCHR, 2024).

Num segundo momento, à semelhança do assassinato de Neda Agha-Soltan nas manifestações do Movimento Verde em 2009, a morte de Jina assumiu a dimensão de mártir, um conceito simbólico de extrema relevância na cultura iraniana e que, inevitavelmente, apela à ação coletiva (Radeck & Khodakarim, 2022; Nakanishi, 2021).

Subsequentemente, ao contrário do Movimento Verde, o MVL caracteriza-se pela ausência de lideranças formais, o que dificulta significativamente a repressão da sua base organizativa (Dabiri, 2023). Em quarto lugar, enquanto o Movimento Verde e anteriores movimentos apelavam à responsabilização e à reestruturação do mesmo regime, o MVL exige a mudança de regime, tornando as manifestações mais persistentes e profundas (Radeck & Khodakarim, 2022). Por último, o MVL alcançou uma abrangência geográfica, social e étnica inédita em comparação com movimentos anteriores, nos quais predominava sempre uma classe social específica ou o foco concentrava-se em determinada região. Neste caso, o MVL esteve presente em pequenas vilas e bairros das áreas mais remotas do país, conseguiu a união da larga maioria da totalidade das classes sociais e uniu múltiplas etnias presentes no Irão, destacando-se a curda, à qual pertencia Jina (Tohidi,2023; Dabiri, 2023; Khatam, 2023).

4.5. A questão curda

A questão curda constitui um outro nível importante no movimento MVL. O slogan internacionalmente conhecido como "Mulher, Vida, Liberdade" é uma tradução do slogan curdo "Jin, Jiyan, Azadi", cuja génese remonta à luta dos movimentos feministas curdos no interior do

Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), cujo desenvolvimento se iniciou no final da década de 1980 (Varma & Shaban, 2024; Assa, 2023; Dabiri, 2023). Ao slogan é atribuído um significado particularmente importante da parte do fundador do PKK, Abdullah Öcalan, ao declarar que a liberdade da mulher é indissociável da liberdade de um país, remetendo para uma reflexão contemporânea sobre os vários eixos de opressão sobre o movimento MVL atual: a opressão das mulheres na sociedade em geral; a ausência e impedimento do Estado do Curdistão livre, existindo, paralelamente, a opressão do povo curdo; a expressiva opressão das mulheres no Estado Islâmico do Irão, havendo uma camada acrescida de discriminação para mulheres curdas a viver no Irão; e a opressão do povo iraniano em geral sob a administração do regime teocrático autoritário vigente (Varma, 2024; Assa, 2023; Radeck & Khodakarim, 2022).

A opressão do povo curdo no território iraniano remonta ao período da monarquia da dinastia Pahlavi, tendo sido posteriormente mantida e reproduzida no atual regime de múltiplas formas. É teorizado que esta opressão é conduzida ao longo de três fatores: (1) através da unificação dos territórios iranianos, algo exemplificado nas acusações de separatismo feitas ao povo curdo numa tentativa de desunir e desmantelar o movimento MVL; (2) pela centralização e industrialização do país, impossibilitando algum modo de autonomia regional à região onde há uma maior presença da etnia curda; e (3) pela homogeneização do Irão sob o Estado Islâmico, este processo está profundamente associado à dimensão religiosa, na medida em que o regime procura impor a vertente xiita do Islão em todo o território nacional, marginalizando simultaneamente a vertente sunita, maioritária na região iraniana do Curdistão (Tohidi, 2023; Assa apud Sadeghi-Boroujerdi 2023; Khatam, 2023).

Do mesmo modo, a questão curda está fortemente presente não só na representação da etnia em Jina, mas também no seu nome. Na tentativa de isolar esta e outras etnias no Irão, o Estado proíbe nomes de minorias étnicas nos registos oficiais, por os considerar "impróprios" e dissonantes com as políticas do país. Por este motivo, o nome curdo "Jina" foi deliberadamente adotado e popularizado no discurso sobre o movimento, com o objetivo de enfatizar a luta do povo curdo (Tohidi, 2023; Orazani & Teymoori, 2024). O elevado protagonismo da questão curda no movimento MVL constitui, indubitavelmente, um dos fatores que explicam a resposta particularmente agressiva do regime iraniano aos protestos, caracterizada pela brutalidade policial sem precedentes que teve início um dia logo a seguir à morte de Jina (Tohidi, 2023; Assa, 2023; Radeck & Khodakarim, 2022). Os diversos significados que o próprio slogan do movimento retém constituem um exemplo claro de como a linguagem tem poder e, efetivamente influencia as ações

dos atores. No caso do regime iraniano, o significado das palavras Mulher, Vida, Liberdade são percecionadas como inimigas à sua existência enquanto regime, fazendo com que atue, consequentemente, de forma coerciva. Por outro lado, para o povo iraniano, o slogan reside, entre os seus vários significados, no valor da liberdade para todas as identidades que representa, fazendo com que atue, por sua vez, pela transformação do regime.

Tendo em consideração todos os diferentes níveis de opressão escrutinados que fazem parte do movimento MVL, é possível afirmar que este é um movimento que luta particularmente contra a violência de regime. Ao contrário da violência estrutural assim como definida por Galtung (1969), a violência não estrutural, ou seja, a violência direta, traduz-se como uma forma de violência que é observável e cujo perpetrador é um ator identificável, neste caso, o regime islâmico iraniano. Ao nível teórico, a violência estatal/ de regime mencionada incorpora um espetro que vai da violência direta ao genocídio de um povo, integrando também a forma de violência política e jurídica (Torres, 2018). A definição de violência estatal mencionada não questiona a noção de funcionamento do Estado Moderno assim como descrita por Marx Weber, segundo o qual o uso legitimo da força constitui um instrumento necessário de coerção para manter a ordem. Neste caso, a violência estatal é largamente ilegítima e fulcral para o funcionamento do regime, não sendo, por isso, um evento esporádico (Torres, 2018; deMeritt, 2016). Formas concretas de violência estatal configuram-se como homicídio, tortura, aprisionamento seletivo, desaparecimento, imposição de uma cultura de medo e terror, exclusão social, entre outras práticas tangíveis que são, incontestavelmente, vividas por todas as pessoas iranianas que Jina representava na sua identidade (Torres, 2018; deMeritt, 2016).

4.6. O conceito de feminismo no Irão

O MVL é entendido como um movimento de cariz feminista, no sentido teórico e simplista do conceito, na medida em que também defende a igualdade de direitos das mulheres iranianas. Contudo, não é possível caracterizá-lo como um movimento constituído exclusivamente por feministas, mas antes como um coletivo heterogéneo de mulheres que se identificam com um amplo espetro de nomenclaturas (Darvishi, 2023).

Para muitas mulheres iranianas, a associação e identificação com o termo "feminista" comporta uma cisão com a sua identidade, por estar associado ao feminismo liberal secular ocidental e, por isso, é preferível para algumas a denominação de "ativista pelos direitos das mulheres" (Asadi Zeidabadi, 2023). Tendo em consideração o contexto histórico iraniano, onde as

mulheres participaram ativamente e em peso no derrube de uma monarquia que importava, impunha e superiorizava os valores ocidentais na população iraniana, privando-as da sua identidade árabe e islâmica, torna-se compreensível que a associação com o termo, que comporta conotações muitas vezes classicistas e colonialistas, não fosse aceite por grande parte das mulheres iranianas (Ahmadi, 2006; Sadeghi, 2010). Aliado a este fator, de acordo com Asadi Zeidabadi (2023), existe ainda um número razoável de mulheres iranianas que não se designam como feministas simplesmente pela perigosidade do termo dentro do regime iraniano.

Neste sentido, com o objetivo de unir o islamismo com a teoria feminista, surge o feminismo islâmico. Esta corrente feminista, que conseguiu chegar a mulheres iranianas mais religiosas e tradicionalistas, inclui no seu funcionamento a fusão entre a igualdade de género e a consequente possibilidade de participação feminina nas esferas de poder público com a tradição cultural islâmica, que não descora a importância do papel da mulher na vida familiar (Kian-Thiébaut, 2010; Sadeghi, 2010). O feminismo islâmico reinterpreta os textos do Alcorão do ponto de vista feminista, com o objetivo de deslegitimar a corrente instrumentalização desses mesmos textos como justificação para medidas discriminatórias e, paralelamente, fundamentar, no seio da cultura islâmica, a viabilidade da criação de uma sociedade igualitária (Asadi Zeidabadi, 2023; Kian-Thiébaut, 2010; Sadeghi, 2010).

Existem, portanto, duas grandes variantes feministas no Irão: o feminismo secular e o islâmico, sendo que o secularismo e a religiosidade não são arbitrariamente disso- ciáveis um do outro (Asadi Zeidabadi, 2023). Apesar de comportarem metodologias diferentes, as variantes convergem na absoluta necessidade de mudar o paradigma atual das mulheres no Irão, representadas no MVL na fatalidade do "incorreto" uso do véu (Kian-Thiébaut, 2010). Mesmo assim, é importante realçar que não é um movimento destas duas correntes, mas de um conjunto de pessoas que almeja a mudança do estatuto da mulher no Irão e do funcionamento da sociedade iraniana no geral (Darvishi, 2023).

No entanto, para olhares externos ao Irão, é importante não percecionar o feminismo islâmico como a única opção possível para a defesa dos direitos das mulheres iranianas, uma vez que tal perspetiva ofuscaria outras metodologias feministas presentes no movimento (Ahmadi, 2006) e tornar-se-ia incompatível com um movimento feminista transnacional, que pressupõe a incorporação de diferentes realidades e objetivos.

Para além disso, existe a tendência da parte de feministas liberais ocidentais em caracterizar o conceito de feminismo inerentemente incompatível com o Islão (Kian-Thiébaut,

2010). Ora, visões incapacitantes da praticabilidade do feminismo islâmico da parte de feministas ocidentais não só ignoram o facto do próprio feminismo ocidental ter tido de ultrapassar estigmas normativos enraizados nas suas culturas relativamente às mulheres, de modo a promover uma sociedade mais igualitária em termos de género, como também perpetuam, em paralelo, visões de matriz colonial que pressupõem uma superioridade ocidental face aos países do Médio Oriente (Kian-Thiébaut, 2010; Asadi Zeidabadi, 2023). Ou seja, ser-se solidário com o MVL implica o reconhecimento de que o tirar, queimar e abanar o véu é um símbolo de protesto para com o atual regime e não se traduz na associação antiga da monarquia Pahlavi de que o não uso do véu é um sinal de "progresso", de "ocidentalização". Esta forma de apoio é reiterada numa pressuposta superioridade cultural e é, na sua definição, uma forma de solidariedade superficial.

4.7. Estratégias de ação

O movimento tem tido um papel significativo, mas complexo, na angariação de solidariedade substantiva ao nível transnacional. As estratégias são compreendidas a vários níveis: dentro e fora do território iraniano, havendo particular relevância do papel desempenhado pela diáspora iraniana. Destaca-se igualmente a centralidade das dinâmicas de solidariedade que se estruturam sobre três eixos: a dimensão religiosa, a defesa da liberdade das mulheres e a politização internacional sobre a mudança de regime. A diáspora iraniana é estimada entre cinco e sete milhões de cidadãos iranianos distribuídos globalmente, o que amplia o alcance da solidariedade com o movimento (Mostafavi Mobasher, 2025).

4.7.1. Manifestações e protestos públicos

No contexto de um regime opressivo, o protesto surge como a manifestação mais visível de resistência face ao opressor (Tarrow, 2011). A onda de protestos que ocorreu após a morte de Jina e as reivindicações nela expressas assumiram a principal ação do movimento. Os protestos tiveram um efeito "bola de neve" que se repercutiu em todo o território iraniano e se projetou, de forma significativa, para além das fronteiras nacionais. No espaço de um mês, os protestos espalharam-se pelo Irão ao longo de 120 cidades. Em dois meses, mais de 500 manifestantes foram mortos pelo regime iraniano e cerca de 15.000 foram detidos. A importância da dimensão local do movimento para os protestos foi, sem dúvida, uma das características definidoras da sua dimensão, na medida em que as pessoas se mobilizaram em protesto nas localidades mais

isoladas, nas regiões mais religiosas e nos bairros socialmente mais conservadores. Embora as estatísticas não sejam exatas devido à falta de dados nas províncias mais remotas do país, estima-se que o número de pessoas a protestar nas ruas tenha alcançado os dois milhões. Nas grandes áreas metropolitanas, a intensidade da mobilização foi particularmente expressiva, tendo-se verificado a ocorrência de mais de uma dezena de protestos por cidade no primeiro mês do movimento (Khatam, 2023).

É de realçar que, para além dos protestos serem uma clara manifestação de descontentamento para com o regime, e que apesar do movimento ter abrangido a mais diversa amostra populacional, os protestos foram alcançando a sua dimensão devido às jovens mulheres do Irão. Para além de estarem saturadas com o apartheid de género, foram interiorizando, através da observação dos protestos, a possibilidade de existir sem o véu. Este cenário evidencia a profundidade com que um regime opressivo penetra a própria constituição identitária de muitos indivíduos, condicionando não apenas os seus pensamentos, mas também a forma como existem. Ao impor um registo de passividade, o regime assegura a manutenção do seu poder. O quadro de opressão agrava-se e intensifica-se na vida da mulher quando, para além de ter de estar condicionada às políticas discriminatórias do regime, encontra-se num contexto relacional altamente conservador, como demonstrado no seguinte testemunho:

> Por exemplo, em muitas cidades pobres, essa repressão e opressão eram, claro, mais fortes do que nos locais com melhores condições socioeconómicas e sociais. Mesmo nas cidades mais pequenas, que são muito conservadoras, muito religiosas, muito tradicionais, muito patrióticas e com uma mentalidade, na verdade, muito patriarcal. As mulheres ganharam coragem, foi essa a mudança que aconteceu. (...) Isso foi uma espécie de inspiração, um momento de epifania para elas: e se não usarmos o hijab? E muitas delas provavelmente sofreram mais opressão por parte da família. (...) Mas o facto de terem percebido que podem ser quem querem ser, foi interessante. Acho que foi muito, muito interessante isso, porque estamos a crescer numa sociedade em que se espera que cubras o cabelo desde os, sei lá, cinco ou seis anos de idade. Então, imagina que estás a crescer numa família, numa família religiosa. Não é só na universidade, na escola, mas também em casa, é suposto cobrir o cabelo. Mas, a certa altura, vês nas redes sociais que, uau, as mulheres estão a dizer: "Que se lixe o hijab". Estão a queimar o hijab. Estão a dizer que podemos sair sem hijab. Por isso, numa perspetiva individual, acho que foi muito impactante. (Catarina, nome fictício, 2026; tradução própria)

Assim, dentro de todas as razões políticas, sociais e económicas para protestar, os protestos foram ganhando o seu alcance porque dentro do seio da camada feminina jovem, começou a existir uma consciencialização coletiva sobre o véu, um momento que suscitou uma profunda reflexão identitária. Esta situação pode ser explicada de forma mais criteriosa através do testemunho de uma das entrevistas realizadas:

> (...) no dia em que Mahsa Amini foi morta, regressei ao Irão. Foi uma coincidência, não teve nada a ver com o acontecimento. (...) Eu estava lá. E nunca, nunca vou esquecer a primeira vez que saí sem hijab (...) Tve a sensação de que estava nua e que toda a gente estava a olhar para mim e que, por isso, havia algo de errado comigo. (...) L lembro-me daquele primeiro dia, o número de raparigas sem hijab era menor do que, não sei, o número dos nossos dedos. Mas dia após dia, começou a crescer e a crescer. E foi, foi incrível (...). Sabes, era como se tivéssemos na cabeça que não, não podíamos andar nessas ruas sem hijab, mas no dia seguinte a isso foi permitido, sabes, aconteceu. Era como se, talvez, a sensação de nudez se devesse ao facto de já não termos medo. Então, o medo tinha desaparecido. E assim tínhamos a sensação de que estávamos a encarar-nos a nós próprias na rua. E foi um momento muito incrível. (Catarina, nome fictício, 2026; tradução própria)

No plano internacional, várias cidades hospedaram manifestações de apoio ao movimento que tinha despoletado no Irão. Na Europa, na Síria, na Turquia, na Ásia, na Austrália, no Canadá, nos Estados Unidos da América e no México as pessoas mobilizaram-se aos milhares em demonstrações de solidariedade com o movimento (Tohidi & Daneshpour, 2025). Estas manifestações congregaram não apenas numerosos membros da diáspora iraniana, mas também um elevado número de participantes que reconheceram a relevância do movimento para o povo iraniano. A escala atingida pelo movimento implicou o fortalecimento da sua atuação dentro do Irão, a legitimação das suas reivindicações e na expansão da sua capacidade de mobilizar a população. Assim como explicado anteriormente, um dos motivos que levam as pessoas a aderirem a causas que, muitas vezes, não lhes estão diretamente relacionadas, é o papel das emoções, também das emoções positivas. Para a diáspora iraniana, a emoção relatada nestas manifestações foi a esperança de um Irão diferente (Kazemi, 2025). A afirmação que se segue constitui o relato de uma das entrevistadas acerca da solidariedade gerada a nível internacional:

> Para uma nação oprimida, sujeita a sanções e isolada do mundo há cerca de 40 anos, foi realmente interessante ver que outros países estão finalmente a falar de nós. Estão, de facto, a perceber que não estamos satisfeitos com a situação atual. (Catarina, nome fictício, 2026; tradução própria)

4.7.2. Atos simbólicos

Considerando que o véu simboliza a estabilidade e o poder do regime islâmico, os protestos realizados têm incluído atos simbólicos de contestação que desafiam a ordem estabelecida e expressam o descontentamento da população iraniana. Esta dinâmica revela-se particularmente significativa no caso das mulheres, que são diretamente afetadas pelo apartheid de género institucionalizado. Assim, o ato de queimar o véu é uma demonstração de resistência ao regime e é um ato de resistência feminista, pela condenação sobre a criminalização do corpo da mulher e de imposição da voz da mulher no espaço público. Portanto, a queima do véu comporta um significado simbólico intersubjetivo entre os manifestantes muito expressivo, o desejo de derrubar o regime islâmico iraniano (Khatam, 2023; Tohidi, 2023; Assa, 2023; Mehrabi, 2022). Apesar do ato se ter espalhado rapidamente ao longo dos protestos, para as mulheres muçulmanas com uma conceção mais conservadora da sua religião, particularmente mulheres muçulmanas residentes noutros países, o ato de queimar o véu foi interpretado como um desrespeito ao islão e não como um símbolo de resistência contra o regime. Esta divergência reforça a ideia de que o significado de um símbolo não é estático, mas socialmente construído e interpretado de acordo com a identidade de cada um. Para além disso, este caso ilustra como o fator da religião pode condicionar a extensão e a intensidade da solidariedade com o movimento no âmbito transnacional, como relatado nesta afirmação:

> Havia um grupo de mulheres muçulmanas em países democráticos que criticavam e julgavam as mulheres que vivem sob opressão há 40 anosdiziam que éramos desrespeitosas e que devíamos ter vergonha. Então, o que se passou foi que elas não tinham essa compreensão. No Reino Unido, em França, dizem que não é permitido cobrir o cabelo. Será que para elas isso é aceitável? Imaginem se o contrário estivesse a acontecer às mulheres iranianas. Mas elas não tinham essa compreensão. Por isso, a solidariedade, dessa perspetiva, não foi correspondida. (Catarina, nome fictício, 2026; tradução própria)

Por sua vez, o ato de cortar o cabelo é um gesto carregado de simbolismo, muito presente ao longo dos protestos. Por um lado, para o regime islâmico, o cabelo da mulher é uma marca do género feminino, sendo que ter o cabelo longo assume uma simbologia tal que é uma das características do que significa ser uma mulher (Mehrabi, 2022). O cabelo da mulher iraniana tem sido objeto de uma política de sexualização promovida pelo regime, na qual a exposição do cabelo é interpretada como sinal de desonra. Em oposição, o corte do cabelo surge como um ato de desobediência civil contra estas políticas que congestionam a liberdade da mulher. Para a minoria curda em específico, cortar o cabelo é um ato de luto. Simboliza dor, raiva e tristeza por aqueles que foram injustamente mortos, é um ato emotivo que exige justiça e responsabilização pela morte criada (Mehrabi, 2022). O ato começou a ser realizado por pessoas que se demonstravam em solidariedade com o movimento e com a luta das mulheres iranianas dentro do Irão. No entanto, o que para uns pode ser visto como um ato solidário de divulgação e força para o movimento, para outro é visto como um ato superficial, performativo, desprovido de compreensão sobre a sua simbologia ou interesse solidário real com o movimento. Em relação a este assunto em particular, foram expressas opiniões divergentes, ilustradas nas seguintes afirmações:

> Mulheres cortaram o cabelo para mostrarem solidariedade. Para mim isso foi uma coisa fantástica. (...) As performances servem para sermos ouvidos, não tem mal, é um passo para a mudança. Não significa que seja contra a mudança, são pelo movimento. Claro, temos de lutar mesmo, mas às vezes a luta não significa ter uma arma para matar. É falar mais alto, ter voz e dizer o que está a acontecer. (Alice, nome fictício, 2026)

> Na altura ficámos impressionados, tocadas com isto e acho que algumas coisas performativas são necessárias, é uma maneira de mostrar, como se diz, awareness. (...) Por isso, à altura foi importante e acho que é a publicar essas coisas se pode mexer alguma coisa. (Tânia, nome fictício, 2026)

> No Parlamento Europeu, tornou-se uma espécie de moda, porque, nas cidades curdas, como a Mahsa era uma rapariga curda, era comum cortarem o cabelo como forma de protesto. Por isso, foi uma espécie de, não sei, performance, uma performance muito chique em que todas as mulheres no Parlamento cortaram o cabelo para manifestar o seu protesto. Mas, na prática, não estavam a fazer nada. Por exemplo, quando

> se reuniam com esses políticos da República Islâmica em negociações, a República Islâmica obrigava-as a cobrir o cabelo. E elas faziam-no. Porquê? Se se compreende a situação das mulheres, porquê adaptar-se à propaganda islâmica deles? Há muitas, muitas maneiras pelas quais elas poderiam ter-se posicionado ao lado das mulheres iranianas, mas não o fizeram. (Catarina, nome fictício, 2026; tradução própria)

4.7.3. Uso das plataformas digitais

A disseminação de informação sobre o movimento através das plataformas digitais desencadeou a ação de diversos coletivos de ativistas, tanto no interior do Irão como no seio da diáspora iraniana, que atuaram com o objetivo de alterar o contexto de violência vigente no país. Esta estratégia é particularmente importante para o sustento do movimento transnacional porque é a partir das plataformas digitais que os ativistas conseguem: (1) disseminar informação sobre o movimento para lá da diáspora iraniana; (2) demonstrar a violência perpetuada diariamente pelo regime iraniano na sua população; (3) organizar protestos e manifestações em vários pontos do mundo; (4) conectar com organizações que auxiliem ativistas do movimento e/ou tenham o poder de exercer pressão sobre o Irão; e (5) manter contacto com o movimento dentro do Irão que exerce um alto nível de censura sobre determinadas plataformas digitais, como é o caso do Instagram, do TikTok e do X. Neste caso, vários ativistas, com a ajuda de empresas de tecnologia, conseguiram superar parcialmente esta censura e entrar em contacto com a população que faz parte do movimento dentro do Irão (Elmore, 2024; Varma & Shaban, 2024; Colpitts-Elliott, 2024).

As plataformas digitais desempenharam um papel fulcral para a discussão entre membros da diáspora sobre o futuro do Estado iraniano e sobre todos os temas alusivos ao movimento. Estes espaços funcionaram como arenas para a discussão livre e a troca de ideias, mas também como palco propício a discursos hostis, antidemocráticos e desmobilizadores do movimento. Na diáspora iraniana nos Estados Unidos, por exemplo, foram observadas fraturas estruturantes entre a membros da diáspora nas redes sociais, que se refletiu na diminuição de membros a grupos do WhatsApp e Telegram que servem para a organização de manifestações, discussões e partilha de informação. A mesma dinâmica manifestou-se igualmente na proliferação, nas redes sociais, de conteúdos ambíguos, concebidos para estimular a interação e o confronto, bem como de publicações com informação imprecisa ou deliberadamente falsa, contribuindo para a intensificação da desunião entre a diáspora (Razavi, 2023).

No entanto, apesar da existência deste fator de conflito proporcionado pelas redes sociais,

o panorama geral que as plataformas digitais criaram foi de união e cooperação tanto entre a diáspora como com a restante comunidade internacional. O movimento teve picos sucessivos de visibilidade nas redes sociais ao longo de vários meses, tendo o hashtag #mahsaAmini sido repostado mais de 300 milhões de vezes na plataforma X. A música "Baraye", em português traduzida para "Por causa de", uma música de protesto e considerada o hino do movimento, viralizou nas redes sociais e ganhou um Grammy, tendo dado ainda mais visibilidade ao movimento. (Tohidi, 2023; Jean Marks, 2023).

Tal visibilidade e capacidade de mobilização proporcionada pelo esforço dos ativistas através das plataformas digitais concretizou-se, entre outros aspetos, na colaboração com organizações internacionais como a UN Women, a Equality Now e a Amnistia Internacional, bem como na pressão coletiva exercida para a exclusão do Irão da Comissão sobre o Estatuto da Mulher das Nações Unidas, uma medida que contribuiu para a suspensão da legitimação internacional do regime (Elmore, 2024; Varma& Shaban, 2024).

4.7.4. Resistência à repressão transnacional

O facto deste ser um movimento inserido na luta contra a violência de regime faz com que a dimensão da solidariedade dos cidadãos iranianos a viverem fora do núcleo de violência, ou seja, fora do Irão, seja também alvo de repressão transnacional (Colpitts-Elliott, 2024). Este é um fenómeno onde o regime em questão tenta silenciar o ativismo da diáspora através da intimidação, da punição e do menosprezo em relação ao movimento. (Colpitts-Elliott, 2024).

Entre as várias técnicas de tentativa de silenciamento destes ativistas, servem de exemplo a intimidação por proxy, onde os familiares dos ativistas que continuam no Irão são ameaçados diretamente pelo regime e o uso de tecnologia, especificamente tecnologia de vigilância e das plataformas digitais como mecanismo de controlo e intimidação (Colpitts-Elliott, 2024). Para a diáspora, à sua solidariedade acrescenta-se o fator de insegurança para o próprio e para os seus familiares. De acordo com o estudo de Colpitts-Elliott (2024), o regime iraniano possui a capacidade de infiltrar e monitorizar dispositivos eletrónicos, como telemóveis e computadores, bem como aceder de forma ilícita a contas financeiras e às redes sociais de cidadãos iranianos. Paralelamente, promove um clima de intimidação digital, caracterizado por ameaças de morte dirigidas a ativistas, envio massivo de mensagens e pela criação de redes de trolls e bots destinados a assediar de forma online indivíduos que apoiam o movimento. Este padrão sistemático de assédio, vindo de múltiplas frentes digitais e frequentemente de forma anónima,

gera um desgaste emocional significativo nos indivíduos, cujo objetivo explícito é desencorajá-los de se manifestarem ou de continuarem a apoiar publicamente o movimento. Uma das pessoas entrevistadas relatou já ter sido vítima de ameaças e em como isso afetou o seu bem-estar e sentimento de segurança, mesmo encontrando-se fisicamente fora do Irão. Os restantes relatos revelam ter tido conhecimento de pessoas iranianas que também foram alvo de intimidação por se manifestarem abertamente a favor do movimento. Os relatos em primeira pessoa destes acontecimentos corroboram o que a autora Colpitts-Elliott (2024) descreve sobre as práticas de repressão transnacional perpetuadas pelo regime iraniano. A pessoa entrevistada relatou ter sido abordada, através das redes sociais por utilizadores não identificados, relativamente aos quais manifesta a convicção de que as mensagens têm origem no regime iraniano. "Ainda hoje tenho medo, não posso dizer que não tenho medo" (Alice, nome fictício, 2026).

Outros relatos mencionam a cassação dos documentos de identificação:

> (...) ela teve algumas dificuldades depois de ter apoiado este movimento para renovar o seu passaporte iraniano. Quando se dirigiu às autoridades para renovar o passaporte, foi-lhe apreendido, demorou talvez mais de um ano a resolver esta questão. Por isso, ficou sem passaporte durante algum tempo. (Catarina, nome fictício, 2026; tradução própria)

Outros mencionam a detenção sem justa causa:

> (...) um rapaz foi à Câmara Municipal de Istambul pedir autorização para fazer uma manifestação. Eles disseram ok, tinha os documentos todos, deram o ok. No dia seguinte, a manifestação foi cancelada e o rapaz recebeu a polícia em casa e foi levado para a esquadra. (Alice, nome fictício, 2026)

De igual modo, a solidariedade do movimento ao nível transnacional é viabilizada pelo povo curdo e pela sua diáspora. O Curdistão incorpora parcelas de território da Síria, do Irão, do Iraque e da Turquia, tornando-o, apenas pela sua composição geográfica, num movimento transnacional (Assa, 2023). Em consonância com a lógica de intimidação dirigida à diáspora iraniana, verifica-se um agravamento da discriminação e da tentativa de silenciamento através da intimidação a ativistas mulheres cidadãs iranianas de etnia curda que estejam solidárias com o movimento noutro país (Colpitts-Elliott, 2024).

4.7.5. Contexto internacional

O contexto regional e internacional em que o regime opressor está inserido apesar de não ser qualificado como uma estratégia de ação, é considerado um fator de promoção ou inibição da solidariedade com os movimentos que lutam contra a violência de regime. A literatura sobre movimentos transnacionais refere que a sua existência é altamente influenciada pelo contexto nacional e cultural em que estão inseridos (Keck & Sikkink, 1998; Benford & Snow, 2000). Contudo, esta é uma característica alusiva à criação dos próprios movimentos transnacionais e não propriamente ao seu papel na criação de solidariedade. De igual modo, tal contextualização é previamente compreendida pela lente teórica construtivista, nomeadamente através da noção de constituição mútua entre agentes e estruturas. A presente dissertação não encontrou estudos que especificassem a causalidade entre a relação interestatal, inserida num contexto concreto, e o aumento ou diminuição de solidariedade para com movimentos transnacionais. A relação foi enunciada nas entrevistas realizadas, onde é realçado que um dos fatores que privilegiaram o alto nível de solidariedade transnacional para com o movimento MVL em comparação com outros movimentos iranianos tratou-se de uma circunstância associada ao momento temporal específico do contexto regional em que o Irão se encontrava inserido.

O MVL teve início num momento anterior a um período extremamente relevante para a região do Médio Oriente no geral e para o Irão em particular, a guerra entre Israel e a Palestina que teve início a outubro de 2023. Para a pessoa entrevistada, a solidariedade para com os movimentos contra o regime iraniano é influenciada pelo posicionamento pessoal em relação à guerra da Faixa de Gaza. Em primeiro lugar, a relação de animosidade entre Israel e o Irão contribuiu para que muitos membros da diáspora iraniana participem nas manifestações contra o regime iraniano com a bandeira de Israel. Esta ação pode ser compreendida como: (1) um apoio direto ao maior líder da oposição iraniana, o filho do destituído monarca Mohammad Reza Pahlavi, Reza Pahlavi (Reza II), frequentemente associado a posições favoráveis com Israel; (2) um sinal de alinhamento com Israel enquanto ator regional antagonista do regime iraniano, incluindo o apoio às suas posições de confronto dirigidos às autoridades iranianas; e (3), relacionadas com as anteriores, um posicionamento em relação à expectativa de uma possível, futura, reconstituição governativa do Irão, aliada politicamente ao governo israelita.

Contudo, esta prática, de levar a bandeira de Israel para manifestações contra o regime iraniano, fez com que outros membros da diáspora iraniana e apoiantes externos deixassem de comparecer às manifestações por não quererem estar associados à bandeira de Israel. A

diminuição do apoio aos movimentos em causa é explicada pelo posicionamento dos que consideram Israel um Estado responsável por práticas genocidas contra o povo palestiniano. Por outro lado, a pessoa entrevistada refere que a diminuição do apoio aos movimentos de oposição ao regime iraniano resulta igualmente do facto do Irão se ter afirmado como um dos mais veementes Estados apoiantes da causa palestiniana, o que levou algumas pessoas a retraírem o seu apoio à queda do regime, em virtude desse posicionamento.

Neste contexto, o movimento MVL beneficiou de um período onde a polarização política era menor, tanto em pessoas iranianas como não iranianas, permitindo que a solidariedade para com movimentos contra o regime iraniano fosse mais unida na causa.

Capítulo V - Discussão dos resultados obtidos

O presente capítulo tem como objetivo analisar e discutir os resultados obtidos ao longo da dissertação, onde será realizada uma interpretação crítica das entrevistas com a literatura apresentada.

No âmbito do estudo de caso da MMM, tanto os testemunhos das pessoas envolvidas nas ações internacionais como a literatura que analisa estas mobilizações, descritas ao longo dos trabalhos de Díaz Alba (2021), Dufour e Giraud (2007), Dufour (2005) e Conway (2008), evidenciam que, ao longo dos seus mais de 25 anos de existência, a MMM tem apresentado uma capacidade de adesão, mobilização e militância de carácter oscilatório. Esta dinâmica torna-se particularmente visível nos picos de atividade a cada cinco anos. É possível compreender que a primeira e a segunda ação internacional foram as que tiveram maior adesão, entusiasmo e as que conseguiram envolver mais pessoas na MMM. A chegada do novo milénio, o sentido de coletividade e pertença que se criou logo na primeira ação internacional e a criação de novas dinâmicas feministas antes inexistentes em muitos países, como é o caso do Brasil foram considerados os fatores chave para este elevado nível de adesão a um movimento de solidariedade feminista.

Entre a segunda e a terceira ação internacional, ou seja, entre os anos de 2005 e 2010, houve uma acentuada descida no nível de militância do movimento em comparação com as ações internacionais anteriores, não significando isto que o movimento não tenha progredido, mas a dimensão das ações internacionais foi mais diminuta. Esta tendência é evidenciada tanto na menor quantidade de comunicação relativa à ação internacional de 2010 presente no site oficial do movimento, como na reduzida produção de literatura académica dedicada ao período compreendido entre a segunda e a quarta ações internacionais. Também os seguintes relatos de duas pessoas entrevistadas no âmbito desta dissertação corroboram a tendência:

> E eu senti a partir de 2010 que, eu não sei se foi um deslaçar, mas houve ali qualquer coisa que se calhar não foi bem avaliada. Esta é a minha, esta é a minha leitura. (Joana, nome fictício, 2026)

> (...) em 2010 houve uma certa dispersão também porque, por exemplo, a AJPAS deixou de existir, que era uma grande força da marcha (...) e também depois houve uma certa divisão dentro da marcha por questões políticas (...) (Teresa, nome fictício, 2026)

Na ação internacional de 2015 observa-se um ligeiro rejuvenescimento do movimento à escala global. Contudo, esta revitalização não atingiu níveis comparáveis à intensidade da dinâmica que caracterizaram a primeira e a segunda ações internacionais. A 5ª ação internacional, marcada pela pandemia Covid-19, foi o ponto mais baixo da MMM. O contexto de extrema adversidade reconfigurou a disponibilidade, física e emocional, das pessoas agirem ativamente no movimento. Este cenário está de acordo com a hipótese colocada por Gould (2007) sobre a consciência dos limites pessoais e da circunstância extrema muito especifica que afeta as dinâmicas de solidariedade substantiva. É sobre este eixo de análise que se coloca a possibilidade de que a descida na mobilização do movimento entre 2005 e até à ação internacional de 2015, sobretudo na região europeia, tenha sido o resultado de outra crise global: a crise financeira global de 2008, que afetou de forma mais profunda a economia europeia, por estar diretamente exposta ao mercado norte-americano. Esta hipótese esclareceria as tensões políticas fraturantes da MMM em Portugal especificamente, por existirem conceções diferentes das soluções para a crise, explicaria a dificuldades de mobilidade para diferentes regiões do país, e até mesmo para as reuniões internacionais, bem como de disponibilidade para a criação de dinâmicas dependentes do autofinanciamento, tudo por razões económicas, e explicaria o custo emocional das pessoas mais afetadas pela crise na sua continuidade e na escolha em aprofundar ações de solidariedade feminista.

Não obstante estas circunstâncias, tanto da pandemia como da crise de 2008, importa considerar que a MMM foi um movimento continuamente ativo. Presentes são os exemplos da distribuição alimentar na época da pandemia e de dinâmicas de apoio às mulheres afetadas pela crise, sempre enquadradas num eixo de denúncia das limitações do modelo económico neoliberal face ao bem-estar coletivo dos povos.

Uma vez findadas as crises, e tendo em consideração que o espaço temporal entre as ações internacionais deu margem para alguma recuperação e reflexão sobre a importância de movimentos transnacionais feministas para a sociedade, houve de novo uma subida na mobilização em 2015 e depois em 2025, desta vez mais expressiva. Relativamente à ação internacional mais recente, é consensual pelas entrevistas que a conjuntura internacional de maior conservadorismo e violência para as mulheres, cenário que é corroborado, por exemplo, através do relatório da UN Women (2025), é um fator de reforço do movimento, particularmente expresso nas entrevistas realizadas com as representantes do Brasil e do Quebeque, bem como no sucesso

do Secretariado Internacional em reativar coordenações que se haviam perdido e em promover a criação de novos OCN.

Em relação às especificidades locais da MMM, foi possível compreender que, no que diz respeito às alianças criadas com outros movimentos sociais, que existe uma convergência na associação com grupos sindicais e grupos agroecológicos. A necessidade de unir a luta feminista com a dos direitos laborais, com a luta pela soberania alimentar, muito associada também ao agravamento da crise climática, assenta no reconhecimento da interseccionalidade das diferentes formas de resistência ao neoliberalismo. Neste sentido, torna-se percetível a prevalência de um enquadramento ideológico fortemente marcado por uma perspetiva anti-neoliberal.

Tal posicionamento pode ser observado, por exemplo, no crescente distanciamento entre a MMM e o FSM, que progressivamente passou a ser percecionado como uma arena ideologicamente ambígua, classicista, que não atribui centralidade à questão feminista e que é insuficientemente representativo de movimentos sociais de base, que constituem uma boa percentagem das coordenações pertencentes à MMM. No entanto, como pode ser observado através do contributo da coordenação da MMM na Tanzânia, esta perspetiva em relação ao FSM não é consensual entre todas as integrantes do movimento Apesar de reconhecer as críticas dirigidas ao FSM, este OCN sustenta a necessidade de assegurar a continuidade da participação dos movimentos sociais de base na arena internacional. Assim, realça que a importância que era atribuída ao FSM no início do século, especificamente no que diz respeito à criação de alianças intermovimentos e à criação de conhecimento sobre a interseccionalidade de diferentes lutas sociais não foi totalmente esvaziada. Para algumas localidades, o FSM continua a ser um espaço estratégico para o crescimento do movimento.

Para além disso, os diferentes contextos analisados ao longo da dissertação convergem na constante premência em colocar a violência contra a mulher e a eliminação da pobreza no centro das reivindicações, constituindo pilares fundamentais do movimento. Contudo, divergem consoante a especificidade do contexto geográfico, uma vez que determinados temas, como a mineração e os serviços sociais dirigidos a mulheres migrantes são mais pertinentes de acordo com realidades locais muito concretas.

No âmbito do estudo de caso do movimento MVL, observa-se uma clara coerência entre as motivações subjacentes à crescente adesão ao movimento e a tríade de fatores identificada na literatura relativamente às motivações para agir em solidariedade com uma causa, apresentada ao longo do Capítulo II, sob o subtítulo “Solidariedade substantiva”. Esta coerência manifesta-se

tanto nos relatos com as pessoas entrevistadas como na literatura sobre o movimento. Por um lado, o povo iraniano partilha de uma experiência histórica e coletiva de opressão e, paralelamente, as mulheres iranianas partilham a experiência de viver há quase 50 anos num regime que se solidifica no apartheid de género e agrava progressivamente a qualidade de vida das mulheres. Neste contexto, a identidade coletiva, construída a partir da experiência partilhada de opressão, contribuiu, em particular através de emoções negativas como a raiva e a frustração, para o surgimento de uma nova experiência coletiva de resistência, concretizada através do movimento MVL. Para além disso, com o decorrer das manifestações, é possível compreender a coexistência das emoções negativas com a emoção positiva de esperança de derrube do regime.

No plano internacional, o desenvolvimento da motivação para a ação solidária substantiva, em grande parte impulsionada por manifestações públicas, foi fortemente influenciado pela difusão do movimento nas redes sociais. Isto demonstra, em consonância com Gould (2007), que movimentos que se opõem a regimes opressores dependem frequentemente de meios de comunicação não convencionais. De igual modo, é possível considerar, em linha com a hipótese de Slovic (2007), que uma das razões para a ampla visibilidade do movimento nas redes sociais residiu na partilha de imagens e vídeos que mostravam a brutalidade do regime iraniano durante a repressão, bem como na circulação de conteúdos visuais sobre atos simbólicos relacionados com o uso do véu e o corte de cabelo. Esta circunstância permite às pessoas terem uma referência visual sobre a ação do movimento, algo que, segundo Slovic (2007) facilita a criação de empatia social e, consequentemente, a decisão de agir coletivamente.

Por outro lado, o MVL constitui um ponto de reflexão sobre a criação de solidariedade substantiva em movimentos transnacionais, de acordo com a análise realizada por Varma e Shaban (2024) sobre a diferenciação categórica entre solidariedade superficial e substantiva. A consideração a fazer expõe a possibilidade de confluência entre a solidariedade superficial e a substantiva. A solidariedade superficial rege-se, principalmente, pela amplificação da questão seguindo o perfil de "White Savior" e de supremacia do feminismo liberal com todas as suas conotações hierárquicas e coloniais. No entanto, não existe um indicador quantitativo que categorize todos os contextos pessoais daqueles que partilham sobre o movimento sem risco e sem conhecimento aprofundado do seu contexto. Neste sentido, introduz-se a possibilidade da partilha nas redes sociais sobre o movimento por vários motivos. Inclusive, por exemplo, as partilhas que derivam de reações emocionais negativas instantâneas em relação à opressão do povo iraniano e os que não têm possibilidade física, emocional ou de classe para participar

contínua e ativamente em ações de manifestação, mas que encontram nas plataformas digitais formas de exprimir a sua solidariedade para com o movimento. Para além disso, mesmo que a demonstração de solidariedade recaísse no cariz superficial, residem nela fatores que favorecem o movimento, sendo um deles a atração em massa sobre o que ocorre no Irão. Um exemplo de solidariedade superficial dado pelas autoras foi a filmagem de personalidades francesas a cortarem o cabelo, num ato performativo que, por si só, não é um catalisador para a mudança e é percecionada como uma ação autocentrada. Contudo, o facto destas celebridades terem uma larga rede de seguidores faz com que o movimento seja ainda mais amplificado, algo que o regime iraniano não quer. O regime iraniano censura as redes sociais dentro do seu país e ataca as redes sociais da diáspora iraniana precisamente por reconhecer a potencialidade que o meio digital tem como ferramenta crucial para o crescimento de movimentos anti-regime. Do mesmo modo, as autoras não mencionam o potencial das instituições internacionais para o crescimento do movimento, mesmo que estas produzam solidariedade superficial por não participarem em ações coletivas que priorizem e reconheçam diretamente as exigências da população, por aclamarem solidariedade sem participarem ativamente nas manifestações. A União Europeia, por exemplo, foi uma entidade que condenou e sancionou o regime iraniano aquando do despoletar das manifestações do movimento MVL, ao sancionar diretamente personalidades e entidades do regime iraniano (Conselho da União Europeia, 2022). Ao aplicar sanções internacionais diretamente contra figuras do regime, em vez de somente contra a economia do país, evita-se que o impacto recaia desproporcionalmente sobre o povo iraniano. Desta forma, procura-se enfraquecer e deslegitimar as pessoas que constituem o regime iraniano. Nestes cenários, a solidariedade superficial pode surgir como um facilitador da criação da solidariedade substantiva porque possui a capacidade de enfraquecer o opressor.

Relativamente às entrevistas, as opiniões sobre a importância da solidariedade superficial como um meio para atingir a substantiva revelaram-se divergentes. Por um lado, foi reportado que atos performativos provenientes de indivíduos distantes da realidade iraniana contribuem para a perceção de apoio à população do Irão por parte da comunidade internacional, transmitindo a ideia de que tais ações não passam despercebidas e que o movimento merece ser amplificado. Por outro lado, em linha com Varma e Shaban (2024), foi salientado que atos enquadrados na esfera da solidariedade superficial carecem de impacto efetivo sobre uma eventual mudança, dado que estas ações não se desenvolveram em ações concretas de oposição ao regime, influenciando unicamente a autoperceção daqueles que os realizam. No entanto, todas as pessoas entrevistadas

convergem na avaliação de que a mudança realizada com o movimento, o que foi de grande substância com o movimento, foi a transformação identitária que aconteceu com as mulheres iranianas, de haver uma grande quantidade e pluralidade de mulheres que, por causa do movimento, começaram a desprender-se da identidade de opressão imposta pelo regime, como ilustra este relato:

> Sim, mas a repressão, assim, os aiatolas sempre estão a controlar a sociedade, pela primeira parte é pela mulher, o que elas estão a vestir, o que elas fazem, o que elas não podem fazer, direitos das crianças, direito de sair do país, tudo está controlado pelo homem. Este movimento foi que começamos a dizer que já chega, não há mudanças deste regime e o regime tem que mudar para mudar tudo isto. E depois o que aconteceu é que não conseguimos mudar o regime, mas as mulheres começaram a fazer a lei que elas pensam é certo, andaram na rua sem véu, e não só sem véu, com o vestido que queriam, com algumas imagens até eu fiquei chocada, que agora mulheres andam assim na rua, impossível. (Alice, nome fictício, 2026)

Esta perspetiva remete para a possibilidade de que, embora o objetivo dos movimentos transnacionais feministas seja a transformação de sociedades estruturadas pelo patriarcado em sociedades assentes na igualdade de género, a mudança produzida por estes movimentos não se limita apenas à concretização desse fim. Esta hipótese torna-se mais sustentada quando considerada à luz da teoria da solidariedade reflexiva de Dean (1995), enquadrada no conceito de solidariedade substantiva. Nesta perspetiva, a responsabilidade social de sustentar práticas coletivas orientadas para a transformação social não assenta apenas na preservação das conquistas tangíveis alcançadas ao nível político, mas também no contínuo processo de emancipação e libertação interior dos próprios indivíduos. Ademais, ao considerar a importância que o quadro teórico do presente trabalho coloca no papel das ideias, da identidade e da sua estrutura, torna-se evidente que a transformação identitária de um coletivo oprimido constitui um passo fundamental para a transformação da própria estrutura de opressão.

Capítulo VI - Conclusão

A presente dissertação de mestrado desenvolveu-se com o objetivo de compreender o papel dos movimentos transnacionais feministas na construção de solidariedade substantiva. Para tal, foram analisados dois estudos de caso enquadrados nas categorias de violência estrutural e violência de regime. Embora distintos entre si, ambos convergem na evidência da opressão da mulher em múltiplos níveis de análise.

É possível compreender que os movimentos transnacionais feministas são atores essenciais na construção de solidariedade substantiva. Estes movimentos possuem a capacidade de transformar perspetivas individuais, ao promover processos de consciencialização que podem conduzir a mudanças parciais na identidade da pessoa, auxiliando à sua libertação. Paralelamente, revelam ter a capacidade de mobilizar ações coletivas para a construção de sociedades baseadas na igualdade de género. Dependendo do contexto sociopolítico e da escala da atividade militante, podem igualmente exercer influência sobre a orientação de determinadas políticas públicas. Ademais, contribuem para a criação de comunidades de solidariedade feminista, nas quais se estabelecem redes de apoio e onde a experiência partilhada do ativismo feminista conduz à criação de um sentimento de pertença e de identificação intragrupal. De outro modo, ao nível intergrupal, estes movimentos promovem a articulação entre múltiplas lutas locais e uma agenda macro orientada para o combate à violência contra as mulheres. Neste processo, torna-se fundamental a promoção da comunicação, da cooperação e da visibilidade entre diferentes contextos geopolíticos, nomeadamente entre o Norte e o Sul Global. Assim, não se restringem à reprodução de uma única perspetiva teórica dominante associada ao feminismo liberal global. Em vez disso, integraram diferentes expressões feministas existentes em diversos contextos culturais e políticos.

No presente trabalho, os contributos pessoais de pessoas que fazem e fizeram partes dos movimentos explorados foram especialmente importantes para a compreensão do alcance e da influência que os movimentos transnacionais feministas têm na construção de solidariedade substantiva. Todos os testemunhos permitiram explorar de forma aprofundada, e a partir de diferentes perspetivas, os diversos elementos que caracterizam o conceito de solidariedade substantiva.

A solidariedade substantiva torna-se possível quando os movimentos transnacionais feministas mobilizam uma multiplicidade de estratégias de incentivo à ação coletiva. Contudo, a relevância e a eficácia dessas estratégias variam de acordo com o contexto de violência em que

os movimentos se inserem. Para movimentos que se inserem no âmbito da violência de regime, atos de protesto público e o uso das plataformas digitais tendem a assumir um papel particularmente relevante na construção de solidariedade substantiva, por serem fatores de desestabilização do regime ao mesmo tempo que ampliam a visibilidade das reivindicações e a legitimidade do movimento. Por outro lado, a formação de alianças com outros movimentos sociais e a constante presença de metodologias de educação popular feminista, mesmo que condicionada em alguns territórios, revelam-se estratégias mais promissoras à criação de solidariedade substantiva em movimentos que se enquadrem no âmbito do combate à violência estrutural.

Do mesmo modo, é possível compreender que o papel dos movimentos transnacionais feministas em criar solidariedade substantiva está condicionado por três fatores interrelacionados. Em primeiro lugar, destaca-se a dimensão individual, nomeadamente a capacidade emocional e relacional dos indivíduos para participarem em ações coletivas e integrarem movimentos sociais. Em segundo lugar, no contexto da Globalização, a ocorrência de grandes acontecimentos traumáticos à escala global pode influenciar a disponibilidade emocional das pessoas para se envolverem nestes movimentos. Finalmente, a conjuntura sociopolítica global afeta não a disponibilidade, mas o interesse das pessoas em agir de forma solidária para com os movimentos, havendo maior ou menor interesse de acordo com o enquadramento da luta do movimento, se este age no combate da violência de regime em específico ou da violência estrutural no geral.

Não obstante as conclusões obtidas, torna-se necessário salientar algumas limitações identificadas ao longo do desenvolvimento deste estudo. Primeiramente, o número da amostra utilizada no estudo, apesar de altamente qualificada, não é representativa da profundidade de ambos os estudos de caso. No âmbito do estudo de caso da MMM, seria necessário realizar entrevistas com mais representação das diferentes regiões presentes no movimento, de modo a compreender com maior substância os motivos da baixa atividade do movimento na região europeia e da alta atividade do movimento na região latino-americana, por exemplo. A ausência de representatividade de outros continentes, da Ásia e da Oceânia, surge igualmente como uma limitação do estudo. Do mesmo modo, devido ao limite temporal inscrito na apresentação da dissertação e devido a constrangimentos de ordem burocrática, não foi possível realizar mais entrevistas do que as apresentadas. No âmbito do estudo de caso da MVL, uma limitação adicional prende-se com a reduzida dimensão da diáspora iraniana residente em Portugal, o que condicionou a identificação e o acesso a potenciais participantes, limitando, consequentemente, a realização de um maior número de entrevistas. Por outro lado, o facto de se procurar estabelecer

contacto com indivíduos que podem enfrentar riscos pessoais ao pronunciarem-se sobre o regime pode ter constituído um fator explicativo para a elevada ausência de resposta da diáspora iraniana noutros países.

Tendo em consideração todos os aspetos mencionados ao longo da presente dissertação, apresentam-se algumas propostas de avenidas de investigação futuras. É importante haver um aprofundamento na investigação em relação à pertinência do conceito de solidariedade substantiva no âmbito mais amplo dos movimentos sociais. Neste sentido, importa também desenvolver estudos que explorem de forma mais aprofundada a dinâmica transformativa presente na concetualização deste tipo de solidariedade, esclarecer que a transformação não é conseguida somente a um nível político, mas também a nível interno, pessoal. Em segundo lugar, importa desenvolver estudos que clarifiquem como é que as estratégias utilizadas podem ser melhoradas e adaptadas aos diferentes contextos dos movimentos transnacioanais analisados, bem como aprofundar aquelas que demonstram maior eficácia. Nomeadamente, compreender como é que a educação popular feminista está a ser trabalhada em diferentes contextos, se a sua metodologia é adaptável, e perceber se outras estratégias, como o aprofundamento da atividade nas redes sociais, seria sucedida no contexto de movimentos que lutam contra a violência estrutural. Ademais, no contexto de movimentos de combate à violência de regime, é pertinente avançar a investigação que se debruce sobre a imperatividade das plataformas digitais para a criação de solidariedade substantiva, especificamente no sentido de prevenir a repressão a membros das diásporas dos regimes opressores que se estão a insurgir. Neste sentido, tornam-se relevantes estudos que aprofundem a disseminação de informação sobre o bloqueio de bots, trolls, bem como de maior associação com entidades que consigam contornar as restrições impostas pelos regimes opressores e assegurar a segurança digital dos integrantes do movimento.

Referências Bibliográficas

Ackerly, B. A., & D'Costa, B. (2005). *Transnational Feminism: Political Strategies and Theoretical Resources*. Department of International Relations, The Australian National University.

Afary, J. (2022). From bedrooms to streets: The rise of a new generation of independent Iranian women. *Freedom of Thought Journal*, (11), 1–29. https://doi.org/10.53895/RGZG7213

Agius, C. (2013). Social constructivism. In A. Collins (Ed.), *Contemporary security studies* (2nd ed., pp. 87–102). Oxford University Press.

AlShebli, B., Casara, B. G. S., & Maass, A. (2025). Media coverage of war victims: Journalistic biases in reporting on Israel and Gaza. *arXiv*. https://doi.org/10.48550/arXiv.2510.06453

Ahmadi, F. (2006). Islamic Feminism in Iran: Feminism in a New Islamic Context. *Journal of Feminist Studies in Religion 22*(2), 33-53. https://dx.doi.org/10.2979/fsr.2006.22.2.33.

Antrobus, P. (2015). DAWN, the Third World feminist network: Upturning hierarchies. In R. Baksh & W. Harcourt (Eds.), *The Oxford handbook of transnational feminist movements* (pp. 159–182). Oxford University Press.

Asadi Zeidabadi, P. (2023). Political identity: Feminists and feminism in Iran. *Gender, Place & Culture, 30*(12), 1712–1732. https://doi.org/10.1080/0966369X.2022.2118240

Assa, S. (2023). Unveiling a feminist strike: The case of "Woman, Life, Freedom" in Iran. *Atlantis, 44*(2), 53–71. https://doi.org/10.7202/1109372ar

Asselin, M. (2010). *A brief history of the World March of Women*. Fédération des femmes du Québec. https://dssu.lacsq.org/wp-content/uploads/sites/23/2019/06/a_brief_history_of_world_march_of_women.pdf

Baksh, R., & Harcourt, W. (2015). Introduction: Rethinking knowledge, power, and social change. In R. Baksh & W. Harcourt (Eds.), *The Oxford handbook of transnational feminist movements* (pp. 1–50). Oxford University Press.

Barnett, M. (2020). Social constructivism. In J. Baylis, P. Owens, & S. Smith (Eds.), *The globalization of world politics: An introduction to international relations* (8th ed., pp. 192–206). Oxford University Press.

Bayertz, K. (1999). Four uses of "solidarity". In K. Bayertz (Ed.), Solidarity (pp. 3–28). Springer. https://doi.org/10.1007/978-94-015-9245-1_1

Beamish, T. D., & Luebbers, A. J. (2009). Alliance building across social movements: Bridging difference in a peace and justice coalition. *Social Problems, 56*(4), 647–676. https://doi.org/10.1525/sp.2009.56.4.647

Bierhoff, H. W., & Küpper, B. (1999). Social psychology of solidarity. In K. Bayertz (Ed.), *Solidarity* (Philosophical Studies in Contemporary Culture, Vol. 5, pp. 157–174). Springer.

https://doi.org/10.1007/978-94-015-9245-1_7

Carty, L., & Mohanty, C. T. (2015). Mapping transnational feminist engagements: Neoliberalism and the politics of solidarity. In R. Baksh & W. Harcourt (Eds.), *The Oxford handbook of transnational feminist movements* (pp. 51–80). Oxford University Press.

Cleveland, W. L., & Bunton, M. (2016). The Iranian Revolution and the revival of Islam. In *A history of the modern Middle East* (6th ed., pp. 437–466). Westview Press.

Colpitts Elliott, H. (2024). *Between repression and resistance: The negotiation of gender-based transnational repression in the diasporic space and the Iranian women's movement* [Master's research project]. Institut Barcelona d'Estudis Internacionals (IBEI).https://www.ibei.org/77-hannah-colpitts-elliott_406494.pdf

Conselho da União Europeia. (2022). *Irão: UE sanciona responsáveis por graves violações dos direitos humanos*. *Consilium – Conselho da União Europeia*. https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2022/10/17/iran-eu-sanctions-perpetrators-of-serious-human-rights-violations

Conway, J. M. (2008). Geographies of transnational feminisms: The politics of place and scale in the World March of Women. *Social Politics: International Studies in Gender, State & Society, 15*(2), 207–231. https://doi.org/10.1093/sp/jxn010

Conway, J. M. (2018). When food becomes a feminist issue: Popular feminism and subaltern agency in the World March of Women. *International Feminist Journal of Politics, 20*(2), 188–203. https://doi.org/10.1080/14616742.2017.1419822

Couraceiro, P., & Paisana, M. (2024). Da personalização algorítmica à mediação jornalística: Mudanças nas preferências dos jovens portugueses no consumo de notícias online. *Media & Jornalismo, 24*(45), e4504. https://doi.org/10.14195/2183-5462_45_4

Dabashi, H. (2007). An Islamic revolution. In *Iran: A people interrupted* (pp. 137–182). The New Press.

Dabiri, A. (2023). "Woman, life, freedom": A movement in progress in Iran. *Dignity: A Journal of Analysis of Exploitation and Violence, 8*(1), Article 5. https://doi.org/10.23860/dignity.2023.08.01.05

Dabiri, E. (2021). *What white people can do next: From allyship to coalition*. Penguin.

Darvishi, A. (2023). Feminist resistance in Iran from 1978 to 2023. *Janus Unbound: Journal of Critical Studies, 3*(1), 1–17. https://journals.library.mun.ca/index.php/JU/article/view/2599

Dean, J. (1995). Reflective solidarity. *Constellations, 2*(1), 114–140. https://doi.org/10.1111/j.1467-8675.1995.tb00023.x

de Lima, M. P. (2016). Atores transnacionais e a dinâmica do sistema internacional: Uma análise sobre o impacto desses novos atores na tomada de decisão. *Centro Universitário Tabosa de*

Almeida. http://repositorio.asces.edu.br/handle/123456789/195.

Della Porta, D., & Tarrow, S. (2005). Transnational processes and social activism: An introduction. In D. della Porta & S. Tarrow (Eds.), *Transnational protest and global activism* (pp. 1–17). Rowman & Littlefield.

Della Porta, D., Andretta, M., Mosca, L., & Reiter, H. (2006). Globalization and social movements. In *Globalization from below: Transnational activists and protest networks* (pp. 1–29). University of Minnesota Press.

deMeritt, J. (2016, October 26). The strategic use of state repression and political violence. In *Oxford Research Encyclopedia of Politics*. Oxford University Press. https://oxfordre.com/politics/view/10.1093/acrefore/9780190228637.001.0001/acrefore-9780190228637-e-32

Dhaliwal, S. (2014). Women against fundamentalism: 25 years of anti-racist, anti-fundamentalist feminism. *Feminist Review, 108*, 81–89. http://www.jstor.org/stable/24571922

Díaz Alba, C. L. (2021). The World March of Women: Popular feminisms, transnational struggles. *Latin American Perspectives, 48*(5), 96–112. https://doi.org/10.1177/0094582X211015323

Díaz Alba, C. L., & Coyotecatl, J. M. (2023). La Escuela internacional de organización feminista Berta Cáceres (EBC): Transgredir fronteras con la educación popular digital. *Revista Venezolana de Estudios de la Mujer, 28*(60), 80–95. https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=9268835

Dufour, P. (2005). *The World March of Women: First Quebec, then the world?* Département de science politique, Université de Montréal. http://www.cccg.umontreal.ca/pdf/Dufour%20rev%202.pdf

Dufour, P., & Giraud, I. (2007). Globalization and political change in the women's movement: The politics of scale and political empowerment in the World March of Women. *Social Science Quarterly, 88*(5), 1152–1173. http://www.jstor.org/stable/42956237

Durkheim, É. (2010). From mechanical to organic solidarity. In A. Giddens & P. W. Sutton (Eds.), *Sociology: Introductory readings* (pp. 25–30). Polity.

Elejalde, E., Ferres, L., & Schifanella, R. (2019). Understanding news outlets' audience-targeting patterns. *EPJ Data Science, 8*(1), 16. https://doi.org/10.1140/epjds/s13688-019-0194-8

Elmore, N. (2024). Solidarity across borders: Transnational implications from the Mahsa Amini movement. *Social Movement Studies*. Advance online publication. https://doi.org/10.1080/14742837.2024.2407301

Fábián, K. (2025). Gender-based violence in contemporary Hungary: Progress in recognition and backlash in policies. *Social Politics: International Studies in Gender, State & Society, 32*(1), 198–222. https://doi.org/10.1093/sp/jxaf003

Faria, N. (2005). La violencia del neoliberalismo. In I. León (Ed.), *Mujeres en resistencia: Experiencias, visiones y propuestas* (pp. 135–141). Agencia Latinoamericana de Información.

Ferree, M. (2006). Globalization and feminism: Opportunities and obstacles for activism in the global arena. In M. Ferree & A. Tripp (Eds.), *Global feminism: Transnational women's activism, organizing, and human rights* (pp. 1–23). New York University Press. https://doi.org/10.18574/nyu/9781479861750.003.0004

Finnemore, M., & Sikkink, K. (1998). International norm dynamics and political change. *International Organization, 52*(4), 887–917. http://www.jstor.org/stable/2601361

Finnemore, M., & Sikkink, K. (2001). Taking stock: The constructivist research program in international relations and comparative politics. *Annual Review of Political Science, 4*(1), 391–416. https://doi.org/10.1146/annurev.polisci.4.1.391

Gallegos, S. A. (2017). Building transnational feminist solidarity networks. In M. A. McLaren (Ed.), *Decolonizing feminism: Transnational feminism and globalization* (pp. 231–256). Rowman & Littlefield International.

Galtung, J. (1969). Violence, peace, and peace research. *Journal of Peace Research, 6*(3), 167–191. http://www.jstor.org/stable/422690

Giraud, I. (2001). La transnationalisation des solidarités: L'exemple de la marche mondiale des femmes. *Lien social et Politiques, 45*, 145–160. https://doi.org/10.7202/009404ar

Giraud, I. (2012). Radicalisation et présence des jeunes dans la Marche mondiale des femmes: Un processus de construction de nouvelles formes de radicalités féministes contemporaines. *Lien social et Politiques, 68*, 63–78. https://doi.org/10.7202/1014805ar

Giraud, I. (2015). Intégrer la diversité des oppressions dans la Marche mondiale des femmes. *L'Homme & la Société, 198*(4), 95–112. https://doi.org/10.3917/lhs.198.0095

Gould, C. C. (2007). Transnational solidarities. *Journal of Social Philosophy, 38*(1), 148–164. https://doi.org/10.1111/j.1467-9833.2007.00371.x

Grassroots Global Justice Alliance, Grassroots International, Indigenous Environmental Network, & World March of Women. (2021). *Berta Cáceres International Feminist Organizing School guidebook: Decolonial popular feminist education*.

Gray, S., Stuart, H., Lee, S., & Bartels, S. A. (2022). Development of an index to measure the exposure level of UN peacekeeper-perpetrated sexual exploitation/abuse in women/girls in the Democratic Republic of Congo. *Violence Against Women, 28*(12–13), 3215–3241.

Grewal, I. (2008). The transnational in feminist research: Concepts and approaches. In H. Brabandt, B. Roß, & S. Zwingel (Eds.), *Mehrheit am Rand?* (pp. 127–146). VS Verlag für Sozialwissenschaften. https://doi.org/10.1007/978-3-531-91097-0_10

Grewal, I., & Kaplan, C. (Eds.). (1994). Introduction: Transnational feminist practices and questions

of postmodernity. In *Scattered hegemonies: Postmodernity and transnational feminist practices* (pp. 1–33). University of Minnesota Press.

Griffiths, M., & O'Callaghan, T. (2002). Constructivism. In *International relations: The key concepts* (pp. 50–53). Routledge.

Guzzini, S. (2000). A reconstruction of constructivism in international relations. *European Journal of International Relations, 6*(2), 147–182. https://doi.org/10.1177/1354066100006002001

Hewitt, L., & Karides, M. (2012). More than a shadow of a difference? Feminist participation in the World Social Forum. In J. Smith, S. Byrd, E. Reese, & E. Smythe (Eds.), *Handbook on World Social Forum activism* (pp. 85–104). Routledge.

Heyes, C. (2002). Identity politics. In E. N. Zalta (Ed.), *The Stanford encyclopedia of philosophy* (Fall 2002 Edition). Metaphysics Research Lab, Stanford University. https://plato.stanford.edu/archives/fall2002/entries/identity-politics/

Hirsch, E. L. (1986). The creation of political solidarity in social movement organizations. *The Sociological Quarterly, 27*(3), 373–387. http://www.jstor.org/stable/4106000

Kavada, A. (2014). Transnational civil society and social movements. In *The handbook of development communication and social change* (pp. 351–369). John Wiley & Sons. https://doi.org/10.1002/9781118505328.ch21

Kazemi, B. (2025). Emotional landscapes of diasporic activism: The case of the Woman, Life, Freedom protests in Sweden. *Iranian Studies, 58*(3), 611–639. https://doi.org/10.1017/irn.2025.13

Keck, M. E., & Sikkink, K. (1999). Transnational advocacy networks in international and regional politics. *International Social Science Journal, 68*. https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/issj.12187

Kian-Thiébaut, A. (2010). Islamic feminism in Iran: A new form of subjugation or the emergence of agency? *(E. Rundell, Trans.). Critique internationale, 46*(1), 45–66. https://doi.org/10.3917/crii.046.0045

Kidd, D., & McIntosh, K. (2016). Social media and social movements. *Sociology Compass, 10*(9), 785–794. https://doi.org/10.1111/soc4.12399

Khatam, A. (2023). Mahsa Amini's killing, state violence, and moral policing in Iran. *Human Geography, 16*(3), 299–306. https://doi.org/10.1177/19427786231159357

Koopman, S. (2007). A liberatory space? Rumors of rapes at the 5th World Social Forum, Porto Alegre, 2005. *Journal of International Women's Studies, 8*(3), Article 11. https://vc.bridgew.edu/jiws/vol8/iss3/11

Leloup, A. (2023). "Women, Life, Freedom": The politicization of the hijab in Iran. *Flux: International Relations Review, 13*(2), 57–68. https://fluxirr.mcgill.ca/article/view/133

Locher, B., & Prügl, E. (2001). Feminism and constructivism: Worlds apart or sharing the middle ground? *International Studies Quarterly, 45*(1), 111–129. http://www.jstor.org/stable/3096103

Marche Mondiale des Femmes. (2005). Actions in 2005 – Launch of the Charter – March 8. https://marchemondiale.org/2005/03/08/actions-in-2005-launch-of-the-charter-march-8/

Marche Mondiale des Femmes. (2010). World March of Women and the closing event of the third action in DRC, October 2010. https://marchemondiale.org/2010/10/01/world-march-of-women-and-the-closing-event-of-the-third-action-in-drc-october-2010/

Marche Mondiale des Femmes. (2024). Closing of the 5th international action: World March of Women's declaration. https://marchemondiale.org/wp-content/uploads/2024/07/final-declaration.pdf

Marche Mondiale des Femmes. (2023). World March of Women constitution and by-laws. https://marchemondiale.org/wp-content/uploads/2025/04/World-March-of-Women-Constitution-and-By-laws.pdf

Marche Mondiale des Femmes. (2025). Who we are. https://marchemondiale.org/homepage/who-we-are/

Marche Mondiale des Femmes. (2025). Call for the 6th international action. https://marchemondiale.org/2025/02/03/call-for-6th-international-action/

McGlinchey, S., Walters, R., & Gold, D. (2017). Getting started with international relations theory. In S. McGlinchey, R. Walters, & C. Scheinpflug (Eds.), *International relations theory* (pp. 1–12). E-International Relations. https://www.e-ir.info/publication/international-relations-theory/

Mehrabi, T. (2023). Woman, Life, Freedom: On protests in Iran and why it is a feminist movement. *Kvinder, Køn & Forskning, 34*(2), 114–121. https://doi.org/10.7146/kkf.v34i1.134480

Michaelsen, M. (2020). Resisting transnational repression: The digital security practices of diaspora and exiled human rights defenders. *AoIR Selected Papers of Internet Research, 2020*. https://doi.org/10.5210/spir.v2020i0.11280

Möllhoff, J., Vicenzi, G., Mehlhorn, A., & Kunze, C. (2024). Superficial and substantial practices of solidarity in social sciences. *Genealogy+Critique, 10*(1), 1–19. https://doi.org/10.16995/gc.15340

Moghadam, V. M. (2001). Transnational feminist networks: Collective action in an era of globalization. In P. Hamel, H. Lustiger-Thaler, J. N. Pieterse, & S. Roseneil (Eds.), *Globalization and social movements* (pp. 78–95). Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1057/9780230554443_6

Moghadam, V. M. (2015). Transnational feminist activism and movement-building. In R. Baksh & W. Harcourt (Eds.), *The Oxford handbook of transnational feminist movements* (pp. 53–64). Oxford University Press

Mostafavi Mobasher, M. (2025). Woman Life Freedom and political activities of diaspora Iranians. *Iranian Studies, 58*(Special Issue 4), 994–1000. https://doi.org/10.1017/irn.2025.10113

Naghibi, N. (2007). *Global sisters in revolutionary Iran*. In *Rethinking global sisterhood: Western feminism and Iran* (pp. 74–107). University of Minnesota Press.

Nakanishi, H. (2021). Impact of Iran-U.S. relations on women's movement in Iran: From Ahmadinejad era to today. *Journal of the Interdisciplinary Study of Monotheistic Religions, 16*, 77–96.http://www.cismor.jp/uploads-images/sites/3/2021/03/550c388b1f62f0c2ee8c729381788698.pdf

Nobre, M., & Faria, N. (2003). Feminismo em movimento: temas e processos organizativos da Marcha Mundial das Mulheres no Fórum Social Mundial. *Revista Estudos Feministas, 11*(2), 623–632. https://doi.org/10.1590/S0104-026X2003000200019

Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights (OHCHR). (2024). *Iran: UN experts call for Hijab and Chastity law to be repealed*. https://www.ohchr.org/en/press-releases/2024/12/iran-un-experts-call-hijab-and-chastity-law-be-repealed

Orazani, N., & Teymoori, A. (2024). The manifold faces of political resistance: The Woman, Life, Freedom movement. In J. R. Vollhardt & F. Bou Zeineddine (Eds.), *The psychology of resistance in violent and repressive contexts*. Oxford University Press

Radeck, M., & Khodakarim, A. (2022). *Iran: The beginning of a feminist revolution*. Beyond the Horizon ISSG. https://doi.org/10.31175/hi.2022.04.01

Razavi, S. (2023). Discord in the diaspora: Agonism in the Woman, Life, Freedom movement for democracy. *International Journal of Middle East Studies, 55*(4), 754–758. https://doi.org/10.1017/S0020743823001435

Rezai-Rashti, G. M. (2015). The politics of gender segregation and women's access to higher education in the Islamic Republic of Iran: The interplay of repression and resistance. *Gender and Education, 27*(5), 469–486. https://doi.org/10.1080/09540253.2015.1045457

Ruiz Estrada, M. A. (2023). *Is this the end of globalization?* https://doi.org/10.13140/RG.2.2.34079.47525/2

Sadeghi, F. (2010). Bypassing Islamism and feminism: Women's resistance and rebellion in post-revolutionary Iran. *Revue des mondes musulmans et de la Méditerranée, 128*, 209–228. https://doi.org/10.4000/remmm.6936

Safaeimojarad, G. (2024). *A study of gender apartheid: Afghanistan and the Islamic Republic of Iran* [Master's thesis]. CUNY Academic Works. https://academicworks.cuny.edu/cc_etds_theses/1159

Sangiovanni, A. (2015). Solidarity as joint action. *Journal of Applied Philosophy, 32*(4), 340–359. https://doi.org/10.1111/japp.12130

Scholz, S. J. (2014). Transnational feminist solidarity and lessons from the 2011 protests in Tahrir Square. *Global Discourse, 4*(2–3), 205–219. https://doi.org/10.1080/23269995.2014.914369

Segal, E. A. (2011). Social empathy: A model built on empathy, contextual understanding, and social responsibility that promotes social justice. *Journal of Social Service Research, 37*(3), 266–277. https://doi.org/10.1080/01488376.2011.564040

Slovic, P. (2007). "If I look at the mass I will never act": Psychic numbing and genocide. *Judgment and Decision Making, 2*(2), 79–95. https://doi.org/10.1017/S1930297500000061

Smith, J., Pagnucco, R., & Chatfield, C. (1997). Social movements and world politics: A theoretical framework. In J. Smith, C. Chatfield, & R. Pagnucco (Eds.), *Transnational social movements and global politics: Solidarity beyond the state* (pp. 59–77). Syracuse University Press.

Smith, S. (2000). Wendt's world. *Review of International Studies, 26*(1), 151–163. https://doi.org/10.1017/S0260210500001510

Snyder, M. (2006). Unlikely godmother: The UN and the global women's movement. In M. Ferree & A. Tripp (Eds.), *Global feminism: Transnational women's activism, organizing, and human rights* (pp. 24–50). New York University Press. https://doi.org/10.18574/nyu/9781479861750.003.0005

Staggenborg, S., & Lecomte, J. (2009). Social movement campaigns: Mobilization and outcomes in the Montreal women's movement community. *Mobilization: An International Quarterly, 14*(2), 163–180. https://doi.org/10.17813/maiq.14.2.04l4240734477801

Tarrow, S. (2011). Introduction. In *Power in movement: Social movements and contentious politics* (pp. 1–15). Cambridge University Press.

Tava, F. (2023). Justice, emotions, and solidarity. *Critical Review of International Social and Political Philosophy, 26*(1), 39–55.https://doi.org/10.1080/13698230.2021.1893251

Tavares, M., Bento, A., & Magalhães, M. J. (2004). Feminismos e movimentos sociais em tempos de globalização: O caso da MMM. *VIII Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, Universidade de Coimbra, Portugal.* https://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel13/ManuelaTavares_AlmerindaBento_MariaMagalhaes.pdf

Tedeschi, M., Vorobeva, E., & Jauhiainen, J. S. (2022). Transnationalism: Current debates and new perspectives. *GeoJournal, 87*, 603–619. https://doi.org/10.1007/s10708-020-10271-8

Tohidi, N. (2023). *Iran in a transformative process by Woman, Life, Freedom. Freedom of Thought Journal, 13*, 29–57. https://doi.org/10.53895/ftj1314

Tohidi, N., & Daneshpour, M. (2025). Will the women's movement in Iran grow into a national liberation movement? *Social Sciences, 14*(5), 272. https://doi.org/10.3390/socsci14050272

Torres, M. G. (2018). State violence. In A. J. Treviño (Ed.), *The Cambridge handbook of social problems* (pp. 381–398). Cambridge University Press.

Ulbert, C. (2014). Social constructivism. In S. Schieder & M. Spindler (Eds.), *Theories of international relations* (pp. 248–268). Routledge.

UN Women. (2024). *Progress on the Sustainable Development Goals: The gender snapshot 2024.* https://www.unwomen.org/sites/default/files/2024-09/progress-on-the-sustainable-development-goals-the-gender-snapshot-2024-en.pdf

UN Women. (2025). *Women's rights in review: 30 years after Beijing.* https://www.unwomen.org/sites/default/files/2025-03/womens-rights-in-review-30-years-after-beijing-en.pdf

Useem, B., & Goldstone, J. A. (2022). The paradox of victory: Social movement fields, adverse outcomes, and social movement success. *Theory and Society, 51*, 31–60. https://doi.org/10.1007/s11186-021-09460-2

Van Dyke, N., & Amos, B. (2017). Social movement coalitions: Formation, longevity, and success. *Sociology Compass, 11*(5), e12489. https://doi.org/10.1111/soc4.12489

Vargas, V. (2020). *The World Social Forum under criticism: A literature study of its role* [Bachelor thesis].https://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:1441768/FULLTEXT01.pdf

Varma, A., & Shaban, S. (2024). Conceptualizing feminist solidarity through resistance in the "Woman, Life, Freedom" movement. *Communication, Culture & Critique, 17*(2), 120–126. https://doi.org/10.1093/ccc/tcae003

Walsh, S. D. (2015). Not necessarily solidarity: Dilemmas of women's transnational advocacy networks. *International Feminist Journal of Politics, 18*(1), 248–269. https://doi.org/10.1080/14616742.2015.1008246

Wendt, A. (1999). Scientific realism and social kinds. In *Social theory of international politics* (pp. 47–67). Cambridge University Press. https://doi.org/10.1017/CBO9780511612183

Wickström, A., Lund, R. W. B., Meriläinen, S., Øyslebø Sørensen, S., Vachhani, S. J., & Pullen, A. (2021). Feminist solidarity: Practices, politics, and possibilities. *Gender, Work & Organization, 28*(3), 857–863. https://doi.org/10.1111/gwao.12689

Zehfuss, M. (2001). Introduction. In *Constructivism in international relations: The politics of reality* (pp. 1–33). Cambridge University Press. https://doi.org/10.1017/CBO9780511491795

Apêndices

Apêndice 1

Guião de entrevista semiestruturada – MMM

Enquadramento

Bom dia/boa tarde, NOME.

Obrigada pela sua presença e disponibilidade.
O meu nome é Adriana Barbuda, sou aluna de mestrado em Relações Internacionais na Universidade do Minho e estou atualmente a escrever a minha dissertação sobre movimentos feministas transnacionais. Este estudo inclui dois casos, um focado na violência estrutural e outro na violência do regime. Nesta entrevista, discutiremos a Marcha Mundial das Mulheres, um movimento que se insere na luta contra a violência estrutural contra as mulheres. O estudo visa compreender o papel destes movimentos na construção de solidariedade substantiva.
Não há respostas certas ou erradas. Esta entrevista é anónima e confidencial. Pode também sair da entrevista a qualquer momento, se desejar.
Para facilitar a análise das respostas, será importante gravar a conversa e, em seguida, transcrever as respostas, pelo que preciso do seu consentimento por escrito.
(Forneça o consentimento informado).

Muito obrigada pela sua colaboração.

Questões orientadoras
1 - Como compreende o papel dos movimentos sociais na luta contra a violência de género?
2 - Como caracterizaria o trabalho da MMM?
3- Como acha que os movimentos liderados pela sociedade civil podem gerar solidariedade?
4- Quais são os principais focos de ação da sua coordenação? 4.1- Que fatores podem ser considerados como os principais obstáculos e oportunidades para essas ações?
5-Está a par das ações internacionais realizadas pela MMM a cada cinco anos? 5.1-O que considera terem sido os principais desafios enfrentados na última ação? 6- Sabe em que consiste o Fórum Social Mundial? 6.1- Na sua opinião, considera que o Fórum Social Mundial continua a ser relevante para a MMM? 6.2- Porquê/por que não? 7- A MMM é uma organização que utiliza a educação popular como estratégia. Observou diferenças geracionais na sensibilidade das pessoas para com a questão da igualdade de género? 8- Com que organizações é que o movimento trabalha em parceria? 8.1-Então, pelo que acabou de dizer, nem todas são feministas, certo? 8.2-Seria possível explorar alguns desses exemplos? 8.3-Como a questão da igualdade de género é introduzida nessas organizações? 9- Há mais alguma coisa que considere relevante mencionar

Obrigada pela sua participação.

Apêndice 2

Guião de entrevista semi-estruturada - MVL

Enquadramento

Boa tarde, NOME.

Obrigada pela sua presença e disponibilidade.

Eu chamo-me Adriana Barbuda, sou estudante do mestrado de Relações Internacionais na Universidade do Minho e estou neste momento no processo de elaboração da minha dissertação sobre movimentos feministas transnacionais. Neste estudo há dois estudos de caso, um que incide sobre violência estrutural e outro que incide sobre violência de regime, sendo que nesta entrevista abordaremos o movimento Mulher, Vida, Liberdade, um movimento pelo fim da violência de regime contra as mulheres. No estudo, pretende-se compreender qual o papel destes movimentos na construção de solidariedade substantiva.

Não há respostas certas nem erradas. Esta entrevista é anónima e confidencial. Pode também abandonar a entrevista a qualquer momento se o desejar.

De forma a facilitar a análise das respostas, será importante gravar a conversa para depois transcrever as respostas e para tal necessito do seu consentimento por escrito.

(Entregar o consentimento informado).

Muito obrigada pela sua colaboração.

Questões orientadoras
1 - Como avalia o papel de movimentos sociais na luta contra a violência de género? 2 - Consegue identificar algum movimento que julgue ser um movimento dessa natureza? 2.1 (Caso a resposta seja sim) Está familiarizado com a ação da MVL? 2.2. Como é que a caracterizaria? 3- Como descreve o papel da MVL na promoção de solidariedade? 3.1- 3.1- Que fatores podem ser considerados como os principais obstáculos e oportunidades para esta promoção? 4- Tem conhecimento de pessoas da diáspora iraniana que tenham sofrido algum tipo de intimidação por se manifestarem abertamente contra o regime? 4.1- Se sim, seria possível explorar um pouco essa questão, como é que a intimidação se sucedeu? 5- Qual a sua opinião sobre o conceito de feminismo? 6- Há mais algum aspeto que considera relevante mencionar?

Obrigada pela sua participação

Apêndice 3

Declaração de Consentimento Informado

A presente entrevista faz parte de um estudo, desenvolvido no âmbito do Mestrado em Relações Internacionais da Universidade do Minho. Este estudo tem como objetivo principal analisar o papel dos movimentos transnacionais feministas na construção de solidariedades substantivas. A sua participação neste estudo é muito importante e desde já agradecemos a sua colaboração. A participação nesta entrevista é voluntária e pode desistir se assim o entender, sem qualquer implicação pessoal. Os dados recolhidos são confidenciais e anónimos. De forma a facilitar a análise das respostas, será importante gravar a conversa para depois transcrever as respostas, a gravação será destruída no final do estudo. Ao participar nesta entrevista está a declarar que conhece os objetivos e âmbito do estudo e concorda em participar no estudo *Movimentos transnacionais feministas – que papel na construção de solidariedades substantivas?* Muito obrigada pela sua colaboração!

Consentimento

Eu_____, fui informada dos objetivos do estudo e autorizo o tratamento dos meus dados, conforme as informações prestadas.

Eu_____, fui informada dos objetivos do estudo e não autorizo o tratamento dos meus dados, conforme as informações prestadas.

Assinatura: _____

Data: ___/___/___